

RELATÓRIO DE ATIVIDADES



2014



**RELATÓRIO DE
ATIVIDADES**

2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2014

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Atividades apresentado à Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, na versão 2014, que comporá a prestação de contas anual do Governador, conforme estabelecem os incisos XVII, do Artigo 100 da Lei Orgânica do Distrito Federal, os incisos V e XV, do artigo 138, da Resolução nº 38/90 do Tribunal de Contas do Distrito Federal, alterado pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008, o artigo 90 do Decreto nº 32.598/2010 de 15/12/2010 – Normas de Planejamento, Orçamento e Finanças Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e o art. 8º da Lei Nº 4.742/2011, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABAR	Associação Brasileira de Agências de Regulação
ADASA	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
ACI	Assessoria de Comunicação e Imprensa
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
AP	Audiência Pública
APP	Área de Proteção Permanente
ARCE	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará
ATTR	Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem
BAR	Base de Ativos Regulatória
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BR	Brasil
CAESB	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CBH	Comitês de Bacias Hidrográficas
CEB	Companhia Energética de Brasília
CEBGÁS	Companhia Brasiliense de Gás
COI	Controle Interno
COHI	Coordenação de Informações Hidrológicas
CTRS	Central de Tratamento de Resíduos Sólidos
DC	Diretoria Colegiada
DF	Distrito Federal
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DRE	Diretoria Regional de Ensino
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FR	Fluviógrafo
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso
GAB	Gabinete
GDF	Governo do Distrito Federal

GNV	Gás Natural Veicular
IAQR	Indicador Adasa de Qualidade Regulatória
IBRAM	Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEEA	Indicador da Eficácia de Educação Ambiental
IES	Índice de Envolvimento Social
IQT	Índice de Qualidade Técnica
ISA-F	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas
ISO	Organização Internacional para Padronização
JUR	Serviço Jurídico
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MBA	Master of Business Administration
MMA	Ministério do Meio Ambiente
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
OUV	Ouvidoria
P	Pluviométrica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Project Appraisal Document
PASEP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PDRSU	Plano Diretor de Resíduos Sólidos Urbanos do Distrito Federal
PGIRH	Plano de Gerenciamento Integrado de Recursos Hídricos do Distrito Federal
PPA	Plano Plurianual
Pr	Pluviógrafo
PRODOC	Projeto de Cooperação Técnica Internacional Adasa/UNESCO
Q	Qualidade de água
RCD	Gestão Integrada de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
RTP	Revisão Tarifária Periódica
SAE	Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto
SAF	Superintendência de Administração e Finanças

SAG	Sistema de Acompanhamento Governamental
SAM	Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação
SDE	Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia
SEDEST	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda
SEDHAB	Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal
SEPLAN	Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento
SGE	Secretaria Geral
SIGGO	Sistema Integrado de Gestão Governamental
SIRH	Sistema de Informações dos Recursos Hídricos
SISAGUA	Sistema de Informação da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano
SEF	Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
SPE	Superintendência de Planejamento e Programas Especiais
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
SRS	Superintendência de Resíduos Sólidos
STI	Serviço de Tecnologia da Informação e comunicação
TAC	Termo Compromisso de Ajustamento de Conduta
TCDF	Tribunal de Contas do Distrito Federal
TERRACAP	Companhia Imobiliária de Brasília
TFS	Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Saneamento
TFU	Taxa de Fiscalização do Uso dos Recursos Hídricos
UAG	Unidade de Administração Geral
UH's	Unidades Hidrológicas
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UGP	Unidade de Gerenciamento de Projeto
UM	Unidade de medida
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UO	Unidade Orçamentária

Lista: Figuras, Gráficos, Tabelas e Quadros

Lista de Figuras

- Figura 1 - Estações de transbordo do Distrito Federal
- Figura 2 - Diferença entre lixão e aterro sanitário
- Figura 3 - Reunião entre representantes da Adasa e da AGR para discutir os termos do convênio
- Figura 4 – Área da NUNOR
- Figura 5 - Aterro Sanitário Oeste
- Figura 6 – Unidade NOUSUL
- Figura 7 - Aterro do Jóquei (Lixão da Estrutural)
- Figura 8 - Núcleo Regional de Limpeza de Ceilândia – NUCEI
- Figura 9 –Unidade NUBRA
- Figura 10 – Unidade NUSOB
- Figura 11 – Unidade NUGAM
- Figura 12 - Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil – ATTR
- Figura 13 – Áreas diversas
- Figura 14 - Curso de Drenagem Urbana
- Figura 15 - Bacia de detenção Torre Digital
- Figura 16 - Estrutura de saída de bacia de detenção de águas pluviais (Bacia DF-290: Santa Maria - NOVACAP).
- Figura 17 - Lançamento de águas pluviais no Lago Paranoá – ASFUB.
- Figura 18 - Gasoduto Brasil Central
- Figura 19 - Componentes de uma UAG: Bombas criogênicas de alta pressão (20HP cada)
- Figura 20 – Estação de Tratamento de Água de Brazlândia – Tanques Floculadores
- Figura 21 – Estação de Tratamento de Água de Brazlândia – Filtros e decantadores
- Figura 22 – Barragem Descoberto – Elevatória de Água Bruta – Vista Interior
- Figura 23 – Barragem Descoberto
- Figura 24 - Estações Adasa de monitoramento da qualidade das águas
- Figura 25 - Poços da rede de monitoramento das águas subterrâneas
- Figura 26 - Mapa da qualidade de água do Distrito Federal no primeiro trimestre de 2014
- Figura 27 - Mapa da qualidade de água do Distrito Federal no segundo trimestre de 2014
- Figura 28 - Mapa da qualidade de água do Distrito Federal no terceiro trimestre de 2014

Figura 29 - Coleta conjunta Adasa/CAESB

Figura 30 - Mapa das estações que compõem a rede do PNQA

Figura 31 - Instalação da estação telemétrica do Lago Paranoá

Figura 32 - Estações telemétricas instaladas no rio São Bartolomeu (Faz. Recreio), rib. Pipiripau (Frinocap), na Barragem Santa Maria, Barragem Descoberto, Rio São Bernardo e Ribeirão Jacaré

Figura 33 - Medições de vazão

Figura 34 - Tela de acompanhamento de chuvas e nível da estação Pipiripau pelo Gestor PCD

Figura 35 - Poda, coleta de água para análise de qualidade e medição de nível estático

Figura 36 - Apresentação de trabalho no XVIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas

Figura 37 - Acompanhamento das cotas do Lago Paranoá no ano de 2014

Figura 38 - Parceiros da UGP – Produtor de Águas no Pipiripau.

Figura 39 - Bom desenvolvimento de mudas no Projeto Produtor de Água – chácara nº 86,N.R.Pipiripau

Figura 40 - Outro bom desenvolvimento de mudas no Projeto Produtor de Água – chácara nº 86,N.R.Pipiripau.

Figura 41 - Modelo de placa de identificação de corpos hídricos

Figura 42 - Modelo de placa de identificação de ponto de captação por caminhão pipa

Figura 43 - Localização das estações fluviométricas utilizadas para monitorar o comportamento hidrológico da bacia do Ribeirão Pipiripau

Figura 44 - Outorga de Caminhão-Pipa

Figura 45 - Material Adasa na Escola

Figura 46 - Mapa das escolas visitadas

Figura 47 - Mapa Estratégico da Adasa

Figura 48 - Modelo de Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR

Figura 49 - Ciclo de Vida BPM

Figura 50 - Ciclo de Vida de um Projeto

Figura 51 - Calendário da Agenda Ambiental

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Número de Individualizações - 2006 - 2014 - DF

Gráfico 2 - Número de Unidades Dispensadas de Individualização - 2014 – DF

Gráfico 3 - Barragem Descoberto - Cotas médias mensais nos últimos 5 anos

Gráfico 4 - Barragem Santa Maria - Cotas médias mensais nos últimos 5 anos

Gráfico 5 - Composição Acionária da NOVACAP

Gráfico 6 - Quantidade de Fiscalizações

Gráfico 7 - Não-Conformidades Apuradas pela Fiscalização em 2014

Gráfico 8 - Evolução dos recursos destinados pela NOVACAP à manutenção de Drenagem Urbana

Gráfico 9 - Matriz Energética Brasileira em 2013

Gráfico 10 - Matriz Energética Brasileira em 2050 – Perspectiva

Gráfico 11 - Composição Acionária da CEBGÁS

Gráfico 12 - Volume Vendido de Gás Natural de abril/2012 a setembro/2014

Gráfico 13 - Liquidez Corrente da CAESB 2012 a Out/2014

Gráfico 14 - Liquidez Geral da CAESB 2012 a Out/2014

Gráfico 15 - Liquidez Seca da CAESB 2012 a Out/2014

Gráfico 16 - Endividamento de Curto Prazo da CAESB 2012 a Out/2014

Gráfico 17 - Endividamento de Longo Prazo da CAESB 2012 a Out/2014

Gráfico 18 - Receita Operacional da CAESB 2012 a Out/2014 (em milhares)

Gráfico 19 - Percentuais de reajustes da tarifa de água e esgoto/ano - 2006-2014 – DF

Gráfico 20 - Cronograma Atualizado de Reajustes e Revisões Tarifárias da CAESB

Gráfico 21 - atendimentos por canal, em percentual, Adasa – out/2014

Gráfico 22 - atendimentos por tipo de Demanda, em percentual, Adasa - out/2014

Gráfico 23 - Manifestações por assunto, em percentual, Adasa – out/2014

Gráfico 24 - Outorgas emitidas em 2014

Gráfico 25 - Comparação das outorgas emitidas até 2014

Gráfico 26 - Histórico de fiscalizações 2011/2014

Gráfico 27 - Gráfico representativo das vazões do Ribeirão Taquara

Gráfico 28 - Serviço de atendimento aos usuários de recursos hídricos

Gráfico 29- Escolas visitadas por ano

Gráfico 30 - Alunos Alcançados por ano

Lista de Quadros

Quadro 01 - Unidades Individualizadas por RA's

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Número de Individualizações por ano e RA - 2006 - 2014 – DF

Tabela 2 - Projetos de Resoluções de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Tabela 3 - Síntese das Informações Orçamentárias da NOVACAP (R\$ Milhões)

Tabela 4 - Projeção de Consumo de Gás Natural para o Brasil (milhões de m³/dia)

Tabela 5 - Dados de participações por Audiência Pública, Adasa - 2014

Tabela 6 - Situação dos Atos Normativos

Tabela 7 - Lista de estações Adasa atualizada

Tabela 8 - Dados de vazão e qualidade de água medidos nos tributários do Lago Paranoá

Tabela 9- Atividades de fiscalização programadas e executadas em 2014

Tabela 10 - Atividades de fiscalização não programadas registradas e executadas em 2014

Tabela 11 - Relação dos canais trabalhados em 2014

Tabela 12 - Cronograma de ações do Projeto Pípiripau.

Tabela 13 - Vazões e Cotas mínimas remanescentes estabelecidas para cada Ponto de controle

Tabela 14 - Serviço de atendimento aos usuários de recursos hídricos

Tabela 15 - Projeto Adasa na Escola – Alunos Contemplados

Tabela 16 - Projeto Adasa na Escola – Apoio ao projeto ribeirão sobradinho vivo

Tabela 17 - Projeto Adasa na Escola – Apoio ao projeto descoberto coberto

Tabela 18 - Participação de servidores em eventos de capacitação

Tabela 19 - Benefícios

Tabela 20 - Realização Física – Adasa, 2014

Tabela 21 - Metas do Indicador 1

Tabela 22 - Metas do Indicador 2

Tabela 23 - Monitoramento do Consumo de Recursos Naturais e Materiais de Expediente - Ano 2013 (consumo per capita)

Tabela 24 - Monitoramento do Consumo de Recursos Naturais e Materiais de Expediente - Ano 2014 (consumo per capita)

Diretoria Colegiada

Diretor Presidente

Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides

Diretores

Diógenes Mortari

Israel Pinheiro Torres

José Walter Vasquez Filho

Secretário Geral

Francisco Rodrigo Sábado de Castro

Assessoria

André Luiz da Silva Moura

Débora Tolentino Luzzi Diniz

Guilherme Drügg Barreto Viana

Juliana Moura Vilela Filgueiras

Leosmar Litran dos Santos

Marco Antônio P. Veloso

Paulo Antônio Soares Cotta

Superintendência de Administração e Finanças

João Manoel Martins

Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto

Celso da Silva Fernandes

Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia

Pedro Monteiro Guimarães Borges

Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira

José Queiroz da Silva Filho

Superintendência de Planejamento e Programas Especiais

Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto

Superintendência de Recursos Hídricos

Rafael Machado Mello

Superintendência de Resíduos Sólidos

Eduardo Costa Carvalho

Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação

Thelma Lúcia Ramos do Amaral

Serviço Jurídico

Adelce Pinto de Queiroz

Serviço de Tecnologia da Informação

Geraldo Alves Barcellos

Controle Interno

Cleidionice Fortaleza de O. Veríssimo

Equipe Técnica Responsável pela elaboração deste relatório:

Coordenação da elaboração: Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE.

APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

Eduardo Costa Carvalho

Elen Dânia Silva dos Santos

Carmem Ligia Pimentel Lopes

Celso da Silva Fernandes

Jarbas Fernando da Silva

Leandro Antônio Diniz

Carlos Francisco Pena ribeiro

José Queiroz da Silva Filho

Cristina de Saboya Gouveia Santos

Cássio Leandro Cossenzo

Pedro Monteiro Guimarães Borges

Rogério Castor Cunha Matos

Carolinne Isabella Dias Gomes

Thelma Lúcia Ramos do Amaral

Cláudia Regina da Silva

Samira lasbeck de Oliveira Soares

MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

Rafael Machado Mello

Urbano Medeiros Fernandes

Camila Aida Campos

Cristiane Martins de Sousa Nava Castro

Vitor Guimarães Marques

Hudson Rocha de Oliveira

Cassia Helena Soares Van Den Beusch

Fabiana Fernandes Xavier

Silena Jaime

João Pedro Fernandes Melo

GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO

Geraldo Alves Barcellos

Leosmar Litran dos Santos

Helenice Maria da Silva

Rosa Alice Nunes Lima

Francisco Francismar Pereira

Cláudia Maria Macedo Holanda da Silva

Nelson Gomes Moço Neto

PLANEJAMENTO E PROGRAMAS ESPECIAIS.

Carlos Pinheiro dos Santos Bastos Neto

Lucivane Madureira Sampaio Camargo

José Bento da Rocha

Carlos Bizzotto

Daniel Ciarlini Pinheiro

Vanessa Pádua de Mendonça

Nathalia Mello de Moraes

Priscila Oliveira dos Santos

Sumário

<i>Lista: Figuras, Gráficos, Tabelas e Quadros</i>	8
1. INTRODUÇÃO	17
1.1. MENSAGEM DO ORDENADOR	17
1.2. APRESENTAÇÃO	21
1.3. ESTRUTURA	22
1.4. ORGANOGRAMA	23
1.5. IDENTIFICAÇÃO	23
1.6. AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS E SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL – UO: 21.206	24
1.7. MISSÃO	24
1.8. FORÇA DE TRABALHO	25
2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO	26
2.1. PROGRAMA TEMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL	26
2.2. PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO	28
2.2.1. <i>Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário</i>	29
2.2.2. <i>Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos</i>	41
2.2.3. <i>Drenagem Urbana, Gás e Energia</i>	65
2.2.4. <i>Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira</i>	80
2.2.5. <i>Atendimento aos Usuários e Mediação</i>	95
2.3. PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	99
2.3.1. <i>Regulação</i>	101
2.3.2. <i>Outorga</i>	105
2.3.3. <i>Monitoramento Hidrológico</i>	106
2.3.4. <i>Fiscalização</i>	120
2.3.5. <i>Projeto Adasa na Escola</i>	137
3. OUTRAS REALIZAÇÕES	145
3.1. PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE	145
3.1.1. <i>Bolsa Estágio</i>	146
3.1.2. <i>Capacitação de Servidores</i>	146
3.1.3. <i>Administração de Pessoal</i>	147
3.1.4. <i>Manutenção dos Serviços</i>	148
3.1.5. <i>Reforma do Edifício sede da Adasa</i>	149
3.2. PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA	149
3.3. PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS	150
4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	151
4.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	151
4.2. AGENDA AMBIENTAL ADASA	156
5. DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE	160
6. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	161

1. INTRODUÇÃO

1.1.Mensagem do Ordenador

Neste ano, ao completar sua primeira década de existência, a Adasa, autarquia de regime especial dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, pode reafirmar que sempre teve como balizador o empenho irrestrito voltado para o cumprimento de sua missão institucional, além de mirar constantemente o alcance de sua visão de futuro. Deste modo, fica demonstrado que a Agência constrói sua história através de um forte posicionamento técnico e da expansão constante de seus conhecimentos, não se furtando se manifestar em todas as situações que requeiram sua atenção.

A atuação inicial Agência tinha foco nos recursos hídricos e no abastecimento de água e esgotamento sanitário, estabelecida pela Lei 3.365/2004. Suas competências foram ampliadas e diversificadas a partir de sua reestruturação, pela Lei 4285/2008. O aumento das responsabilidades enriqueceu o horizonte sem alterar o foco da Agência: regular setores importantes de serviços públicos para o governo e para a população do Distrito Federal, tornando sua estrutura mais transparente para a sociedade.

Dentre suas competências atuais, cabe à Adasa regular e fiscalizar: o abastecimento de água potável e esgotamento sanitário; a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos; a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e o gás canalizado, todos de competência originária do Distrito Federal. Por delegação pode atuar em áreas de competência federal como os serviços e instalações de energia elétrica e em petróleo e seus derivados, biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes.

No exercício de 2014, a Adasa manteve seu foco nas ações prioritárias definidas no Plano Plurianual - PPA para o período de 2012-2015 e na Lei Orçamentária Anual – LOA 2014, sendo estas ações norteadas pelas diretrizes do Planejamento Estratégico da Agência para o horizonte de 2020.

Quanto aos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA), a Adasa está comprometida com os programas de governo nos quais se encontra inserida: (i) Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos; (ii) Programa Aperfeiçoamento Institucional do Estado; (iii) Programa Brasília Sustentável II; (iv) Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

No **Programa Meio Ambiente e Recursos Hídricos** destacam-se as atividades de: regularização de captação de água subterrânea e superficial por meio de outorgas; fortalecimento do monitoramento das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal por meio da rede de estações hidrometeorológicas e poços; ações de fiscalização de recursos hídricos e a edição e revisão de normativos relacionados aos recursos hídricos.

O monitoramento da qualidade das águas superficiais do Distrito Federal é feito desde 2009 e ocorre, com a periodicidade trimestral, por meio de 42 estações de monitoramento completas (fluvial, pluvial e qualitativa). Além disso, também são monitorados todos os pontos localizados a montante e a jusante das Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) da CAESB. Em cada campanha de monitoramento são analisados 18 (dezoito) parâmetros qualitativos incluindo coliformes, fósforo, nitrogênio, DBO, dentre outros. Destaca-se neste ano a implementação de 7 estações de telemetria para acompanhar, em tempo

real, o comportamento dos recursos hídricos do DF, promovendo-se o correto dimensionamento da distribuição da água. A partir deste controle mais efetivo, pode-se garantir os usos múltiplos como previsto na legislação que rege a Política Nacional de Recursos Hídricos, contribuindo sobremaneira para o cumprimento da função social da água. As análises de água subterrânea incluem os 84 poços (rasos e profundos) que constituem a rede de monitoramento subterrâneo da Adasa.

No campo da conservação e preservação de mananciais de água houve a continuação do Pagamento por Serviços Ambientais – PSA aos produtores rurais que comprovaram ter adotado, com sucesso, práticas e manejos conservacionistas em suas terras, com vistas à manutenção da qualidade do solo e da água na região da bacia do Pípiripau. Este projeto, cuja adesão é de caráter voluntário, promove uma condição inovadora à medida que se aposta na inversão da lógica em relação à conservação ambiental. Em suma, impera o sistema do **poluidor-pagador**, onde alguém que provoque danos ambientais é compelido a pagar por sua ação, enquanto que nesta nova visão, os produtores são convencidos a cuidar do meio ambiente e recebem por isso, constituindo-se assim a lógica do **provedor-recebedor**. Vale ressaltar que há uma Unidade de Gestão do Projeto – UGP, coordenada pela Adasa e que houve uma reestruturação do projeto e que já foram assinados 23 contratos com produtores, a partir dos quais é já possível realizar 20 pagamentos.

O programa “Descoberto Coberto”, coordenado pela Adasa, também foi reestruturado e foi responsável pelo plantio de 200 mil mudas de árvores nativas nas margens do lago Descoberto, visando à garantia da continuidade e qualidade do abastecimento de água. Este projeto envolve uma série de órgãos do GDF, organização de usuários de água, e ONGs. Este programa busca preservar o principal manancial de captação de água para a população do DF e Entorno. Os usuários e moradores da região receberam capacitação para apoiar o projeto. A fase de expansão desse projeto está estimada em recursos da ordem de R\$ 50.000.000,00 para um período de 5 anos.

A participação social da Adasa ainda pode ser destacada por meio do projeto educativo “Adasa na Escola” direcionado para alunos do nível fundamental da rede pública e particular de ensino que, durante 2014, atuou em 45 escolas com a participação de 21.929 alunos e 1092 professores.

Quanto ao **Programa Aperfeiçoamento Institucional do Estado**, pode-se destacar as atividades: realização de análises e estudos para a concessão do Reajuste Tarifário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com vigência a partir de 1º de março de 2014; aprimoramentos metodológicos para a 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB, prevista para ser concluída em 2016; fiscalização das áreas econômica, financeira, contábil e de gestão da CAESB; bem como os estudos iniciais para a alteração da estrutura tarifária destes serviços públicos regulados. O Reajuste Tarifário de 2014 foi no valor de 7,39% (sete inteiros e trinta e nove centésimos por cento). Além destas atividades, a Adasa iniciou diversas ações estruturantes, de forma a promover o fortalecimento das ações de fiscalização econômica. A implantação de um Manual de Contabilidade Regulatória para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de formulação de normas regulamentadoras para pedidos de anuência prévia em operações de crédito, com o oferecimento de garantia de direitos emergentes e bens da concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário, possibilitará a melhoria da análise dos dados contábeis. A Agência realizou neste ano, a primeira pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, relativa à prestação destes serviços pela concessionária.

O **Programa Brasília Sustentável II**, que tem como objetivo a implementação de ações de suporte à promoção do desenvolvimento sustentável no Distrito Federal e região do Entorno, teve 2014 como um ano de elaboração de documentos preparatórios para a busca de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 150 milhões, para implementação da 2ª fase do mesmo. O Programa iniciou-se com recursos próprios do GDF, enquanto o financiamento não se concretiza.

Dentro do **Programa Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado**, todas as ações de apoio e gestão foram realizadas, propiciando o ambiente adequado para que a Agência executasse suas competências com tranquilidade e segurança, além de ter sido concluída a reforma de parte das instalações da Adasa. Também foram propiciadas diversas capacitações de servidores, promovendo a valorização do capital humano da Agência.

No que se refere às ações de caráter social merece destaque a parceria com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP, do Programa Reintegra Cidadão, funcionando desde 2008. A ação proporcionou a reintegração à sociedade de 42 presidiários, que passaram para o regime aberto ou ganharam a liberdade após o cumprimento de suas penas, muitos trabalhando, por indicação da Adasa, em empresas prestadoras de serviços para a Agência.

Mantendo seu propósito de promover os recursos e condições necessários para que os servidores tenham altíssimo nível de qualificação, foram propiciadas diversas oportunidades de participação em Cursos, Workshops, Congressos e Seminários nacionais e internacionais. Merece destaque nessa linha a participação de servidores da Adasa na condição de palestrantes e/ou apresentando trabalhos e artigos em várias oportunidades durante o ano, como o trabalho intitulado “Qualidade das Águas Subterrâneas em regiões com distintos usos do solo no Distrito Federal (DF)”, apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas e o trabalho “Avanços e retrocessos na cobrança pela prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas”, por meio de apresentação oral e pôster no X Encontro Nacional de Águas Urbanas (X ENAU).

Para integrar-se com a sociedade, a Adasa, anualmente, promove e coordena dois grandes eventos comemorativos: Dia Mundial da Água, em 22 de março e a semana do “Lago Limpo” onde, juntamente com outros órgãos governamentais, promove a limpeza do lago Paranoá, inclusive com a participação da FUNAP, e ações educativas ambientais para alunos das escolas públicas e privadas de Brasília.

A Adasa, cumprindo sua missão de transparência e estar permanentemente atenta com a sociedade, acompanhou a onda de inovação e atualmente oferece aos cidadãos novos canais de comunicação. Além do site, a Agência passou também a integrar as redes sociais, Facebook, My Space e Twitter.

Finalmente, cumpre ainda destacar a vocação da Adasa na formatação de acordos internacionais com instituições de renome e atuação nas áreas de competência da Agência. Neste campo, ressaltam-se as reuniões para elaboração de um plano de trabalho visando à capacitação de servidores da Adasa por meio do Office l’EAU na França. Também vale destacar a participação de 02 Diretores e 03 Reguladores da Agência no IX Congresso Mundial da Água - **IWA World Water Congress & Exhibition** e no I Fórum Internacional de Reguladores de Água (ocorrido dentro do Congresso) realizado na cidade de Lisboa-Portugal.

A Adasa, por meio de seu Diretor Presidente, exerceu com grande êxito a coordenação das atividades de relacionadas à Avaliação do Conselho Mundial da Água para que Brasília fosse escolhida para sediar o VIII Fórum Mundial das Águas em 2018. Brasília, definida como a candidata oficial do Brasil, passou por uma minuciosa inspeção do Comitê de Avaliação para receber o evento, que reunirá cerca de 40 mil pessoas entre chefes de Estado, Governo, ONGs, especialistas, estudantes e interessados, de cerca de 140 países, na qual a cidade teve que comprovar sua capacidade política, técnica e institucional.



Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides
Diretor Presidente

1.2. Apresentação

Este relatório aborda a atuação da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal – Adasa, no exercício de 2014, mostrando os resultados do ano, detalha os procedimentos administrativos empregados no desempenho de suas atividades e destaca os principais resultados e os aspectos técnicos mais relevantes para o cumprimento de sua missão institucional.

Este relatório foi elaborado com observância dos Normativos do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (Resolução 38/90 alterada pela Emenda Regimental nº 24, de 08/07/2008) e do Decreto de nº 32.598/2010 de 15/12/2010 (Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal), o art. 8º da Lei Nº 4.742/2011, de 29/12/2011, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015, bem como das Orientações Complementares disponibilizadas nos sites dos respectivos Órgãos de Controle e Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal.

As informações contidas foram levantadas e consolidadas com base em consultas aos Sistemas: i) Integrado de Gerenciamento Governamental (SIGGO); ii) Acompanhamento Governamental (SAG); iii) Sistema de Informação de Recursos Hídricos (SISRH); e iv) informações complementares dos Gestores da Agência.

Este relatório foi organizado por títulos, em conformidade com as orientações contidas no documento “Instruções para a Prestação de Contas Anual do Governador – Instrumentos de Planejamento” elaborado pela SEPLAN/DF e de procedimentos internos da Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE/Adasa, estruturado por Programas Temáticos. As realizações foram divididas em relação aos Programas Finalísticos e Programas de Gestão. O orçamento de 2014 da Adasa é composto por 06 programas, 26 ações e 36 subtítulos de ação. Destes, 24 são classificados como projetos, 10 como atividades e 02 considerados como operações especiais.

1.3. Estrutura

A estrutura organizacional da Adasa foi concebida sob a égide dos pressupostos legais que orientam sua missão e competências. Sua gestão é dirigida em regime de colegiado, por um Conselho de Diretores, com mandatos não coincidentes de 5 anos, admitida uma recondução consecutiva, sendo um deles indicado para Diretor-Presidente. As demais unidades administrativas estão organizadas por assessorias, unidades de apoio a gestão, serviços e superintendências com cunho finalístico e respectivas coordenações técnicas. Atualmente apresenta-se como segue:

I. Deliberação Superior

Diretoria Colegiada – DC composta por um Diretor-Presidente e mais três Diretores.

II. Assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente

Gabinete – GAB

III. Assistência à Diretoria-Colegiada

Secretaria Geral – SGE

Serviço Jurídico – SJU

Ouvidoria – OUV

Controle Interno – COI

Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação - SAM

Serviço de Tecnologia da Informação - STI

Assessorias

IV. Unidades Organizacionais subordinadas aos Diretores

Superintendência de Administração e Finanças – SAF

Superintendência de Abastecimento de Água e Esgoto – SAE

Superintendência de Drenagem Urbana, Gás e Energia – SDE

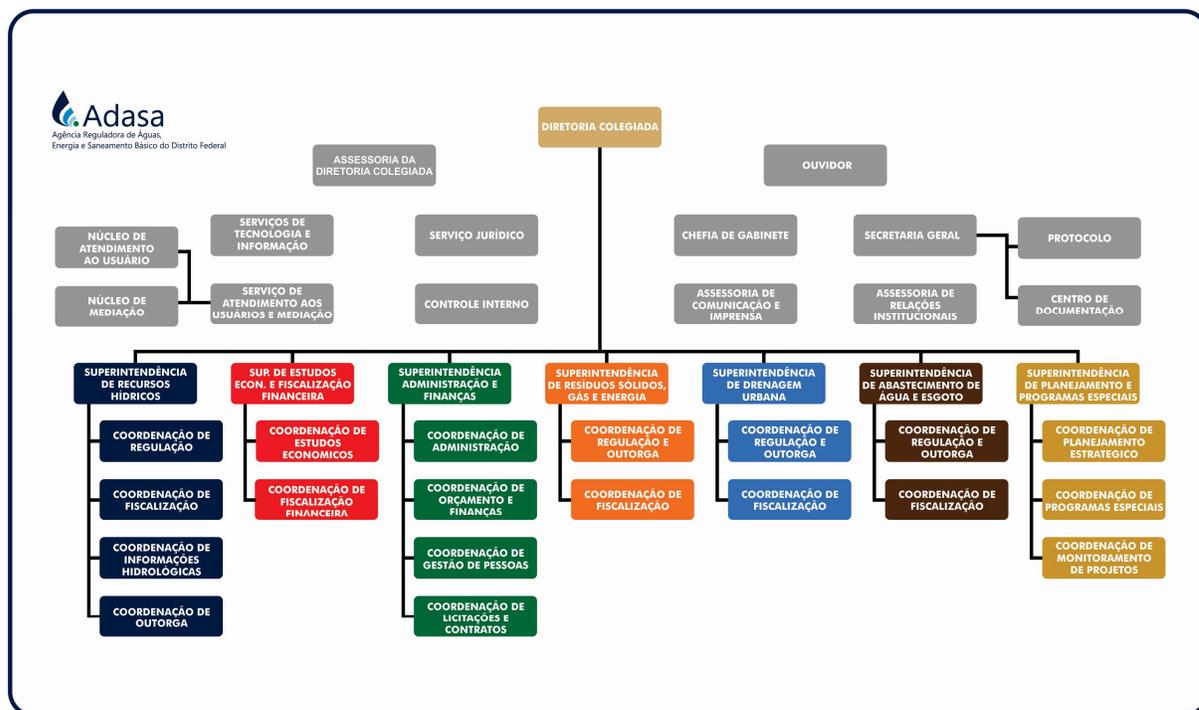
Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira – SEF

Superintendência de Planejamento e Programas Especiais – SPE

Superintendência de Recursos Hídricos – SRH

Superintendência de Resíduos Sólidos – SRS

1.4. Organograma



1.5. Identificação

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE		
DENOMINAÇÃO COMPLETA: AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL.		SIGLA: ADASA
CÓDIGO UO: 21206	CÓDIGO UG: 15206	CÓDIGO GESTÃO: 150206
NATUREZA JURÍDICA: AUTARQUIA ESPECIAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
ATIVIDADE PRINCIPAL: REGULAÇÃO (AGÊNCIA REGULADORA)		
ENDEREÇO ELETRÔNICO: GAB@ADASA.DF.GOV.BR		PÁGINA DA INTERNET: WWW.ADASA.DF.GOV.BR
ENDEREÇO POSTAL: SETOR FERROVIÁRIO - PARQUE FERROVIÁRIO DE BRASÍLIA - ESTAÇÃO RODOFERROVIÁRIA, SOBRELHOJA - ALA NORTE - CEP: 70631-900 BRASÍLIA - DF		CNPJ/MF: 07.007.955.0001-10
TELEFONES/FAX DE CONTATO: 3961-4949		AGENTES DE PLANEJAMENTO: Lucivane M. S. Camargo José Bento da Rocha Claudia Maria Holanda da Silva

1.6. Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – UO: 21.206

Em 16 de junho de 2004, pela lei nº 3.365, foi criada a Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal - Adasa, autarquia em regime especial com personalidade Jurídica de direito público, dotada de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro em Brasília e vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Todavia, a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, reestruturou a Agência, redefiniu a missão, ampliou competências e alterou sua denominação, passando a chamar-se Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa. Nos termos da Lei nº 4.285, o regime especial conferido à Adasa é caracterizado, sobretudo, por mandato fixo e não coincidente de seus diretores, independência decisória, diretoria organizada em forma de colegiado, instância administrativa final, salvo nos casos de delegação de competências de outros entes federados e ausência de subordinação hierárquica.

A finalidade básica da Adasa é a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos de competência originária do Distrito Federal, bem como daqueles realizados no âmbito geopolítico ou territorial do Distrito Federal que venham a ser delegados a ela por órgãos ou entidades federais, estaduais ou municipais, em decorrência de legislação, convênio ou contrato.

De acordo com a Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, são áreas de competência da Agência:

- I. Recursos hídricos, compreendidos os diversos usos da água;
- II. Saneamento básico, entendido como:
 - Abastecimento de água potável;
 - Esgotamento sanitário;
 - Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
 - Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
- III. Gás canalizado;
- IV. Mediante delegação de competência originária federal nas áreas de:
 - a) Energia elétrica;
 - b) Petróleo e derivados,
 - c) Biocombustíveis, álcool combustível, gás veicular e distribuição de lubrificantes;
- V. E outras competências delegadas na forma da lei.

1.7. Missão

A missão da Adasa, estabelecida em seu planejamento estratégico 2012-2020 é: “Regular e promover a gestão sustentável dos recursos hídricos, a qualidade e universalização dos serviços públicos de energia e saneamento básico, em benefício da sociedade do Distrito Federal”.

1.8. Força de Trabalho

Servidores		Atividade-Meio		Atividade-Fim		Total
		Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	Com cargo em comissão	Sem cargo em comissão	
Efetivos (Quadro do GDF)		14	12	11	34	71
Comissionados (Sem vínculo efetivo)		19	0	10	0	29
Requisitados	Órgãos do GDF	07	0	0	0	07
	Órgãos Estaduais	0	0	0	0	00
	Órgãos do Governo Federal	0	0	01	0	01
Outros	Estagiários	0	12		16	28
	Terceirizados (FUNAP)	0	03	0	0	03
Subtotal (Força de Trabalho)		40	27	22	50	
(-) Cedidos para outros órgãos		0	0	0	0	0
Total Geral		40	27	22	50	139

A Adasa vem organizando sua força de trabalho para atender de maneira mais eficiente e eficaz as atividades de regulação e a fiscalização das áreas de sua competência. Desde sua criação, em 2004, a Adasa vem ampliando os conhecimentos e a inteligência de seu quadro técnico de profissionais. O concurso público, realizado em 2009 proporcionou a criação do quadro efetivo essencial para sustentar as competências estabelecidas.

A força de trabalho, representada por todas as pessoas que contribuem para o funcionamento da agência, é formada por 143 colaboradores, sendo 04 Diretores com mandato de 05 anos, 71 cargos efetivos, 29 cargos comissionados, 07 requisitados do GDF, 01 do Governo Federal, 28 estagiários e 03 conveniados. Os serviços de segurança e transporte são terceirizados.

Importante ressaltar que o quadro de servidores da Adasa é totalmente formado por profissionais de nível superior (mesmo aqueles que ocupam cargos da carreira de nível médio) com graduação em diversas áreas, envolvendo ciências sociais, exatas e humanas. Destaca-se que na Agência há 16 servidores com mestrado e 46 com pós-graduação. Além da diversidade da formação acadêmica há um constante esforço de capacitação técnica dos servidores nos temas afetos e áreas de competência, gerando um quadro altamente qualificado, fator imprescindível para uma regulação atuante eficiente.

2. REALIZAÇÕES POR PROGRAMA TEMÁTICO

2.1. PROGRAMA TEMÁTICO: 0150 – PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

OBJETIVO GERAL: Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1680 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II	2.577.084	0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA VILA ESTRUTURAL - BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II-- SETOR COMPL. DE IND. E ABASTECIMENTO	2.577.084	0	0	0
3052 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	12.590.056	0	0	0
0004 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II-- CEILÂNDIA	12.590.056	0	0	0
5076 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	6.212.639	0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SANEAMENTO AMBIENTAL - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II-- GUARÁ	6.212.639	0	0	0
5098 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	34.998.333	0	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE REFORÇO INSTITUCIONAL - PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II-- DISTRITO FEDERAL	34.998.333	0	0	0
5119 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO "PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II"	3.146.888	1.737.970	1.737.970	1.148.782,51
0001 - IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL II--DISTRITO FEDERAL	3.146.888	1.737.970	1.737.970	1.148.782,51
TOTAL DO PROGRAMA 0150	59.525.000	1.737.970	1.737.970	1.148.782,51

Objetivo Específico: 001 – Assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
775 Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	Desejado	100	-	-	-	PAD/BIRD/ ADASA
					Alcançado	88	-	-	-	

Objetivo Específico: 002 - Contribuir para assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, especialmente das bacias do Paranoá e do Descoberto, melhorando as condições socioambientais e econômicas da população do Condomínio Pôr-do-Sol e parcialmente da Cidade Estrutural.

Indicadores:

Unidade de Medida		Unidade de Medida	Índice mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
							2012	2013	2014	2015	
1120	Indicador Sócio Ambiental Para Favelas (ISA-F)	%	-	-	Anual	Desejado	-	30	50	75	Carta Consulta/ ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	
1121	Fechamento do Aterro do Jóquei	%	-	-	Anual	Desejado	-	100	-	-	Carta Consulta/ ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	
1122	Abertura do Aterro Sanitário	%	-	-	Anual	Desejado	-	100	-	-	Carta Consulta/ ADASA
						Alcançado	-	0	-	-	

Em 2014 ocorreu a elaboração de documentos preparatórios para a contratação de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de US\$ 150 milhões, visando a implementação do Programa Brasília Sustentável II, constando de carta consulta, perfil do projeto, detalhamento dos componentes e avaliações econômica, ambiental e social necessárias.

Em 2014, foram executados e entregues os seguintes produtos: P2-Elaboração do Marco Legal de Reassentamento; P3-Plano de Reassentamento Involuntário; P4-Avaliação Financeira e Econômica; P9-TR para capacitação de catadores; P10-Relatório Ambiental e Relatório Consolidado/Plano Operativo Anual.

Em função de atrasos em relação à contratação do empréstimo, relativo ao Programa Brasília Sustentável II junto ao órgão financiador, a maioria das ações serão realizadas no próximo exercício, sendo que apenas a ação que envolve a preparação do Programa teve execução.

2.2. PROGRAMA TEMÁTICO: 6203 – APERFEIÇOAMENTO INSTITUCIONAL DO ESTADO

OBJETIVO GERAL: Promover a melhoria da gestão pública em todas as suas dimensões, por meio da aplicação de técnicas modernas de administração, aliada à transparência fiscal, ao resgate da credibilidade no governo e à ampla participação social, sempre com foco no cidadão-cliente.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
3143 - IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS	95.000	95.000	0	0
0001 - IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO DE CONSUMIDORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	95.000	95.000	0	0
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	5.676.182	1.530.784	27.900	27.900
6143 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS E MEDIAÇÃO-DISTRITO FEDERAL	465.000	266.804	0	0
6144 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO-DISTRITO FEDERAL	34.000	34.000	0	0
6145 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ECONÔMICO E FINANCEIRO-DISTRITO FEDERAL	928.980	928.980	0	0
6147 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO-DISTRITO FEDERAL	301.000	301.000	27.900	27.900
6180 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-RESÍDUOS SÓLIDOS-DISTRITO FEDERAL	3.947.202	0	0	0
4136 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	1.014.500	1.014.500	0	0
0001 - REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS--DISTRITO FEDERAL	1.014.500	1.014.500	0	0
4163 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS	2.716.500	2.317.600	1.864	1.864
0001 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-DRENAGEM E GÁS CANALIZADO- PLANO PILOTO	274.000	274.000	771	771
0002 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-RESÍDUOS SÓLIDOS- PLANO PILOTO	400.000	1.100	1.093	1.093
0003 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO- PLANO PILOTO	597.500	597.500	0	0
0004 - REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS-ECONÔMICO E FINANCEIRO- PLANO PILOTO	1.445.000	1.445.000	0	0
TOTAL DO PROGRAMA 6203	9.502.182	4.957.884	29.764	29.764

Objetivo Específico: 005 – Aperfeiçoar o processo de regulação das atividades de abastecimento de água, saneamento básico e energia e contribuir para a maior participação e controle social sobre a Política de Saneamento Básico, a fim de proporcionar à população do Distrito Federal serviços dotados de qualidade técnica e preços justos.

Indicadores:

Denominação do indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado Em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
979 IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	Índice	16,7	31/12/2013	Anual	Desejado	12,86	13,50	14,18	14,88	Relatórios de Atividades Superintendência
					Alcançado	8,7	16,7	14,80	-	

1089	IES – Índice de Envolvimento Social	Índice	14,7	31/12/2013	Anual	Desejado	11,81	12,40	13,02	13,67	Relatórios de Atividades Superintendência e Inform. NAC
						Alcançado	7,7	14,7	13,60	-	
1090	IQT – Índice de Qualidade Técnica	Índice	1	31/12/2013	Anual	Desejado	0,525	0,551	0,58	0,609	Relatórios de Atividades Superintendência
						Alcançado	0,50	1	0,60	-	

2.2.1. Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário são prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, por força da Lei 4.285/2008 e do Contrato de Concessão nº 001/2006 - Adasa. Baseada nesta regulamentação, a Adasa é a responsável pela elaboração e expedição de regulamentos, além da fiscalização dos serviços prestados.

A seguir são relacionados os trabalhos relevantes realizados pela Agência no tocante a este importante componente do Saneamento Básico.

Hidrometração Individual

A hidrometração individualizada encontra-se prevista na Lei Distrital n.º 3.557/2005, alterada pelas Leis Distritais n.º 4.126/2008 e n.º 4.383/2009. Estas normas dispõem sobre a instalação de hidrômetro nas edificações verticais residenciais, nas de uso misto, e nos condomínios residenciais do Distrito Federal. A Adasa regulamentou o assunto inicialmente com a Resolução n.º 162/2006, posteriormente substituída pela Resolução n.º 175/2007, que por sua vez foi alterada pela Resolução nº 99/2009 para compatibilizar a regulação com as disposições legais posteriores.

A Resolução n.º 175/2007 permitiu a dispensa da instalação de hidrômetros individuais nos casos em que fosse comprovada a inviabilidade técnica ou a inviabilidade econômico-financeira, bem como possibilitou a escolha do modelo tecnológico de hidrometração individualizada, seja o normatizado pela CAESB (convencional) ou outro efetuado sob a responsabilidade do condomínio (alternativo).

Contudo, a análise das demandas dos usuários junto à Adasa permitiu concluir que, dadas as alterações legislativas posteriores, parte dos dispositivos da Resolução n.º 175/2007 necessitaram de adequações, de forma a proporcionar ao usuário do serviço de abastecimento de água maior clareza quanto aos critérios e procedimentos a serem observados. Como solução, a Adasa expediu a Resolução nº 15 de 10 de novembro de 2011, a qual revogou a Resolução n.º 175/2007 e suas alterações.

Compete à Adasa receber, analisar, esclarecer dúvidas e orientar os condomínios quanto à implantação ou não da hidrometração individualizada. Em razão disso, a Agência realiza o seu monitoramento, apresentando na Tabela 1, a seguir, os números consolidados da quantidade de unidades individualizadas por Região Administrativa (RA's), período de 2006 a 2014.

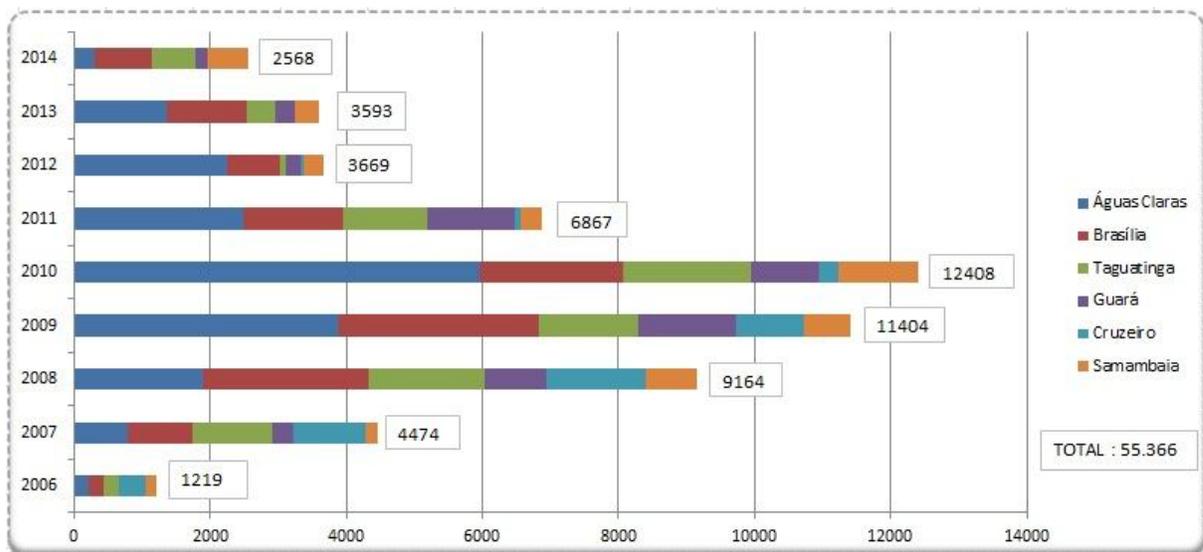
Tabela 1 - Número de Individualizações por ano e RA - 2006 - 2014 – DF

BAIRRO	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL GERAL
Águas Claras	205	793	1895	3897	5964	2484	2261	1359	300	19158
Brasília	233	947	2441	2937	2102	1463	762	1190	840	12915
Ceilândia	0	102	162	127	340	38	98	243	37	1147
Cruzeiro	416	1070	1461	986	287	86	52	0	89	4447
Gama	64	1048	240	500	957	429	147	102	389	3876
Guará	0	302	919	1439	1011	1278	212	301	175	5637
Lago Norte	0	133	136	739	97	164	0	0	0	1269
Lago Sul	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Núcleo Bandeirante	0	31	162	247	306	13	33	112	15	919
Octogonal	0	0	388	218	0	0	0	0	0	606
Paranoá	0	0	45	76	100	39	8	0	28	296
Planaltina	0	0	22	0	0	25	0	0	0	47
Riacho Fundo	0	25	35	6	18	2	0	25	2	113
São Sebastião	0	0	0	0	0	0	0	0	100	100
Samambaia	152	178	759	685	1166	299	286	336	597	4458
Santa Maria	0	26	130	129	112	54	14	55	0	520
Sobradinho	0	0	132	286	199	175	26	58	88	964
Sudoeste	48	0	276	2101	637	69	0	0	209	3340
Taguatinga	213	1184	1689	1460	1878	1257	96	407	656	8840
Vicente Pires	0	0	0	13	0	0	0	0	0	13
TOTAL ANO	1331	5839	10898	15846	15174	7875	3995	4188	3525	68671

Fonte: SAE/Adasa

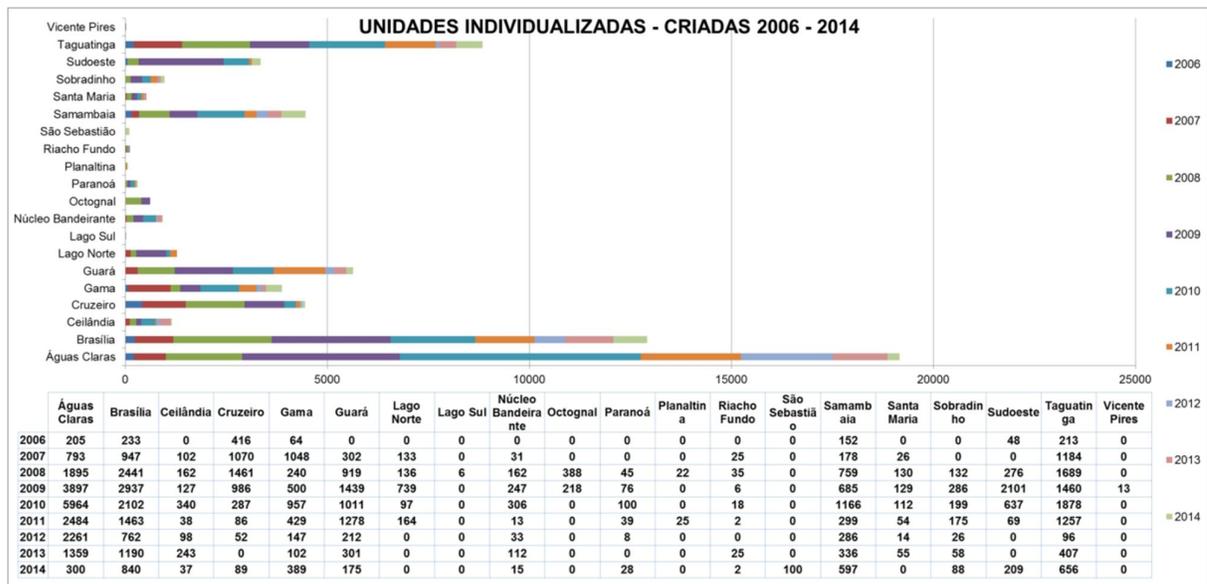
A seguir, no Gráfico 1 e no Quadro 1, é mostrada a evolução dos números de individualizações em 6 (seis) regiões administrativas (RA's), que representam 80% do total das individualizações realizadas entre 2006 e 2014, ou seja, pouco mais de 59.381 individualizações realizadas.

Gráfico 1 – Número de Individualizações - 2006 - 2014 - DF



Fonte: CAESB

Quadro 1 - Unidades Individualizadas por RA's

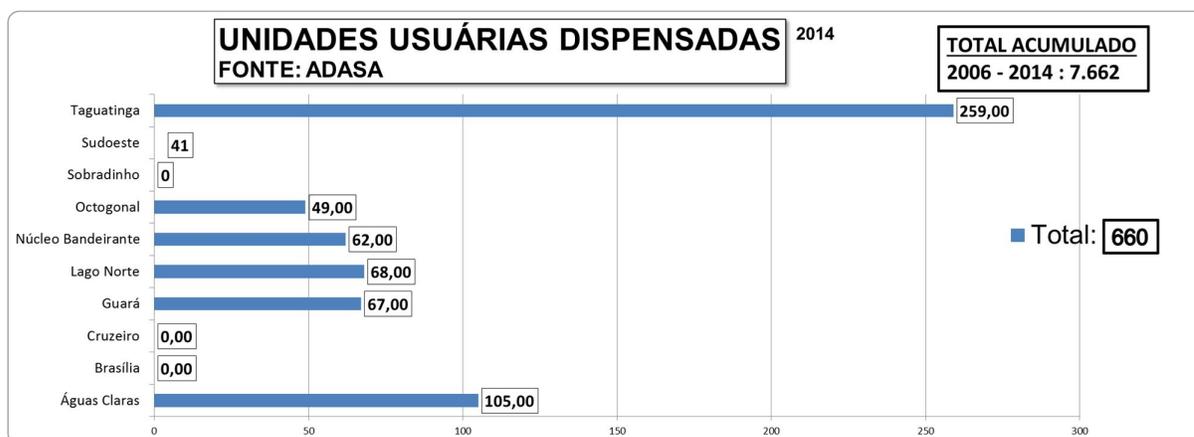


Fonte: SAE/Adasa

Outro controle realizado é o que diz respeito ao acompanhamento da quantidade de unidades usuárias que deixaram de aderir à medição individualizada, por inviabilidade técnica ou financeira. Até o fim de 2014 a Adasa já homologou 155 processos de dispensa, o que representa aproximadamente 7.662 unidades usuárias sem medição individualizada. Esse número representa 10% em relação ao total de unidades que já aderiram. A seguir, o Gráfico 2 mostra a quantidade de unidades

dispensadas da individualização por Região Administrativa (RA's), onde Brasília tem o maior número, com 3.133 unidades dispensadas.

Gráfico 2 – Número de Unidades Dispensadas de Individualização - 2014 – DF



Fonte: SAE/Adasa

Projetos de Resoluções e demais atos normativos

Em 2014 a Adasa realizou um levantamento dos assuntos prioritários que deveriam ser regulados como mecanismos estruturantes para uma atuação fiscalizatória mais eficiente.

Deste modo foram elaborados vários documento de iniciação de projetos que tinham por resultado a elaboração de vários atos normativos envolvendo a regulação da prestação dos Serviços Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, os quais devem ser publicados no biênio de 2014/2015.

Deste modo, foram iniciados 7 projetos de atos normativos visando a Regulação do Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no ano de 2013/2014, os quais encontram-se bastante desenvolvidos, conforme abaixo exposto.

Tabela 2 – Projetos de Resoluções de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Resoluções
Projeto de Resolução para Definir os Procedimentos para Envio de Informações
Projeto de Resolução de Comunicação de Incidentes e de Interrupção Programada dos Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário
Projeto de Resolução que Regulamenta o Reuso de Águas Cinzas e Aproveitamento de Águas Pluviais pelos Usuários dos Serviços de Saneamento Básico
Projeto de Norma de Padronização dos Procedimentos de Edição de Normas Regulatórias Expedidas pela Adasa

Projeto de Resolução que Conterá as Diretrizes para o Plano de Exploração a ser Elaborado e Atualizado pelo Prestador de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no DF

Resolução contendo Indicadores de Desempenho e Metas para o Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

Projeto de Resolução que estabelece as diretrizes para a instituição do conselho de consumidores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário pela CAESB

Fonte: SAE/Adasa

Pesquisa de satisfação dos consumidores dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário – Ano/Exercício 2014.

A pesquisa de satisfação dos usuários dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal é de suma importância, não só pela necessidade de se conhecer o estágio em que se encontra a concessionária prestadora desse serviço, em termos de padrão de qualidade, na avaliação de seu público consumidor, mas também para que a Adasa possa, utilizando-se dos indicadores apresentados na pesquisa, adotar políticas que lhe permita disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos das políticas de recursos hídricos e de saneamento no DF, e ainda, zelar pela qualidade das atividades e serviços prestados aos usuários desses serviços.

Essa avaliação é um fator preponderante e fundamental, na medida em que auxilia a liderança da concessionária prestadora desse serviço no processo decisório, porque ele passa a ser consubstanciado em impressão explícita dos usuários dos serviços, e não somente nos conceitos advindos de percepções internas, normalmente baseadas em itens objetivos e relacionados ao desempenho de processos - operacionais e financeiros.

Para atingir tal objetivo a Adasa buscou o apoio de empresa especializada na realização de pesquisa de opinião presencial, e por meio do Pregão Eletrônico 15/2013.

Para a Avaliação da satisfação dos usuários da CAESB no Distrito Federal, foram abordados os seguintes pontos:

- 1) Qualidade da água;
- 2) Continuidade do serviço de abastecimento de água;
- 3) Qualidade do atendimento relacionado ao serviço de abastecimento de água;
- 4) Qualidade dos serviços realizados pelo prestador em vias públicas;
- 5) Entendimento da fatura e medição (clareza, informações contidas, prazos de recebimento);
- 6) Qualidade dos serviços de esgoto;
- 7) Qualidade do atendimento relacionado ao serviço de esgotamento sanitário;
- 8) Avaliação dos preços dos serviços prestados;
- 9) Percepção do usuário quanto aos impactos ambientais devidos à prestação dos serviços;
- 10) Nível geral de contentamento com os serviços prestados pela concessionária;

- 11) Notificação sobre interrupções programadas;
- 12) Conhecimento dos direitos básicos dos usuários;
- 13) Qualidade da orientação sobre direitos e deveres dos usuários.
- 14) Compreensão clara do manual de prestação do serviço e de atendimento ao usuário.

Os resultados da pesquisa e o relatório final foram apresentados à Adasa em agosto de 2014.

A pesquisa de opinião será um projeto contínuo da Adasa com o objetivo acompanhar a evolução das opiniões dos usuários e deste modo aliar a opinião do usuário aos resultados das fiscalizações da Agência.

Fiscalizações Programadas

Inspeção de reclamações, denúncias e solicitação de informações do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do DF.

De acordo com a Lei Distrital nº 4.285/2008, compete à Adasa exercer o poder de polícia em relação à prestação dos serviços regulados, na forma das leis, regulamentos, contratos, atos e termos administrativos pertinentes, além de fiscalizar os serviços regulados, especialmente quanto a seus aspectos técnicos, econômicos, financeiros, contábeis, jurídicos e ambientais, nos limites estabelecidos em normas legais e regulamentares.

A ação fiscalizatória da Adasa visa, primordialmente, à educação e orientação da concessionária de serviço público de saneamento básico e à prevenção de condutas violadoras da lei e do Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa, bem como as condições técnicas de prestação dos serviços com a finalidade de assegurar a qualidade e continuidade destes.

No cumprimento de sua função de fiscal da qualidade do serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário prestado pela CAESB, Adasa atendeu diversas demandas de usuários que foram encaminhados para análise técnica pelo Serviço de Atendimento ao Usuário e Mediação – SAM - Adasa, sendo as principais demandas relacionadas a reparos de vazamento de água, desobstrução de rede de esgoto e ligação de água.

Visitas Técnicas

Conforme as competências explanadas, foram realizadas fiscalizações programadas, ou visitas técnicas, as quais tiveram o objetivo de avaliar o estado de conservação e funcionamento das unidades de tratamento, suas captações, elevatórias e reservatórios.

Por unidades de tratamento de água, entenda-se: Estações de Tratamento de Água (ETA), Unidades de Tratamento Simplificado (UTS) e Unidades de Cloração de Poços (UCP).

O resultado das fiscalizações foi encaminhado para a CAESB informando sobre pontos que mereciam atenção da concessionária, para ser novamente avaliado em nova fiscalização.

Visita técnica no sistema Sobradinho/Planaltina

O Sistema Sobradinho/Planaltina atende as áreas de Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Região do Grande Colorado, Vale do Amanhecer, Planaltina, Mestre D'Armas e Arapoanga.

As Unidades visitadas foram:

- 1) ETA Pipiripau, suas captações e levatórias:
- 2) Captação e Elevatória Pipiripau
- 3) Captação e Elevatória Brejinho
- 4) Captação e Elevatória Fumal
- 5) ETA Vale do Amanhecer, suas captações e elevatórias:
- 6) Elevatória Córrego Quinze
- 7) Captação Córrego Quinze
- 8) ETA Planaltina, suas captações e elevatórias:
- 9) Captação Corguinho
- 10) Elevatória de Água Bruta (EAB) Corguinho
- 11) Captação Mestre D'Armas
- 12) Elevatória de Água Bruta (EAB) Mestre D'Armas
- 13) Elevatória de Água Tratada (EAT) Mestre D'Armas
- 14) ETA Contagem e suas captações:
- 15) Captação Paranoazinho
- 16) Captação Contagem
- 17) Unidades de Cloração de Poços:
- 18) UCP.CVS
- 19) UCP.ARP.001
- 20) UCP.ARP.002
- 21) UCP.CAR.001
- 22) UCP.MNB.001
- 23) Unidades de Tratamento Simplificado
- 24) UTS.ARP.001
- 25) UTS.ARP.002
- 26) UTS.CAR.002
- 27) UTS.CGS.001
- 28) UTS.BSV.00

Visita técnica no sistema Brazlândia

No mês de maio, assim como realizada no sistema Sobradinho/Planaltina, foi feita fiscalização programada no Sistema Brazlândia, o qual é um sistema isolado, o que quer dizer que esse sistema não tem interligação com nenhum dos outros sistemas de abastecimento de água do DF. Atendendo apenas a região de Brazlândia.

As Unidades visitadas foram:

- Estação de Tratamento de Água (ETA) Brazlândia
- Captação Capão da Onça
- Captação Barrocão
- Elevatória Reservatório Elevado ERE.BRZ.001
- Elevatória Booster EBO.BRZ.001
- Reservatório Apoiado RAP.BRZ.001
- Reservatório Elevado REL.BRZ.001

Visita técnica na ETA Lago Sul suas elevatórias e captações

A Estação de Tratamento Lago Sul faz parte do Sistema Torto/Santa Maria, e, é responsável pelo abastecimento das quadras 28 e 29 do Lago Sul e todo o Jardim Botânico, incluindo os condomínios.

As Unidades visitadas foram:

- ETA Lago Sul
- Reservatório Apoiado Lago Sul 001 RAP.LSL.001
- Reservatório Apoiado Lago Sul 002 RAP.LSL.002
- Elevatória Booster Lago Sul EBO.LSL.001
- Elevatória de Água Tratada EAT.LSL.001
- Elevatória de Água Tratada EAT.LSL.002
- Elevatória de Água Bruta EAB.CV1

Visita técnica para acompanhamento do TAC N° 001/2009 (Vicente Pires)

Essa visita técnica teve como objetivo acompanhar o desenvolvimento dos serviços descritos no TAC N° 001/2009 assinado entre Adasa e CAESB em 28 de julho de 2009.

O TAC Nº 001/2009 se refere a uma série de obras que deveriam ser realizadas para a interrupção do lançamento de esgoto in natura no córrego Vicente Pires. Atendendo solicitação da CAESB foi concedida prorrogação de prazo para cumprimento das metas e compromissos estabelecidos.

As unidades visitadas foram:

- Estação Elevatória de Esgoto Parque Águas Claras (EEE Parque Águas Claras)
- Estação Elevatória de Esgoto Provisória de Águas Claras
- Estação Elevatória de Esgoto Águas Claras (EEE Águas Claras)

Até o presente momento, dos itens acordados no TAC Nº 001/2009 todos foram cumpridos, exceto pela conclusão da citada Estação Elevatória de Esgoto Águas Claras (EEE Águas Claras), a qual se encontra com 90% de execução, mas que, embora ainda não concluída, sua falta não tem causado prejuízos ambientais como extravasamento de esgoto in natura, que foi a principal motivação do referido TAC.

Fiscalização anual dos volumes faturados de água e esgoto, produzidos de água e coletados de esgoto

Embora mensalmente seja realizada a conferência dos valores informados para: volumes faturados de água e esgoto, produzidos de água e coletados de esgoto. Anualmente ainda ocorre a conferência anual dos volumes informados. Assim, no começo do ano de 2014 fiscalizou-se os volumes já citados informados durante o ano de 2013 para o cálculo das Taxas de Fiscalização sobre os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

A Fiscalização consistiu em apurar os valores referentes aos volumes produzidos de água e coletados de esgoto, assim como os volumes faturados de água e de esgoto.

Para apuração das informações relativas aos volumes produzidos de água em 2013, a equipe de fiscalização se encaminhou à sede da CAESB, onde conferiu *in loco* se os valores informados ao longo do ano de 2013 conferiam com os valores constantes dos sistemas utilizados pela concessionária.

Averiguação mensal dos volumes faturados de água e esgoto, produzidos de água e coletados de esgoto

Para o cálculo da TFS e TFU, todos os meses é realizada conferência dos seguintes valores:

- Volume faturado de água
- Volume faturado de esgoto

- Volume produzido de água
- Volume coletado de esgoto

A averiguação mensal da Adasa é realizada por meio da conferência dos valores recebidos da CAESB com a série histórica respectiva, considerando-se as condições atuais, o crescimento da população, período de seca, dentre outros fatores que podem alterar a curva gráfica em relação aos anos anteriores.

Fiscalizações não programadas

As fiscalizações podem ser programadas ou não programadas. Estas últimas ocorrem em razão de demandas, que podem ser internas, como por exemplo, originadas no Serviço de Atendimento ao Usuário (SAM) e de outras Superintendências, ou, externas, como por exemplo da Defensoria Pública e Ministério Público, dentre outros órgãos.

Tais demandas podem ensejar fiscalizações diretas ou indiretas. Nem sempre é necessário ir a campo para solucioná-las. A seguir estão relacionadas as manifestações sobre as demandas recebidas:

Demandas Internas:

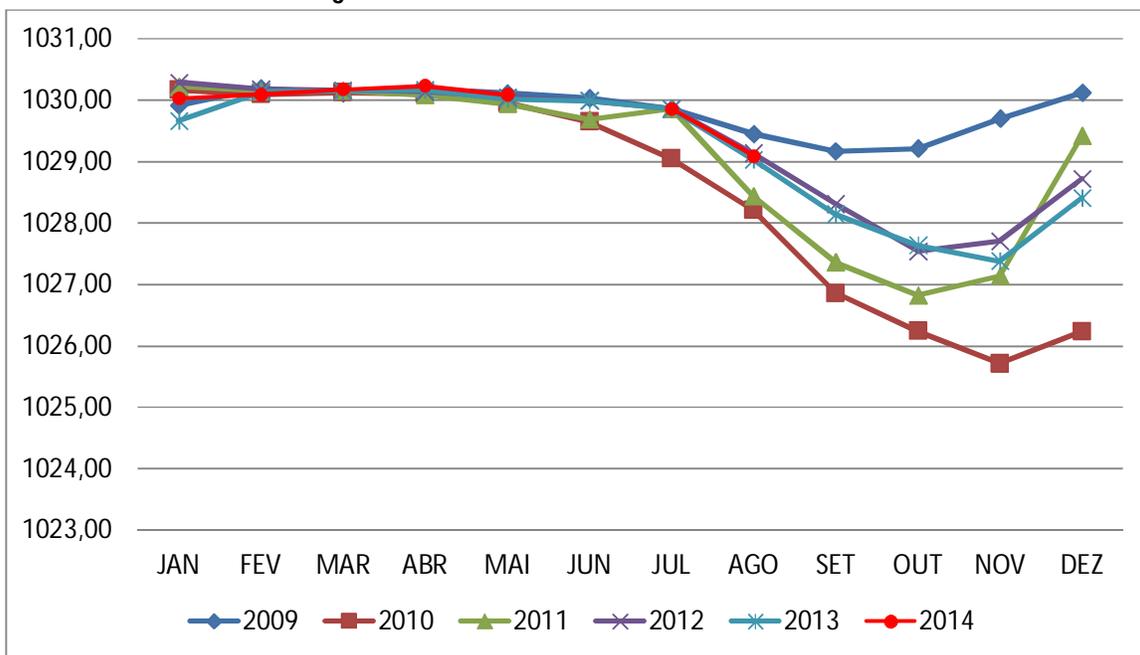
- Descumprimentos de prazos na execução dos serviços de manutenção

Nesse caso, devido a quantidade de reclamações sobre descumprimento dos prazos dos serviços de manutenção, houve de se averiguar as causas do problema e posteriormente buscou-se a solução junto à concessionária para que os consumidores não fossem mais prejudicados.

- Nível das Barragens

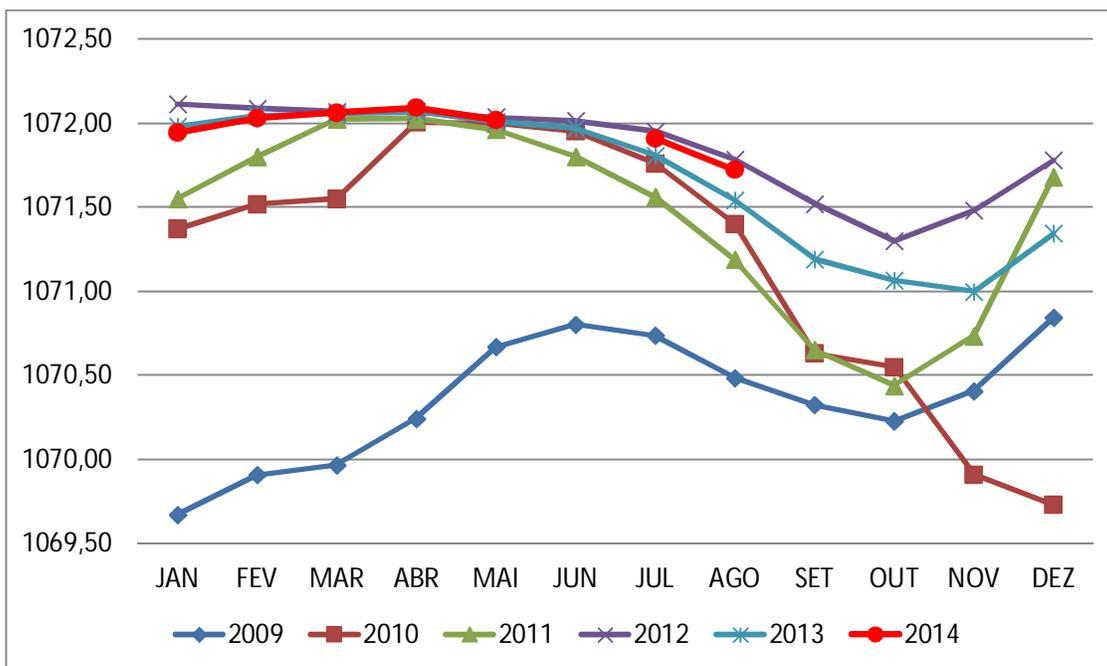
Devido à situação de estiagem em outras unidades da federação, a Diretoria Colegiada da Adasa solicitou o acompanhamento dos atuais níveis de cota das represas, bem como o histórico dos últimos cinco anos, o que resultou no seguinte gráfico, que mostra que os níveis atuais dos reservatórios acompanham as curvas dos anos anteriores.

Gráfico 3 - Barragem Descoberto - Cotas médias mensais nos últimos 5 anos



Fonte: SAE/Adasa

Gráfico 4 - Barragem Santa Maria - Cotas médias mensais nos últimos 5 anos



Fonte: SAE/Adasa

- Vazamento de esgoto da EEB 04 no Lago Norte

Houve ainda demanda devido a quantidade de reclamações de um usuário sobre vazamento de esgoto nas proximidades da sua casa, próximo à Elevatória de Esgoto Bruto (EEB) 04. Tais reclamações ensejaram fiscalização na área bem como exigiu-se da empresa que se manifestasse sobre o problema e apontasse solução definitiva para o caso.

- Lançamento irregular de água proveniente da lavagem dos filtros de ETAs

A equipe de fiscalização da Superintendência de Drenagem, Energia e Gás – SDE, em fiscalização de rotina encontrou lançamento irregular da água proveniente de lavagem dos filtros de Estações de Tratamento de Água – ETAs da CAESB. Foi solicitado que a concessionária informasse prazo para o encerramento da irregularidade, o que gerará, após os prazos apresentados, uma fiscalização conjunta por parte de Superintendências Técnicas da Adasa para a averiguação da efetiva cessação dos lançamentos irregulares.

Demandas Externas:

As demandas externas, em geral, são pedidos de informação acerca de algum assunto pertinente a área de abastecimento de água e coleta de esgoto. As seguintes demandas externas ensejaram manifestação da Adasa:

- Câmara Legislativa do DF solicitou informações acerca dos reservatórios que abastecem o DF e sobre o risco de haver falta de água em alguma região.
- Administração Regional do Gama solicitou informações sobre a implantação de rede de abastecimento de água na comunidade do Engenho das Lajes
- Ministério Público da União solicitou informações acerca da qualidade da água distribuída para a Escola Classe Almécegas.

Monitoramento e Acompanhamento da qualidade do serviço prestado.

Um dos objetivos fundamentais da Adasa é proteger a qualidade e controlar os padrões dos serviços prestados pela concessionária de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Dessa forma, atendendo ao preconizado na Lei nº 4.285/2008, a Agência acompanha a qualidade do serviço prestado analisando e atuando junto à CAESB, quando preciso.

De acordo com o Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa, a fiscalização técnica deve acompanhar as condições técnicas da prestação dos serviços. Para este acompanhamento o controle é realizado por intermédio de um contrato de prestação de serviço com empresa qualificada, a qual, mensalmente faz coleta de amostras em locais determinados pela Adasa.

Atualmente, a empresa contratada faz a coleta e análise em amostras de água nas saídas dos tratamentos, na rede de distribuição, nas captações superficiais e subterrâneas nas regiões rurais e nos esgotos tratados, estando cada uma dessas 5 matrizes separadas em produtos que são entregues mensalmente:

- i. Produto 1: 10 pontos de coleta em saídas de Estações de Tratamento de Água e Unidades de Tratamento Simplificado;
- ii. Produto 2: 8 pontos de coleta na rede de distribuição;
- iii. Produto 3: 2 pontos de coleta na área rural em captações superficiais;
- iv. Produto 4: 7 pontos de coleta na área rural em captações subterrâneas;
- v. Produto 5: 8 pontos de coleta de efluentes tratados de Estações de Tratamento de Esgoto.

Os pontos são escolhidos de forma a contemplar análise do máximo de unidades de tratamento possível. No caso das coletas de amostras na rede de distribuição, por serem muitos pontos, a análise se foca nos pontos dentre toda a rede que apresentaram desconformidades com que prevê a Portaria 2914/2011 do Ministério da Saúde, principalmente no caso de resultado positivo para Coliformes Totais e E. coli.

Além das análises realizadas pela empresa contratada, a Adasa acompanha o desempenho operacional das Estações de Tratamento de Esgotos – ETE's por intermédio de dados mensais encaminhados pela prestadora de serviço que permitem avaliar a eficiência operacional de remoção de matéria orgânica, nutrientes e sólidos, além da capacidade de tratamento de cada estação.

A Adasa monitora mensalmente, ainda, a qualidade da água na saída das estações de tratamento de água e na rede de distribuição da CAESB, por meio da análise dos dados fornecidos pela concessionária.

A qualidade da água distribuída pela CAESB atendeu, na maioria dos meses de 2014, aos padrões físico-químicos e bacteriológicos de potabilidade exigidos pela Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde, não gerando não-conformidades com necessidade de intervenções da Adasa.

A Adasa acompanha também a qualidade da água distribuída nas áreas rurais do Distrito Federal. Ao todo são 47 soluções alternativas coletivas (SAC) nas quais a CAESB realiza o monitoramento da qualidade da água fornecida para consumo das comunidades rurais.

2.2.2. Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos

A Lei Distrital nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008, que reestruturou a Adasa, estabelece como áreas de competência da Agência, entre outras, *“o saneamento básico, entendido como sendo o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, bem como drenagem e manejo de águas pluviais urbanas”*.

Os serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, segundo a Lei Federal nº 11.445/2007, são definidos como o conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas. No DF, estes serviços são de competência do Serviço de Limpeza Urbana, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O art. 10 da Lei Distrital n.º 4.285/2008 estabelece que compete à Adasa exercer plenamente a regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, que compreenderá, entre outras, as competências de promover estudos e pesquisas, visando o desenvolvimento dos serviços e estimular a melhoria da qualidade e aumento de eficiência dos serviços e do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos.

O cenário da política de resíduos sólidos no Distrito Federal traduz o histórico desmonte da infraestrutura de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos (GRSU) no DF, materializado pela terceirização excessiva com deficiência de fiscalização e pelo sucateamento das instalações de transbordo, de tratamento e de destinação final.

Esta condição acabou por atenuar a capacidade de interveniência do Estado na indução da excelência gerencial indispensável à manutenção de um padrão mínimo de qualidade para os serviços administrados, executados direta ou indiretamente.

Regulação

O Serviço de Limpeza Urbana (SLU) funciona com uma sobrecarga técnica que ultrapassa os limites da responsabilidade. A frota usada é insuficiente e as infraestruturas de coleta, transbordo e tratamento mostram-se insuficientes e estão no caminho da obsolescência frente ao volume e distribuição geográfica dos resíduos produzidos.

Diante deste quadro, observa-se que a atuação da entidade reguladora ganha papel de destaque, em virtude da necessidade de definição de regulamentos técnicos que permitam estabelecer as melhores práticas a serem observadas pelos prestadores de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, obedecidos os princípios e diretrizes estabelecidos na política setorial.

Nesse sentido a Adasa vem empreendendo ações de forma a cumprir suas competências regulatórias e contribuir para a implantação de políticas para o setor. Destaca-se, assim, a elaboração de normativos com o objetivo de nortear o prestador de serviço, na plena execução de suas atividades, obter melhores resultados de eficiência e eficácia.

Dentre as atividades regulatórias desenvolvidas destacam -se:

Elaboração de Resolução que dispõe sobre os procedimentos para instalação, operação e manutenção de estações de transbordo de resíduos sólidos urbanos no Distrito Federal

As estações de transbordo são pontos de destinação intermediários dos resíduos coletados na cidade, criados em função da considerável distância entre a área de coleta e o aterro sanitário. Essas unidades, portanto, são locais onde os resíduos sólidos são descarregados dos caminhões de coleta (geralmente compactadores) e, depois, colocados em um veículo de maior capacidade de carga que os transportam até o seu destino final.

Saliena-se que a partir de uma determinada distância começa a ser inviável economicamente o deslocamento dos caminhões convencionais de coleta, com capacidade de carga de 7 a 10 toneladas ou 15 a 20m³, até os locais de tratamento e destinação final dos resíduos. Assim, as estações de transbordo ou transferência de resíduos surgem como alternativa ambiental e economicamente viável.

As estações de transbordo e sua operacionalização têm impactos sociais e ambientais, assim como qualquer outra etapa de gestão de resíduos sólidos, necessitando de acompanhamento técnico e monitoramento permanentes. No DF, as unidades que realizam a atividade de transbordo e que são de responsabilidade do SLU estão operando em sua maioria, acima da sua capacidade inicialmente instalada.

Em visitas técnicas realizadas por técnicos da Adasa foram visualizadas algumas inadequações na operação e manutenção das respectivas estações, como por exemplo, o acúmulo de resíduos por tempo superior ao previsto, presença de vetores como pombos e roedores, e escoamento de chorume no solo.

Figura 1 - Estações de transbordo do Distrito Federal

<p>Figura 1c. Estação de transbordo de Sobradinho – Catadores retirando resíduos do pátio de despejo da coleta convencional.</p>	<p>Figura 1b. Estação de transbordo de Sobradinho – Prédio de transbordo.</p>
	
<p>Figura 1d. Estação de transbordo do Gama – Pátio de despejo de resíduos.</p>	<p>Figura 1d. Estação de transbordo do Gama – Pátio de despejo de resíduos.</p>
	

Fonte: SRS/Adasa

Dessa forma, visando à melhoria da execução desta atividade pelo prestador de serviços, a Adasa elaborou estudos que culminaram na versão preliminar de minuta de Resolução que disporá sobre os procedimentos para instalação, operação e manutenção de estações de transbordo de resíduos sólidos urbanos no DF.

A fim de aperfeiçoar o texto preliminar, a Adasa contratou consultoria especializada para realizar a análise da proposta de minuta e verificasse a viabilidade técnica e econômica, bem como a aplicabilidade da norma ora proposta. A partir da análise da consultoria foi possível realizar adequações e complementações ao texto preliminar.

Essa Resolução, a ser submetida à Diretoria Colegiada da Adasa, possibilitará a discussão com as partes interessadas, inclusive com o prestador de serviços. Após esta etapa, o texto consolidado será submetido à consulta e audiência pública onde deverão participar toda a sociedade.

Elaboração de normas que disporão sobre as condições gerais da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos

Com a publicação da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, foi reforçado o papel das entidades reguladoras dos serviços de saneamento básico, conferindo-lhes competências que as permitem exercer a regulação, sobretudo sob os aspectos técnico, econômico e social, conforme o artigo 23 da norma supracitada:

“Art. 23. A entidade reguladora editará normas relativas às dimensões técnica, econômica e social de prestação dos serviços, que abrangerão, pelo menos, os seguintes aspectos:

I - padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços;

II - requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;

III - as metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços e os respectivos prazos;

IV - regime, estrutura e níveis tarifários, bem como os procedimentos e prazos de sua fixação, reajuste e revisão;

V - medição, faturamento e cobrança de serviços;

VI - monitoramento dos custos;

VII - avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;

VIII - plano de contas e mecanismos de informação, auditoria e certificação;

IX - subsídios tarifários e não tarifários;

X - padrões de atendimento ao público e mecanismos de participação e informação;

XI - medidas de contingências e de emergências, inclusive racionamento;”

O art. 10 da Lei Distrital nº 4.285/2008 estabelece que compete à Adasa exercer plenamente a regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal, que compreenderá, entre outras, as competências de promover estudos e pesquisas, visando o desenvolvimento dos serviços e estimular a melhoria da qualidade e aumento de eficiência dos serviços e do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos.

Diante deste quadro, observa-se que a atuação da entidade reguladora ganha papel de destaque, em virtude da necessidade de definição de regulamentos técnicos que permitam estabelecer as melhores práticas a serem observadas pelos prestadores de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, obedecidos os princípios e diretrizes estabelecidos na política setorial.

Nesse sentido, foi elaborado um projeto básico para contratação de consultoria para a realização de estudos visando apoiar à Adasa no estabelecimento de dispositivos relacionados às atividades do serviço público de manejo de resíduos sólidos. A partir desses estudos, serão elaboradas as minutas de resoluções sobre:

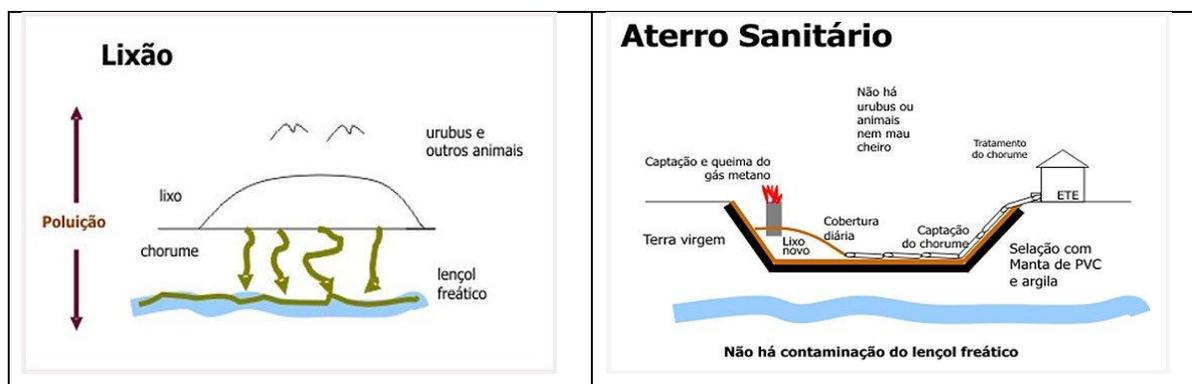
Condições da Prestação dos Serviços de Disposição Final de Rejeitos em Aterros Sanitários no Distrito Federal

No Distrito Federal, a situação do manejo de resíduos sólidos merecem cuidados, principalmente no que diz respeito à questão da regularidade dos serviços de coleta e disposição final, uma vez que os resíduos são dispostos no Aterro do Jóquei, um lixão a céu aberto, alternativa inadequada do ponto de vista sanitário e ambiental.

Para viabilizar a disposição final adequada dos rejeitos, em 2013, o SLU publicou o Edital de Licitação da Concorrência Pública com o objetivo de contratar Licitante especializada para prestação de serviços de operação e de manutenção do Aterro Sanitário Oeste, localizado na Região Administrativa de Samambaia.

Nesse sentido, a edição de norma de regulação que disponha sobre as condições técnicas de instalação, operação e manutenção de aterro sanitário contribuirá para qualidade da disposição final dos rejeitos no DF, minimizando os riscos sanitários e ambientais.

Figura 2 - Diferença entre lixão e aterro sanitário



Fonte: <https://jogadacerta.wordpress.com/tag/aterro-sanitario/>. Acesso em 07/10/2014.

Condições Gerais da Prestação dos Serviços de Coleta, Transbordo, Transporte, Tratamento e Triagem de Resíduos Sólidos Urbanos

Dentre as ações iniciadas pelo DF está, também, o programa de coleta seletiva. O SLU publicou em agosto/2013 o Edital de Concorrência nº 03/2013 – CPL/SLU para contratação de Licitante(s) especializada(s) em serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos recicláveis domiciliares, institucionais e comerciais nas áreas urbanas e rurais do Distrito Federal, distribuídas em 4 (quatro) lotes distintos. Em fevereiro de 2014 foram assinadas as ordens de serviço possibilitando que as Licitantes passem a atuar no DF realizando a coleta seletiva dos materiais recicláveis.

De acordo com o projeto básico publicado a distribuição qualitativa dos resíduos gerados no Distrito Federal corresponde a mais de 50% de resíduos potencialmente recicláveis (PDRSU – 2008), representando mais de 1.300 toneladas/dia destinadas para aterramento sem nenhum tratamento prévio.

Grande parte desses resíduos podem ser reutilizados e reciclados, retornando ao mercado e gerando emprego e renda. Para que isto seja possível é necessária sua segregação na origem pelos geradores e a implantação de uma coleta diferenciada onde os resíduos recicláveis, já separados dos resíduos orgânicos, possam ser coletados e devidamente triados com menor contaminação. Desta forma a coleta seletiva implicará na valorização dos resíduos recicláveis, facilitação do processo de triagem, aumento da quantidade de resíduos reutilizados ou destinados à reciclagem e, finalmente, na diminuição dos resíduos aterrados com o consequente aumento da vida útil dos aterros trazendo ganhos nos aspectos econômicos e ambientais.

A Lei 12.305/2010 indica claramente a introdução da coleta seletiva de resíduos como forma imprescindível ao gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos necessários a gestão mais adequada do lixo nas cidades.

Ressalta-se que, em paralelo a este projeto, o DF viabilizou em 2013, junto ao BNDES, convênio para construção de centros de triagem de materiais recicláveis. Os recursos decorrentes do convênio serão utilizados para o financiamento da construção dos centros de triagem necessários para equipar as cooperativas de catadores organizadas do DF, de forma a possibilitar a sua inserção no sistema público de coleta seletiva.

Sendo assim, a edição de normas sobre essas atividades permitirá o exercício da competência regulatória desta Agência, contribuindo para o desenvolvimento dos serviços e estimulando a melhoria da qualidade e aumento de eficiência das atividades e, principalmente, do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos no DF.

Convênio entre a Adasa e a Agência Goiana de Regulação (AGR)

O Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e das Águas Pluviais da Região Integrada do Distrito Federal e Goiás – CORSAP/DF-GO, teve seu contrato de consórcio ratificado no DF, por meio da Lei Distrital nº 4.948, de 11/10/2012.

O CORSAP – DF/GO abrange o território do Distrito Federal e os Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás, Vila Boa e Vila Propício, pertencentes ao Estado de Goiás.

A Clausula 8ª, §2º do referido contrato estabelece que:

Cláusula 8ª

(...)

*§ 2º. A regulação e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos urbanos se adequarão às diretrizes do planejamento regional integrado, podendo ser efetuadas pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa, quando prestado ao Distrito Federal, ou pela Agência Goiana de Regulação - AGR, quando prestado a Município de Goiás, **ou ainda por convênio de cooperação entre as mesmas, com interveniência do Consórcio**, no caso de regulação e fiscalização unificada dentro da área de abrangência do Consórcio.(Grifo nosso)*

Sendo assim, foi elaborada proposta de convênio a ser celebrado com a AGR em conformidade com a cláusula acima citada.

O convênio visa, dentre outras, estabelecer a forma como se dará as ações de fiscalização e a edição de normas no âmbito do consórcio pelas duas entidades reguladoras. Tal medida visa atender também ao disposto na Lei Federal nº 11.445/2007, art. 14, inciso II que dispõe que a prestação regionalizada de serviços públicos de saneamento básico é caracterizada por uniformidade de fiscalização e regulação dos serviços, inclusive de sua remuneração.

Figura 3 - Reunião entre representantes da Adasa e da AGR para discutir os termos do convênio



Fonte: <http://www.agr.go.gov.br/post/ver/178487/goias-e-distrito-federal-discutem--convenio-na-area-de-residuos-solidos>. Acesso em 07/10/2014.

Elaboração de material educativo sobre gestão de resíduos sólidos

Atualmente, a geração de resíduos tem sido maior que a capacidade da natureza em absorvê-los. O descarte e a gestão inadequada dos resíduos sólidos podem ocasionar sérios danos ambientais e de saúde, tal como contaminação do solo, das águas e proliferação de vetores.

A Superintendência de Resíduos Sólidos da Adasa - SRS, visando contribuir com as ações educativas realizadas por esta Agência em relação ao saneamento básico (Adasa na Escola e Descoberto Coberto), iniciou a elaboração de proposta de cartilhas que visam alertar a sociedade sobre a problemática dos resíduos sólidos. As propostas abordam a importância da redução dos resíduos, bem como da reutilização e da reciclagem desses materiais.

Novo conteúdo a ser abordado é a coleta seletiva, serviço implantado em todo território do DF em fevereiro de 2014. As vantagens dessa coleta bem como a responsabilidade dos consumidores e usuários desses serviços devem estar bem claras para que a gestão ocorra de forma adequada desde a sua origem.

As propostas de cartilhas serão desenvolvidas de forma a ser distribuída e deverão ser confeccionadas no início de 2015.

Fiscalização

O serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos compreende: a coleta, remoção e o transporte dos resíduos sólidos domiciliares; a varrição e limpeza de vias e logradouros públicos; a remoção e transporte de resíduos das atividades de limpeza; a remoção de resíduos volumosos e de entulhos lançados em vias e logradouros públicos; a prestação de serviços de operação e manutenção dos sistemas de transferência de resíduos sólidos urbanos e das unidades de triagem e compostagem,

incluindo a transferência dos rejeitos gerados nessas unidades para destino final disposto de forma correta, utilizando aterros sanitários em conformidade com a legislação ambiental.

A Lei nº 5.275, de 24 de dezembro de 2013, dispõe que cabe ao Serviço de Limpeza Urbana – SLU a gestão e operação da limpeza urbana e o manejo dos resíduos sólidos de que tratam as Leis federais nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, suas alterações e seus regulamentos, no Distrito Federal e nos municípios com os quais o Governo do Distrito Federal mantenha, para o mesmo fim, contratos e termos correlatos.

A Lei nº 4.285/2008, determina que são áreas de competência da Adasa, o saneamento básico, entendido como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de, entre outras, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Cabe à Superintendência de Resíduos Sólidos, através da Coordenação de Fiscalização, fiscalizar a prestação e a utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos nos termos das normas legais, regulamentares e contratuais.

A fiscalização tem como premissa educar e orientar o prestador de serviços, prevenindo e punindo, quando necessário, as condutas violadoras da lei, com o objetivo de garantir a qualidade, adequação e finalidades dos serviços prestados.

Durante o ano de 2014, a fiscalização se pautou nas atividades de visitas técnicas às diversas instalações do prestador de serviços, a visitas às Regiões Administrativas do DF, que na prática funcionam como típicas cidades, com o objetivo de verificar junto às Administrações como está o desempenho do prestador de serviços no que se refere a resíduos sólidos e, também, a inspeções em campo para verificação de denúncias veiculadas pela mídia escrita e falada.

A fiscalização também atuou em trabalhos voltados à Educação Ambiental com vistas à conscientização e a prática de ações que minimizem o impacto do lixo nas cidades.

Dentre as atividades desenvolvidas destacam - se:

Visitas Técnicas às unidades do Serviço de Limpeza Urbana – SLU

- **Núcleo Regional de Limpeza Norte – NUNOR**

O NUNOR é uma instalação de propriedade do SLU que serve como área de transbordo recebendo, prioritariamente, os resíduos oriundos da coleta seletiva, mas que em situações emergenciais, se destina a receber provisoriamente parte dos resíduos oriundos da coleta convencional que seriam destinados ao Aterro do Jóquei (Lixão da Estrutural). O local também serve de depósito transitório de pneus e de resíduos eletrônicos, em sua grande maioria monitores para computador.

No local há previsão de construção de um centro de triagem de materiais recicláveis, previsto para estar concluído ainda em 2014.

Na visita identificou-se a necessidade de implantação de algumas ações visando melhorar as condições de operação e manutenção das atividades desenvolvidas na unidade, entre outras a: modernização da estrutura do Núcleo com a construção de galpões fechados para abrigar as atividades de transbordo; manutenção dos resíduos no local por períodos curtos de tempo, e a adoção de soluções de paisagismo para conter odores desagradáveis.

Figura 4 – Área da NUNOR

	
<p>Figura 4a. Pátio de Triagem</p>	<p>Figura 4b. Pátio de Triagem</p>
	
<p>Figura 4c. Pesagem de caminhão com resíduos da coleta seletiva</p>	<p>Figura 4d. Deck inferior da estação de transbordo</p>

Fonte: SRS/Adasa

- **Aterro Sanitário Oeste**

O Aterro Sanitário Oeste, localizado na margem da Rodovia DF 180, Região Administrativa de Samambaia, ao lado da ETE Samambaia da CAESB, é um local destinado à instalação do primeiro aterro sanitário do Distrito Federal, que servirá para abrigar os rejeitos que hoje são dispostos no Lixão da Estrutural. Entretanto suas instalações ainda precisam ser concluídas.

Dentre as obras em execução destacam-se a implantação da drenagem pluvial, o cercamento do local contra o acesso indesejado de pessoas e animais, e a pavimentação asfáltica (visita técnica em outubro/2014).

Figura 5 - Aterro Sanitário Oeste



Figura 5a. Futura área destinada a entrada e pesagem dos rejeitos (Fev/2014)



Figura 5b. Acesso ao Aterro Sanitário Oeste (Fev/2014)



Figura 5c. Parte das pistas internas asfaltadas (Out/2014)



Figura 5d. Obra de drenagem pluvial em andamento (Out/2014)

- **Núcleo Regional de Limpeza Sul – NOUSUL**

O NOUSUL é uma unidade que tem como responsabilidade o recebimento, tratamento e transbordo dos resíduos da coleta convencional e da coleta seletiva do DF. Parte do material recebido na unidade é encaminhado para o processo de triagem e compostagem, enquanto o restante é transportado diretamente ao Lixão da Estrutural, uma vez que a usina não possui capacidade para tratamento de todo lixo recebido.

O processo de triagem é composto de esteiras transportadoras, biodigestores e equipamentos separadores (peneira) e de catadores de materiais recicláveis que separam plástico, metal e papelão para posterior beneficiamento e comercialização. A fração orgânica também é separada ao longo do processo e o pré-composto gerado é encaminhado ao Núcleo de Ceilândia para completar seu processamento e ser utilizado como composto orgânico na agricultura. No local funcionam cooperativas que executam o serviço de triagem no interior da usina.

Com vistas a melhorar as condições de operação do NOUSUL, torna-se necessário a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos para que ocorra o funcionamento total da linha de triagem; a intensificação das campanhas de coleta seletiva, a fim de diminuir a mistura de resíduos orgânicos com os secos; e a instalação, mesmo provisória, de estrutura para proteger os catadores das intempéries do tempo.

Figura 6 – Unidade NOUSUL





Fonte: SRS/Adasa

- **Aterro do Jóquei (Lixão da Estrutural)**

O Aterro do Jóquei, ou Lixão da Estrutural, é uma área destinada a receber a maior parte dos resíduos gerados no DF. No local são depositados tanto rejeitos, que não poderão mais ser aproveitados, como resíduos da coleta seletiva e da construção civil.

A operação do Aterro é feita por empresa terceirizada, a triagem é realizada por cooperativas de catadores e a fiscalização e a pesagem dos resíduos que são dispostos no local são realizadas por funcionários do SLU.

A baixa quantidade de material reciclável separada e uma baixa eficiência no processamento das usinas de tratamento ocasionam um aumento na quantidade de resíduos destinados ao Lixão, o que provoca uma ação maior de catadores no local em condições insalubres, como também causam um custo maior para o SLU, tendo em vista que a remuneração às empresas contratadas é feita em função de toneladas transportadas.

Os resíduos oriundos da construção civil são depositados no aterro sem nenhum controle de pesagem e nem ressarcimento ao SLU pelo uso do local como depósito.

O chorume e o biogás produzidos no Aterro, não contam com um sistema efetivo de captação e tratamento, não evitando a percolação da maior parte do chorume no solo e a contaminação da água subterrânea e a ocorrência de explosão devido ao acúmulo de gás metano entre as camadas de deposição de resíduos.

Até que se encerrem as operações no local, as recomendações, dentre outras, são no sentido de: ampliar as ações de divulgação da coleta seletiva no Distrito Federal, com vistas a melhorar a

qualidade do resíduo para os catadores, e que o SLU implemente medidas que impeçam o trabalho simultâneo de catadores e máquinas de compactação no mesmo local.

Figura 7 - Aterro do Jóquei (Lixão da Estrutural)



Fonte: SRS/Adasa

- **Núcleo Regional de Limpeza de Ceilândia – NUCEI**

O NUCEI é uma unidade do SLU onde se realizam as operações de recebimento, triagem e compostagem dos resíduos orgânicos. Recebe resíduos da coleta convencional e da coleta seletiva.

O processo de triagem é realizado por duas linhas de operação idênticas com esteiras que transportam os resíduos para peneiras que separam os resíduos secos dos orgânicos. Todo o processo é sistematizado a partir de uma sala de controle, de onde se monitora o funcionamento da central de triagem.

Duas cooperativas de catadores operam no local e retiram em torno de 5% de resíduos recicláveis do total recebido. Do restante, 20% se transformam em adubo orgânico e o restante, classificado como rejeito, é transportado para o Lixão da Estrutural.

De uma maneira geral a usina opera adequadamente, mas percebe-se que é possível ampliar a separação dos materiais recicláveis a partir uma melhoria na qualidade da coleta seletiva e no aumento de catadores para trabalhar no processo de separação dos resíduos.

Figura 8 - Núcleo Regional de Limpeza de Ceilândia – NUCEI



Figura 8a. Vista das esteiras de separação



Figura 8b. Peneira de Afinagem

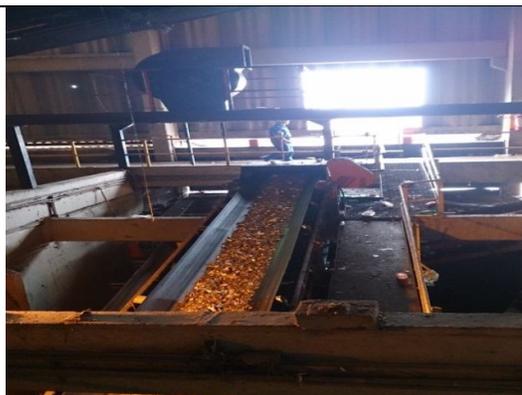


Figura 8c. Esteira com material orgânico

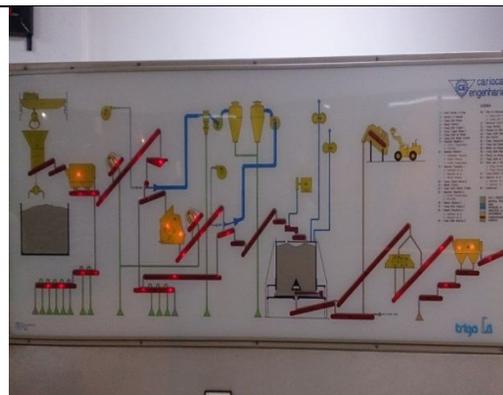


Figura 8d. Sistema de controle das operações



Figura 8e. Galpão com resíduos da coleta seletiva



Figura 8f. Lagoa de Chorume

- **Núcleo Regional de Limpeza de Brazlândia – NUBRA**

O NUBRA é uma unidade de transbordo e triagem que recebe os resíduos da coleta convencional e seletiva, sendo responsável também pelas atividades de limpeza urbana como varrição, capina, poda de árvores, entre outras. Os serviços são executados por empresa terceirizada e fiscalizados pelos servidores do SLU.

O processo de separação e posterior compactação dos resíduos coletados na região de Brazlândia são realizados em instalações do SLU, em parceria com uma associação de catadores que executam suas tarefas em dois turnos de trabalho.

Os materiais não aproveitados no processo de separação sofrem transbordo para o Aterro da Estrutural. Observou-se que uma melhoria da qualidade dos resíduos oriundos da coleta seletiva e adequações e modernização dos equipamentos de triagem são ações que poderiam ampliar a capacidade de separação dos recicláveis.

Figura 9 –Unidade NUBRA



Figura 9c. Galpão com esteiras de triagem

Figura 9d. Tendas de proteção utilizadas na linha de triagem

Fonte: SRS/Adasa

- **Núcleo Regional de Limpeza de Sobradinho – NUSOB**

O NUSOB é uma unidade de transbordo e triagem que recebe resíduos da coleta seletiva e convencional das regiões administrativas de Sobradinho I e II, Paranoá, Itapoã e Fercal e trabalha em parceria com duas cooperativas de catadores que executam o trabalho de separação dos resíduos da coleta seletiva e na triagem dos materiais da coleta convencional com a posterior compactação dos mesmos para revenda.

Nesta unidade o transbordo ocorre por gravidade, em um prédio apropriado para este fim e posterior transbordo ao Lixão da Estrutural.

Observou-se que uma melhoria da qualidade dos resíduos oriundos da coleta seletiva poderia ampliar a capacidade de separação dos materiais recicláveis.

Figura 10 – Unidade NUSOB



Figura 10a. Vista geral das instalações do NUSOB



Figura 10b. Prédio de transbordo



<p>Figura 10c. Vista das tendas de triagem</p>	<p>Figura 10d. Área de descarga dos resíduos coletados</p>
---	---

Fonte: SRS/Adasa

- **Núcleo Regional de Limpeza do Gama – NUGAM**

O NUGAM é uma unidade operacional que executa as atividades de transbordo dos resíduos de coleta convencional oriundos das regiões administrativas do Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II, Santa Maria e Gama.

O Núcleo também recebe os resíduos da coleta seletiva que são pesados e divididos, em partes iguais, para serem entregues às cooperativas de catadores de Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo I e II, uma vez que a unidade não executa atividades de triagem de materiais.

Esta unidade possui uma boa infraestrutura para manutenção, lavagem e higienização da frota de caminhões utilizados nas coletas, porém não possui impermeabilização de áreas onde são despejados os resíduos, o que pode comprometer o lençol freático.

Figura 11 – Unidade NUGAM

	
<p>Figura 11a. Vista geral das instalações do NUGAM</p>	<p>Figura 11b. Prédio de transbordo</p>



Fonte: SRS/Adasa

- **Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil – ATTR**

Nesta unidade são depositados e triados os resíduos de construção e demolição oriundos de pequenos geradores. Os materiais são despejados no solo e sofrem triagem manual feita por funcionários de empresa contratada.

Os materiais são classificados por tipo como: vergalhão, plástico, latas, madeiras, tubos, etc. e armazenados em áreas distintas dentro da unidade para posterior comercialização e o rejeito é espalhado e agregado ao solo da área da unidade.

Figura 12 - Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil – ATTR





Fonte: SRS/Adasa

Visitas Técnicas junto às Regiões Administrativas

O Distrito Federal está dividido em 31 Regiões Administrativas – RA que funcionam como típicas cidades, mas com a particularidade de terem na sua gerência administradores regionais e secretários.

No segundo semestre de 2014 a Adasa iniciou uma série de visitas a essas regiões com o objetivo de conhecer e avaliar a prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos e de limpeza urbana nas áreas de abrangência de cada RA.

Essas ações buscavam conhecer o envolvimento das RA's com o manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana em sua região; qual o nível de universalização dos serviços nas suas áreas de responsabilidade; o grau da qualidade e da efetividade da coleta seletiva, tanto do ponto de vista dos serviços prestados pelo SLU, quanto à adesão dos usuários no programa; quais os principais obstáculos relacionados a resíduos sólidos na RA, no que tange a - frequência da coleta, qualidade dos serviços prestados e deposição de resíduos em áreas irregulares; e de que modo a Adasa poderia auxiliar na melhoria da prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

Foram programadas e realizadas para 2014, a visita a 3 (três) RA's: Brasília, Sobradinho e Taguatinga. Constatou-se que nestas regiões a coleta de resíduos convencionais estão sendo realizadas de forma satisfatória, com as rotas de coleta sendo atendidas de acordo com a programação estabelecida.

O maior problema enfrentado nas RA's refere-se à disposição irregular dos resíduos volumosos e de construção civil, como também dos restos de podas de árvores em áreas inadequadas para esse fim. A medida corretiva termina por ficar a cargo da própria estrutura da Região Administrativa que retira e transporta os resíduos até o Lixão da Estrutural.

Visitas a pontos de disposição clandestina de resíduos a partir de denúncias e reclamações de usuários junto aos meios de comunicação

Frequentemente são mostradas notícias publicadas pelos meios de comunicação abordando a existência de depósitos clandestinos de lixo em todo o território do Distrito Federal. Segundo dados do SLU, mais de 7 (sete) mil toneladas de lixo e entulho são produzidos diariamente no DF, sendo uma grande parte descartada de maneira irregular por carroceiros, particulares e empresas.

No decorrer de 2014 foram realizadas visitas a vários pontos denunciados pela mídia sendo observado que as áreas ocupadas irregularmente servem de depósito de resíduos provenientes da construção civil de pequenos geradores, e de resíduos volumosos e restos de podas.

Outra característica desses pontos é a de servir como ambiente de triagem e armazenamento de materiais recicláveis coletados por catadores não associados a cooperativas (que muitas vezes moram no local), para posterior comercialização.

Para minimizar esses problemas torna-se necessário a implantação de mecanismos que facilitem o descarte correto desses materiais, como, por exemplo, a criação de pontos de entrega voluntária (Ecopontos) distribuídos geograficamente no Distrito Federal, como também a criação de áreas de transbordo para recebimento de resíduos da construção civil em grandes volumes.

Figura 13 – Áreas diversas



<p>Figura 13a. Ponto de descarte clandestino na RA de Águas Claras</p>	<p>Figura 13b. Moradia de catadores e armazenamento de resíduos prontos para comercialização em Águas Claras</p>
	
<p>Figura 13c. Depósito clandestino de objetos volumosos - Setor O – Ceilândia</p>	<p>Figura 13d. Área irregular de armazenamento de resíduos coletados em Águas Claras</p>

Fonte: SRS/Adasa

Ações de Educação Ambiental

A Política Nacional de Resíduos Sólidos que reúne princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações a serem adotados pela União isoladamente ou em parceria com os Estados, Distrito Federal, Municípios e particulares visando a gestão integrada e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, tem como um de seus instrumentos (art. 8º), a educação ambiental, que tem como propósito o investimento em ações que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos.

A educação ambiental pode representar uma das melhores ferramentas para a conscientização e mudanças de paradigmas em torno da questão dos resíduos, incentivando a formação de opiniões e de atitudes cotidianas que levem à conscientização sobre a correta gestão de resíduo, sobretudo sua destinação final ambientalmente adequada.

A Adasa tem também como função orientar e disseminar informações técnicas preventivas e proativas que contribuam para adoção de boas práticas para o setor de saneamento, incluído neste, os resíduos sólidos.

O projeto Descoberto Coberto é uma parceria entre órgãos do GDF e a comunidade abrangida pela APA da Bacia do Descoberto (Brazlândia, Taguatinga, Ceilândia e Águas Lindas de Goiás), com o objetivo de promover a recuperação, proteção e a consolidação da faixa de proteção de 125m do Lago Descoberto, a reabilitação ambiental das propriedades rurais na orla do Lago, a formação de agentes

multiplicadores das boas práticas de preservação e o apoio à gestão dos recursos hídricos e florestais na bacia hidrográfica do referido lago.

Dentro do organograma do Projeto, a Adasa é responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho – Educação Ambiental. A finalidade deste GT é fundamentada na educação ambiental de crianças, alunos de escolas públicas localizadas na área de abrangência da APA do Descoberto, bem como de chacareiros da região.

Para atender os objetivos desse projeto foram realizadas atividades como palestras educativas, contação de histórias, plantios de árvores, apresentações mostrando a diversidade de animais e plantas do bioma do cerrado, inclusive com percursos em trilhas para combinar a prática com a teoria ensinada, assim como orientações sobre os cuidados com o manejo e destinação final dos resíduos sólidos e as consequências do descarte irregular sobre o meio ambiente.

As visitas à região para desenvolvimento das atividades previstas no projeto iniciaram em março, com reuniões quinzenais, que envolveram cerca de 1.000 alunos nas diversas atividades realizadas durante o ano de 2014. As ações educativas para recuperação da APA serão continuadas durante o ano de 2015.

Visitas Técnicas a Agências Reguladoras de Serviços Públicos de Saneamento

A atividade fiscalizatória pressupõe o conhecimento de boas práticas relacionadas à prestação dos serviços. Com foco neste objetivo foram realizadas visitas técnicas a duas agências reguladoras do setor de serviços públicos de saneamento básico visando capacitar e ampliar os conhecimentos técnicos necessários ao desenvolvimento das ações da Coordenação de Fiscalização da SRS na elaboração de procedimentos a serem utilizados junto ao prestador de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no DF.

A visita realizada à ACFOR - Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental que tem como objeto a regulação, fiscalização e o controle dos serviços públicos concedidos, permitidos ou terceirizados de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólido no município de Fortaleza, nos permitiu conhecer o Sistema de Monitoramento da Coleta de Lixo, que tem como finalidade, fiscalizar, realizar medições e atestar os serviços de coleta domiciliar de resíduos sólidos do município de Fortaleza, como também conhecer as instalações do Aterro Sanitário Metropolitano Oeste de Caucaia (ASMOC), da Estação de Transbordo de Jangurussu e das instalações de um incinerador de Resíduos Hospitalares.

A visita realizada à Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, sediada em Florianópolis, nos permitiu conhecer as atribuições e competências daquela agência, suas normas e procedimentos para regulação dos serviços delegados e o sistema de gerenciamento de dados denominado SISARIS, que tem como objetivo a coleta e o acompanhamento mensal das informações de todos os aterros regulados pela ARIS, possibilitando orientar as equipes de fiscalização e a geração de indicadores de desempenho. Além disso, foram visitados dois aterros sanitários regulados pela ARIS, nas

idades de São João Batista e Brusque, para conhecimento das práticas utilizadas para destinação final dos rejeitos.

As agências visitadas possuem atribuições que se assemelham àquelas possuídas pela Adasa o que permitiu uma salutar troca de experiências e conhecimentos de boas práticas de gerenciamento dos serviços de manejo de resíduos sólidos possíveis de serem aplicadas no processo.

As visitas técnicas aos Aterros Sanitários e Estação de Transbordo e Triagem foram importantes para que pudéssemos observar a logística de funcionamento daquelas unidades e a forma de atuação das atividades regulatórias/fiscalizatórias das Agências visitadas que poderão subsidiar o desenvolvimento de normas e regulamentos sobre essas atividades a serem elaboradas pela Coordenação de Regulação da SRS.

Projetos em Desenvolvimento

A Coordenadoria de Fiscalização da SRS tem como premissa se aprimorar cada vez mais no nível de exigências técnicas relativas a operação dos serviços, para que possa detectar, prevenir e corrigir problemas que venham a surgir na prestação desses serviços, proporcionando um aumento da qualidade e a universalidade dos serviços prestados.

O ano de 2014 trouxe melhorias no processo que procura dinamizar as ações de fiscalização da Adasa na prestação dos serviços de manejo de resíduos sólidos e limpeza urbana.

O projeto iniciado em 2013 com vistas a aperfeiçoar o processo fiscalizatório com a realização de um diagnóstico que visa mapear a situação atual do prestador de serviços e elaborar manual com as diretrizes a serem adotadas pelas equipes de fiscalização na execução de seu trabalho, foi desenvolvido com o objetivo de conhecer as condições atuais e efetivas da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no DF para que se alcance um processo de fiscalização adequado e capaz de analisar e acompanhar os compromissos compactuados, as metas e os objetivos a atingir previstos em contratos firmados com o prestador desses serviços, promovendo uma melhora contínua da qualidade dos serviços prestados e maior autonomia das ações fiscalizatórias.

O processo encontra-se em fase de aprovação junto à Diretoria da Adasa e sua conclusão prevista para o ano de 2015.

Também está sendo desenvolvido, juntamente com as áreas de saneamento básico e de recursos hídricos da Adasa, o projeto de Simplificação Administrativa do macroprocesso de fiscalização, que tem por objetivo uniformizar e simplificar procedimentos e normas a serem utilizados na execução desses serviços de forma a melhorar as práticas das ações fiscalizatórias, para que as normas sejam cumpridas e implementadas com transparência, de modo a trazer previsibilidade e segurança jurídica aos processos.

Merece ser destacado que as ações realizadas pela Coordenadoria de Fiscalização da Superintendência de Resíduos Sólidos durante o ano de 2014 se pautaram mais no conhecimento da real situação da prestação dos serviços de manejo dos resíduos sólidos e de limpeza urbana no DF, do que em

ações coercitivas. Os conhecimentos adquiridos permitirão, para o próximo ano, um planejamento mais eficaz em conformidade e consonância com as metas previstas no PPA da Adasa.

2.2.3. Drenagem Urbana, Gás e Energia

Drenagem Urbana

Conforme a 5ª edição da pesquisa da Associação Brasileira das Agências de Regulação (ABAR) “Saneamento Básico – Regulação 2014” existem atualmente apenas dois órgãos reguladores do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no Brasil: a Agência Reguladora de Saneamento de Tubarão, em Santa Catarina (AGR/SC) e a Adasa.

A drenagem urbana é o componente do saneamento básico menos desenvolvido e o mais carente em termos de políticas públicas e organização institucional. Em grande parte dos casos é Quase sempre tratada como um adendo das secretarias municipais de obras, sendo a prestação do serviço de drenagem é geralmente restrita a redes e condutos coletores de águas pluviais.

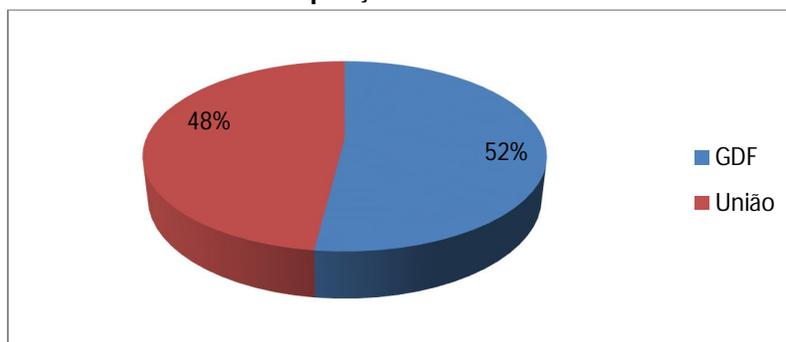
Tais fatos nos fornecem a dimensão do quanto ainda existe para ser feito nessa área. São necessárias, entre outros: viabilidade política e social; institucionalização adequada; concepção técnica integrada; planejamento estratégico; e sistema financeiro sustentável. Deste modo, a regulação em drenagem urbana ainda carece de grande desenvolvimento e demanda imensa carga de estudos e elaboração de normativos técnicos para consolidar-se segundo o que determina a Lei nº 11.445/2007, Lei Nacional de Saneamento Básico (LNSB).

Prestadora de Serviço Local

No Distrito Federal, de acordo com a Lei Distrital nº 4285/2008, art.51, o agente outorgado pela Adasa para prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas é a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP.

Outros órgãos públicos, como, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), o Departamento de Estradas e Rodagem do DF (DER/DF) e a Companhia do Metropolitano do DF (METRÔ/DF) possuem sistemas de drenagem que são objeto de fiscalização pela Adasa.

Gráfico 5: Composição Acionária da NOVACAP



Fonte: SDE/Adasa

A NOVACAP é uma empresa pública criada em 1956, vinculada à Secretaria de Estado de Obras, e tem como sócios a União e o Governo do Distrito Federal, com 48% e 52% de ações, respectivamente, conforme gráfico acima. Além de drenagem urbana, a Companhia tem atribuições nas áreas de construção de prédios, execução de pavimentação asfáltica, calçadas, meios-fios, plantio e poda de grama e árvores, jardins ornamentais, entre outros.

Tabela 3 - Síntese das Informações Orçamentárias da NOVACAP (R\$ Milhões)

Item	2012	2013	2014
<i>Receitas Previstas</i>	721.495.034	1.274.475.925	1.222.491.930
Recursos do Tesouro	297.235.034	709.055.413	942.923.161
Recursos de Outras Fontes	424.260.000	565.420.512	279.568.769
<i>Despesas Fixadas Totais</i>	721.495.034	1.274.475.925	1.222.491.930
Investimentos	417.710.000	914.655.051	777.022.599
Demais Despesas Fixadas	303.785.034	359.820.874	445.469.331

Fonte: LOAs/DF Valores de manutenção – absoluto e % em relação ao orçamento.

A tabela acima contém uma síntese das principais informações econômico-financeiras da NOVACAP, obtidas por meio de consulta às Leis Orçamentárias do Distrito Federal para os exercícios de 2012, 2013 e 2014. Apesar de constar o Grupo de Despesa “Investimentos” em separado, não é possível afirmar que tais valores são aplicados exclusivamente na prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, pois a Companhia não tem por objeto apenas a prestação deste serviço.

No detalhamento de seus créditos orçamentários, o valor destinado a investimentos é dividido em quatro grandes funções: urbanismo, saneamento, esporte e lazer e encargos especiais. Mas, ainda assim, não é possível afirmar que os valores destinados para investimentos em drenagem urbana são exclusivamente os alocados em “saneamento”. Talvez haja despesa de drenagem sendo alocada em “urbanismo”, por exemplo.

Assim, para saber quais valores são de fato empregados em manutenção e investimento em drenagem urbana, quando da pactuação do Contrato de Concessão com a Adasa e da definição da forma de remuneração do serviço, é preciso rever as atribuições da NOVACAP separando as atividades de drenagem do restante de suas operações, ou, pelo menos, que haja segmentação na sua contabilidade. A segmentação na contabilidade da NOVACAP mostra-se necessária para posterior determinação da sua base de ativos regulatória, que deverá ser remunerada de forma justa pela prestação do serviço.

Contrato de Concessão Adasa-NOVACAP

A pactuação do contrato de concessão entre a Adasa e a NOVACAP para a prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas no DF faz parte de um conjunto de medidas de controle não estruturais da drenagem, sendo um produto de gestão e uma ação capaz de fornecer suporte político e gerencial para a sustentabilidade da prestação dos serviços e apoiar a melhoria cotidiana e rotineira da drenagem urbana na Capital Federal.

Assim, visando à formalização do contrato, primeiramente houve uma licitação pela NOVACAP no âmbito do Programa Águas do DF (atualmente rescindindo por inexecução) que visava contratar consultoria especializada para elaborar a minuta. Concomitantemente, a equipe técnica da Adasa elaborou uma proposta de minuta.

Nesta primeira versão da proposta de minuta de contrato, foi proposto um modelo de financiamento para a concessão baseado em um regime misto: os investimentos na prestação e na exploração do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas do DF seriam custeados via orçamento geral, tal como ocorre atualmente, e a manutenção seria custeada via taxa de drenagem, paga individualmente pelos usuários do serviço, a ser ainda instituída.

Entretanto, ao estudar os aspectos econômico-financeiros da concessão, visando definir critérios de fixação, reajuste e revisão de valores e procedimentos para a fiscalização econômico-financeira, entendeu-se não ser razoável a celebração de contrato de concessão enquanto não estiver formalmente definida a origem dos recursos que remunerarão os serviços de drenagem pluvial, pois sem tal definição não haveria como garantir o imprescindível equilíbrio econômico-financeiro do contrato, uma vez que não há no Distrito Federal, como na imensa maioria do País, uma forma definida de cobrança individualizada pelos serviços de Drenagem.

A partir deste cenário, deu-se início a um novo procedimento licitatório visando contratar serviços especializados de consultoria na área de gestão de drenagem pluvial e regulação econômico-financeira, para apoio técnico à Adasa na definição da forma de remuneração do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e na revisão de minuta de contrato de concessão de prestação dos serviços.

Foram realizados até o momento: pesquisa de preço com mais de 25 empresas atuantes no mercado nacional; definição de orçamento de referência; autorização orçamentária, elaboração de Projeto Básico e; aprovação do Projeto Básico pela Diretoria da Adasa. O próximo passo é a publicação do Edital, etapa prevista para ocorrer no início de 2015.

Esta ação reveste-se de especial importância porque, com exceção dos municípios de Santo André, em São Paulo, que cobra taxa de drenagem por meio de seu Serviço Municipal de Saneamento Ambiental (SEMASA), e de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, que cobra tarifa de esgoto pluvial por meio do Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), não há em nosso país casos de cobrança individualizada pela prestação do serviço de drenagem.

Também ainda não existe no Brasil contrato de concessão pactuado para a prestação do serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, de modo que, com o êxito da corrente licitação, a pactuação do contrato de concessão entre a Adasa e a NOVACAP e a definição da forma pela qual se dará a sustentabilidade econômico-financeira do serviço no DF, esta Agência que já é pioneira na regulação em drenagem urbana, se tornará referência nacional e internacional para este componente do saneamento básico.

Organização do Curso Desenvolvimento Institucional da Regulação dos Serviços Públicos de Drenagem Urbana

Figura 14: Curso de Drenagem Urbana



Fonte: SDE/Adasa

Com o objetivo de nivelar informações, conhecimentos e capacitação de reguladores de serviço público e demais profissionais que atuam na área de drenagem urbana no DF, a Adasa promoveu curso para cerca de trinta participantes com o objetivo de orientar os técnicos sobre a regulação do serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, além do compartilhamento de experiências e alternativas para a área em função da atual legislação de saneamento.

Além dos técnicos da Adasa, houve a participação de servidores da CAESB, da NOVACAP, do DER, da Coordenadoria das Cidades (Secretaria de Governo) DF e do Ministério das Cidades (Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental).

O curso teve três dias de duração e foi ministrado pelo professor Carlos Tucci, um dos mais renomados, nacional e internacionalmente, especialistas na área.

O curso foi dividido em quatro etapas (Gestão Integrada de Águas Urbanas, Plano Diretor de Drenagem Urbana, Aspectos Legais das Medidas Não Estruturais e Gestão das Águas Pluviais) e apresentou uma ampla análise da atual situação da drenagem urbana no país e no Distrito Federal.

Convênio ADASA-UNB

A Adasa, em parceria com o Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília – CDT/UnB elaborou projeto para promover o desenvolvimento de tecnologias e capacitação profissional no âmbito da sustentação dos recursos hídricos e do saneamento básico na Capital Federal. Um conjunto de tecnologias específicas será implementado, assim como a sua sustentação operacional durante todo o período da parceria estabelecida, através de Acordo de Cooperação firmado entre a Adasa e a UnB.

Os objetivos do Acordo de Cooperação são os seguintes:

- Desenvolvimento de um Veículo de Inspeção de Galerias de Águas Pluviais – VIGAP, para utilização dos fiscais da Adasa em campo;
- Implementar um Sistema de Acesso Remoto aos Fiscais da Adasa em atividade de campo;
- Implementação e validação em campo de Sondas para Monitoramento de Poços Profundos (SOMP);
- Desenvolvimento de tecnologias para a concepção de uma Mini-Bancada para Avaliação da Qualidade da Água (MIH2O) em atividade de campo.
- Concepção de Veículos Aéreos para Imageamento (VAIM) aplicado à sustentação de recursos hídricos e de saneamento básico;
- Estabelecer o treinamento de recursos humanos especializados para suprir a demanda das tecnologias e outros aspectos operacionais da parceria UnB-Adasa.

A parceria UnB-Adasa inicia com 5 (cinco) objetivos tecnológicos comuns e um 6 (sexto) objetivo voltado para a formação de recursos técnicos especializados. Nesse sentido, inúmeras soluções são previstas e passíveis de proteção intelectual por meios de patentes, registros de software, design, marcas e outros aspectos a serem administrado pelo CDT. É importante enfatizar que todas as tecnologias aplicadas ao interesse comum UnB-Adasa deverão ser regidas por meio de projetos de pesquisa e desenvolvimento tecnológico próprios, complementares ao presente documento e redigidos após efetivada a parceria esperada.

Atendimento a Denúncias, Reclamações e Solicitações de Informação

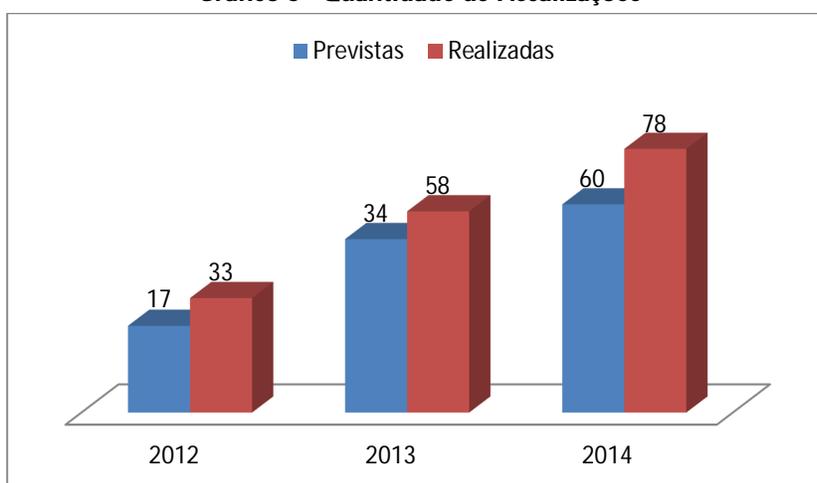
A Adasa tem papel fundamental e definido em lei na solução dos conflitos entre os usuários e o prestador do serviço público, recebendo denúncias dos usuários do serviço, quando não atendidos de maneira satisfatória pelo prestador.

As denúncias são encaminhadas para o Serviço de Atendimento e Mediação (SAM) e repassadas a cada Superintendência.

Recebida a denúncia, a equipe se dirige ao local mencionado para apurar a veracidade e a gravidade dos fatos denunciados, elaborando Relatório de Vistoria e Fiscalização para cada protocolo de atendimento. Quando constatada irregularidade, comunica a prestadora do serviço e/ou usuário, podendo solicitar informações e determinar providências conforme o caso.

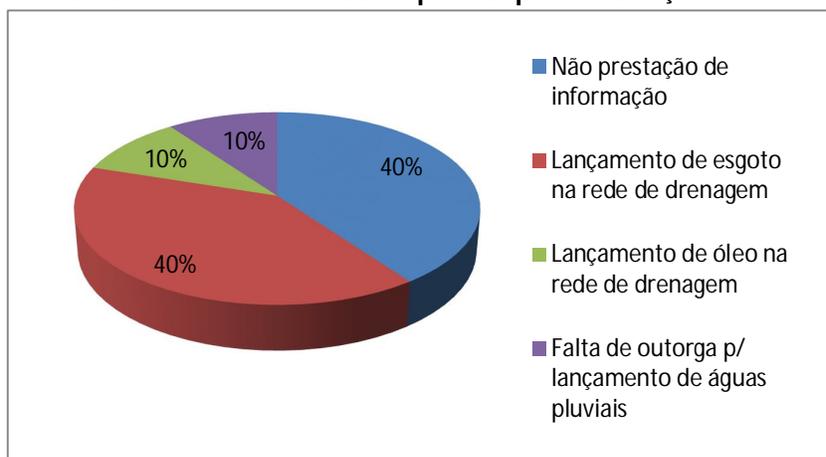
A Adasa, ainda, atende a solicitações de informação da Secretaria de Transparência – GDF, Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDF, dentre outros órgãos públicos; bem como a denúncias publicadas em mídia impressa, televisionada ou eletrônica. O atendimento às denúncias e reclamações é instrumento de aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória.

Gráfico 6 - Quantidade de Fiscalizações



Fonte: SDE/Adasa

Gráfico 7 - Não-Conformidades Apuradas pela Fiscalização em 2014



Fiscalização Programada de Bacias de Detenção

Entre as estruturas que visam reduzir/amortecer o impacto das águas pluviais incluem-se tanques, lagos, e reservatórios a céu aberto ou enterrados. Estas medidas são denominadas controle de água a jusante (downstream control). Além de prevenir inundações em condutos pluviais, estas estruturas amortecem o impacto de grandes vazões em corpos receptores e fazem o controle de material sólido.

Este tipo de controle possui menores custos de operação e manutenção, além de facilidade de administração. Porém, há dificuldade em se encontrar locais adequados, e o custo de aquisição de áreas apropriadas é muito alto. Reservatórios de grandes dimensões sofrem oposição por parte da população.

Os reservatórios ou bacias podem ser de retenção, dimensionados para manter uma lâmina permanente de água; ou de detenção, utilizados para amortecimento de vazão em picos de cheia e depois destinados a outros fins. Os reservatórios de detenção são os mais utilizados nos Estados Unidos, Canadá e Austrália. Se a detenção se estende por 24-60 horas, há melhora significativa na remoção de contaminantes (TUCCI, 2007). Em Brasília, todos os reservatórios da NOVACAP são de detenção.

Dada a importância das bacias de detenção para o amortecimento dos impactos de cheias, estes integrantes estruturais de drenagem urbana foram selecionados para fiscalização anual programada pela Coordenação de Fiscalização da Adasa. O objetivo desta ação é realizar um diagnóstico das condições técnico-operacionais e determinar o grau de conformidade do sistema, levando-se em consideração os requisitos de qualidade que o serviço deve oferecer, em concordância com a legislação vigente.

Os Planos de Fiscalização incluem a preparação prévia das inspeções, a comunicação à concessionária para o agendamento de visitas de caráter técnico, vistoria de suas instalações físicas com a posterior elaboração de uma série de relatórios para cada unidade visitada.

Os relatórios técnicos e operacionais das unidades visitadas, com análise inclusive dos documentos administrativos, serão consolidados em um documento único (Relatório Final), que servirá de arcabouço da Fiscalização da Adasa para o planejamento das ações afetas ao serviço público de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Para o exercício de 2014, foram programadas 30 (trinta) ações de inspeção de bacias de detenção de águas pluviais em operação no Distrito Federal, o que significa a vistoria da totalidade das bacias de detenção da NOVACAP e de empreendimentos privados pelo menos duas vezes ao ano (estações seca e chuvosa). Para atendimento a esta programação foram executadas pela Adasa, até o momento, 20 (vinte) vistorias. As demais vistorias programadas serão realizadas durante a estação chuvosa, para avaliação do efetivo funcionamento das estruturas durante sua operação.

Figura 15 - Bacia de detenção Torre Digital



Fonte: SDE/Adasa

Figura 16 - Estrutura de saída de bacia de detenção de águas pluviais (Bacia DF-290: Santa Maria - NOVACAP)



Fonte: SDE/Adasa

Monitoramento da Qualidade dos Lançamentos de Águas Pluviais no Lago Paranoá

O monitoramento da qualidade dos lançamentos de águas pluviais no Lago Paranoá inclui a fiscalização in loco em cada uma das estruturas de lançamento e a análise laboratorial de amostras de água destes locais.

Para o exercício de 2014, foram programadas 15 (quinze) vistorias a lançamentos de águas pluviais no Lago Paranoá e a realização de 45 (quarenta e cinco) análises laboratoriais de amostras de água destes mesmos lançamentos. Os parâmetros determinados nas análises estão estabelecidos nas Resoluções CONAMA nº 357/2005 e 430/2011. No ano de 2014 realizou-se 130% das análises laboratoriais de amostras de água de lançamentos de águas pluviais estipuladas e 133% das vistorias programadas às estruturas de lançamento.

Figura 17 - Lançamento de águas pluviais no Lago Paranoá – ASFUB.



Fonte: SDE/Adasa

Após o procedimento de fiscalização in loco de lançamentos de águas pluviais, é verificado no sistema de gerenciamento de documentos da Adasa (SIGED) se o lançamento é outorgado. Em caso negativo, o órgão/entidade responsável é notificado pela Agência a apresentar requerimento de outorga, conforme Resolução Adasa nº 09/2011.

Fiscalização de Outorgas Prévias para Lançamento de Águas Pluviais

Para o exercício de 2014, foram programadas 23 (vinte e três) vistorias a pontos de lançamento de águas pluviais que receberam Outorga Prévia da Adasa. Em cada ponto foi verificado se o empreendimento cumpria as determinações de seu Despacho correspondente. Todos os empreendimentos que descumpriram qualquer determinação da Outorga Prévia foram notificados a regularizar sua situação junto à Adasa. O final do exercício, cumpriu-se 130% da programação de vistorias.

Fiscalização dos Recursos Empregados pela NOVACAP na Prestação do Serviço Público de Drenagem Urbana

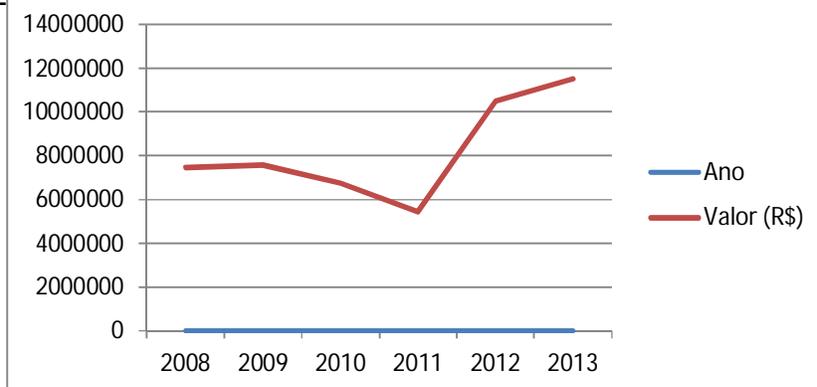
Visando subsidiar o desempenho das atividades fiscalizatórias da Adasa, foi solicitado à NOVACAP que informasse os recursos, em reais, efetivamente empregados por ela na prestação do serviço público de drenagem urbana e manejo de águas pluviais durante os exercícios de 2008 a 2013.

No encaminhamento da informação foi exigido que tais valores deveriam ser discriminados, no mínimo, por: exercício; origem (provenientes do orçamento geral do Distrito Federal, de financiamentos nacionais e internacionais ou de quaisquer outras fontes); e, destinação (investimento, manutenção, obras e demais ações relacionadas à drenagem).

Para o ano de 2014, ao fim do exercício será realizada nova solicitação.

Ao analisar os dados enviados pela concessionária, observa-se aumento exponencial dos recursos destinados à prestação do serviço público de drenagem urbana após a criação da SDE (2012), o que pode ser visto no gráfico abaixo:

Gráfico 8 - Evolução dos recursos destinados pela NOVACAP à manutenção do Drenagem Urbana



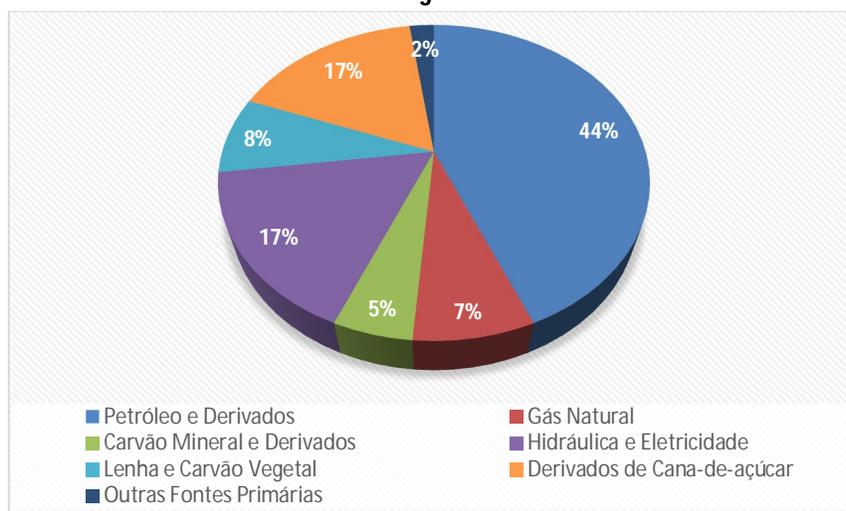
Fonte: SDE/Adasa

Gás Canalizado

O Mercado de Gás Natural no Brasil e no Distrito Federal

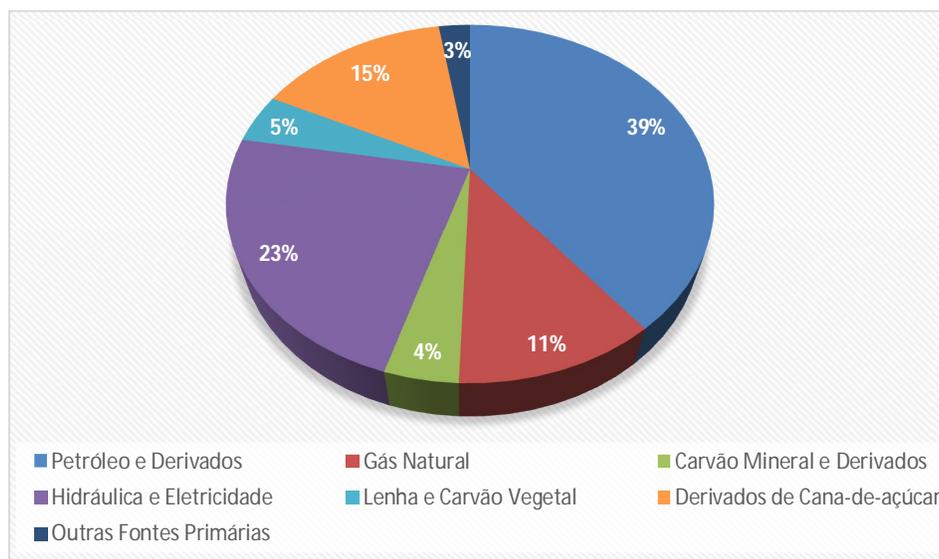
Segundo dados da Empresa de Pesquisa Energética do Ministério de Minas e Energia (EPE/MME), constantes do Relatório Demanda de Energia 2050, o gás natural ampliou significativamente sua importância na matriz energética brasileira, tendo passado de 0% de participação em 1970, para 7,6% em 2013, podendo chegar a 10,3% em 2030 e 11,2% em 2050, conforme projeções. Os gráficos a seguir apresentam a evolução da matriz energética brasileira.

Gráfico 9 - Matriz Energética Brasileira em 2013



Fonte: EPE

Gráfico 10 - Matriz Energética Brasileira em 2050 – Perspectiva



Fonte: EPE

Novos eventos, tais como a crescente dificuldade de aproveitamento hidroelétrico na matriz nacional, a escassez hídrica pela qual passa o país, as crises econômicas nacionais e internacionais, as mudanças climáticas, a competitividade tecnológica e por matérias-primas, as mudanças nos padrões de mobilidade urbana e nos padrão de consumo de energia pelos consumidores, entre outros, podem produzir importantes modificações no relacionamento da sociedade com a energia.

Tabela 4 - Projeção de Consumo de Gás Natural para o Brasil (milhões de m³/dia)

Segmento	2013	2020	2030	2040	2050	Crescimento médio anual
<i>Consumo Final</i>	57,9	109,1	147,2	184,3	211,6	3,6%
<i>Consumo não energético</i>	2,6	88,3	118,1	139,6	164,1	8,2%
<i>Consumo energético</i>	55,3	34,9	40,6	35,4	35,5	3,0%
Setor Energético	18,1	1,9	4,3	8,4	12,7	1,8%
Residencial	1,0	1,2	2,0	3,1	4,6	7,1%
Comercial/Público/Agropecuário	0,7	8,1	11,2	12,9	13,1	5,2%
Transportes	5,1	42,1	60,0	79,8	98,2	2,6%
Industrial	30,3	109,1	147,2	184,3	211,6	3,2%

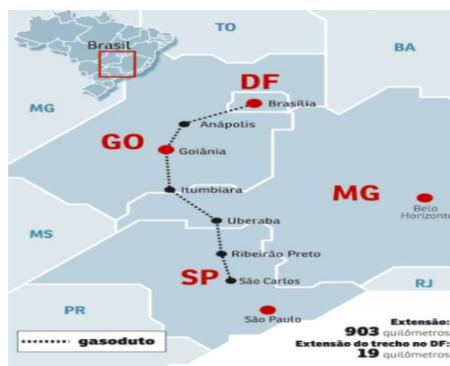
Fonte: EPE

A função de um órgão de Estado também é planejar e antecipar tendências que possam gerar oportunidades e trazer ameaças à sociedade. Nesse sentido, ganha importância a valorização do elevado

potencial do gás natural como complementação da matriz energética para o Distrito Federal. Apesar de não sermos um polo industrial e, portanto, atraente ao segmento de gás natural, o fato de aqui localizar-se a Capital Federal, sede do Governo Federal, com representação diplomática de diversas nações e local de realização de inúmeros eventos internacionais pode sinalizar que o DF não pode depender única e exclusivamente da hidroeletricidade, sob o risco que isso pode acarretar.

Projeto Gasoduto Brasil Central

Figura 18 - Gasoduto Brasil Central



Fonte: TGBC

O Projeto Gasoduto Brasil Central, gerido pelo consórcio Transportadora de Gás Brasil Central (TGBC), consiste numa ramificação do Gasoduto Brasil-Bolívia (GASBOL) que interligará os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, o que permitirá que o Distrito Federal seja suprido de gás natural por meio de gasoduto de transporte, que é mais seguro, rápido, ininterrupto e econômico.

Atualmente o Distrito Federal é abastecido por caminhões, o que encarece o produto e torna o serviço mais demorado, sendo um dos grandes motivos pelos quais o setor de gás natural ainda é pouco desenvolvido na região e voltado exclusivamente para o seguimento de Gás Natural Veicular (GNV).

O transporte de gás natural via caminhões criogênicos (temperatura de -160°C) faz parte do Projeto Gemini, um gasoduto virtual que iniciou suas operações em 2006, com capacidade de produção de 380 mil m^3/dia de Gás Natural Liquefeito (GNL). O Projeto Gemini consiste no transporte do GNL a partir de uma estação de liquefação localizada em Paulínia/SP, até as distribuidoras locais, que reprocessam o gás para a forma gasosa em estações apropriadas.

O Projeto Gasoduto Brasil Central prevê 905 Km de extensão, sendo que 19 Km ficarão situados em território distrital, percorrerá 37 municípios, possuirá dutos com 14" de diâmetro, o que proporcionará a capacidade para o transporte de 3,75 milhões de m^3 de gás natural por dia da Estação de Compressão (ECOM) de São Carlos até o ponto de entrega em Recanto das Emas/DF.

O projeto já conta com: Licença Ambiental Prévia, a LP nº 369/2010, emitida em 24/08/10 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Licença de

Instalação, a LI nº 982/2013, emitida em 28/11/13 também pelo IBAMA; e, Declaração de Utilidade Pública (DUP) do traçado do gasoduto, emitida pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) em 31/05/13. Encontra-se protocolado na ANP desde 29/11/13 a solicitação da Autorização de Construção (AC).

No entanto, atualmente, a construção do Projeto Gasoduto Brasil Central encontra-se suspensa por tempo indeterminado pela TGBC. A decisão foi tomada porque, no Edital de Chamada Pública da TGBC, publicado em 14/4/14, não houve interesse do mercado na capacidade do duto. Esses interessados são os “carregadores”, ou seja, as pessoas jurídicas que compram a capacidade de transporte, demonstram a demanda e assinam um compromisso com a TGBC. Somente depois disso é possível iniciar as obras e, no futuro, a operação.

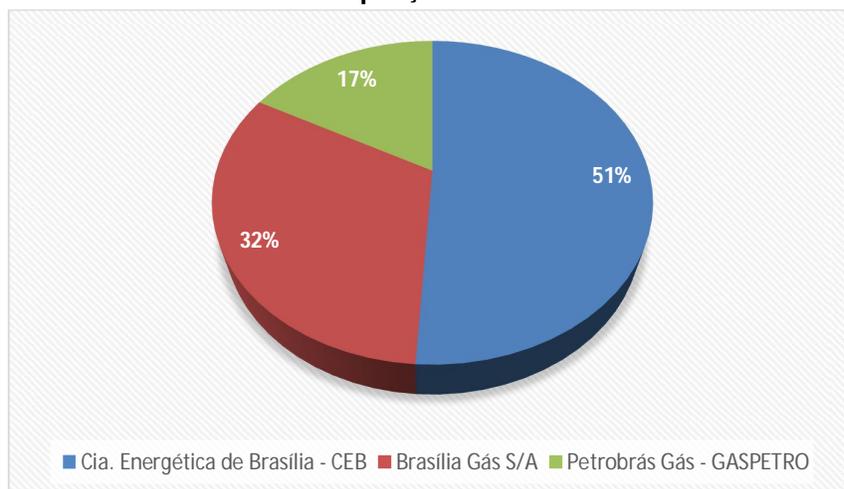
Apenas a Gás Brasileiro, empresa pertencente à Petrobras, manifestou interesse, mas a proposta foi considerada inviável porque os volumes solicitados pela Gás Brasileiro não atenderam ao que estava previsto no Edital e seriam insuficientes para viabilizar o empreendimento. Contudo, não houve uma desistência da TGBC em relação ao projeto e pode haver, num segundo momento, outra Chamada Pública. Se houvesse interessados no primeiro edital, a previsão para entrar em funcionamento era outubro de 2016, com investimento de R\$1,3 bilhão com recursos que viriam da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo sob a administração da Eletrobrás.

Em Uberaba, a fábrica de amônia da Petrobrás seria uma cliente âncora do projeto da TGBC. No entanto, o governo mineiro já anunciou licitação do duto Betim-Uberaba para a construção de um gasoduto entre Betim e o Triângulo Mineiro visando a unidade.

Prestadora de Serviço Local

A exploração dos serviços de distribuição e comercialização de gás canalizado no Distrito Federal foi concedido com exclusividade à CEBGÁS, na forma das leis distritais nºs 2.518/2000 e 4.285/2008. A CEBGÁS é uma empresa de economia mista, uma divisão da CEB Holding, cujo controle acionário pertence à CEB, com 51% das ações ordinárias, 28% à Brasília Gás S/A e 21% à Petrobrás Gás (GASPETRO), conforme gráfico abaixo.

Gráfico 11 - Composição Acionária da CEBGÁS



Fonte: CEBGÁS.

As atividades da CEBGÁS concentram-se no fornecimento de GNV, tendo como sua principal cliente a rede BR Petrobrás de postos combustíveis, por meio de suas duas Unidades Autônomas de Gaseificação (UAGs), sendo que uma funciona junto ao Posto BR do Setor de Indústria e Abastecimento (SIA) e a outra unidade funciona junto ao Posto BR Guarapari, na Candangolândia. A primeira UAG a entrar em operação foi a do SIA, em novembro de 2007, quando havia o objetivo inicial de atender a frota de táxis do DF e permitir que o mercado local se formasse de maneira antecipada à instalação de gasodutos. Atualmente as duas UAGs da CEBGÁS podem, juntas, abastecer mais de sete mil carros por dia, com capacidade de aumento progressivo.

Contrato de Concessão

Atualmente há um contrato de concessão pactuado entre o Distrito Federal e a CEBGÁS, em 08/05/01, que tem por objeto a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado, de produção própria ou de terceiros, podendo inclusive importar para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades e usos possibilitados pelos avanços tecnológicos, podendo a CEBGÁS participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com seu objeto social, para o que poderá constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiária integrais.

Ocorre que este contrato de concessão encontra-se obsoleto e contrário ao que determina a Lei nº 4.285/2008, art. 61, que afirma que o contrato de concessão para a prestação dos serviços públicos de distribuição e comercialização de gás canalizado deverá ser firmado entre a CEBGÁS e a Adasa, por trinta anos, podendo ser prorrogado por igual período por ato justificado desta Agência Reguladora. A lei afirma ainda que a concessão não terá efetividade legal até que seja celebrado o contrato de concessão com a Adasa.

A equipe técnica já elaborou uma minuta do contrato de concessão a ser firmado entre Adasa e CEBGÁS utilizando como parâmetros contrato de concessão anteriormente firmado por esta Agência, bem como demais contratos de concessão nacionais que refletem o estado da arte em distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, bem como em regulação e fiscalização de serviço público do setor.

A celebração deste novo contrato de concessão para a prestação do serviço público de gás canalizado no Distrito Federal contribuirá para definir com clareza, direitos e deveres para usuários, prestador e Poder Concedente, possibilitando, assim, maior efetividade das atividades regulatórias e fiscais da Adasa na área de gás natural.

Com a pactuação do contrato entre a Adasa e a CEBGÁS será possível emitir regulamentações técnicas para a concessão, como, por exemplo, definição de um modelo tarifário mais condizente com o mercado atual do DF, condições gerais de prestação do serviço público de distribuição e comercialização de gás combustível canalizado, definição de indicadores de qualidade na distribuição do produto e no atendimento comercial e de segurança na prestação do serviço, entre outros.

Fiscalização Programada de Distribuição de Gás Canalizado

O cronograma de fiscalização programada 2014 atingiu todo o serviço de distribuição de gás canalizado do DF.

Foram fiscalizadas as duas Unidades Autônomas de Gaseificação (UAG) bem como a rede de distribuição de gás da concessionária, que tem como principal cliente a rede BR Petrobras de postos combustíveis. Atualmente são as unidades que viabilizam a distribuição de gás natural no DF, atendendo unicamente o segmento automotivo (GNV). Foram realizadas 2 (duas) ações fiscalizadoras nas UAG's e na rede de distribuição. As UAG's funcionam junto ao Posto BR do SIA e Posto BR Guarapari, em Candangolândia.

O plano de Fiscalização contempla a Unidade Autônoma de Gaseificação do SIA e a respectiva rede de distribuição da CEBGÁS.

Figura 19: Componentes de uma UAG: Bombas criogênicas de alta pressão (20HP cada)



Fonte: SDE/Adasa

Monitoramento da Quantidade de Gás Canalizado (GNV) Distribuído

A Adasa monitora a quantidade de GNV distribuído por cada posto de combustíveis, mês a mês. Faz, ainda, a análise dos Relatórios Anuais de Administração da CEBGÁS.

Gráfico 12: Volume Vendido de Gás Natural de abril/2012 a setembro/2014



Fonte: SDE/Adasa

2.2.4. Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira

No cumprimento de suas competências, a Adasa é responsável pelas atividades relacionadas aos Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira, Contábil e de Gestão tanto dos Serviços Públicos regulados, quanto de Recursos Hídricos. Tais atividades são de responsabilidade da Superintendência de Estudos Econômicos e Fiscalização Financeira da Adasa– SEF.

O Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa, firmado entre a Adasa e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, referente à execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, orienta as principais ações desenvolvidas pela Adasa nesta área.

No exercício de 2014, pode-se destacar a realização de análises e estudos para a concessão do Reajuste Tarifário dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com vigência a partir de 1º de março de 2014, os aprimoramentos metodológicos para a 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB, prevista para ser concluída em abril de 2016, a fiscalização das áreas econômica, financeira, contábil e de gestão da CAESB, bem como os estudos iniciais para a alteração da estrutura tarifária destes serviços públicos regulados. Além dessas atividades, foram iniciadas diversas ações estruturantes, de forma a promover o fortalecimento das ações de fiscalização econômica. Estas ações foram iniciadas em 2014 e tem previsão para serem implementadas a partir de 2015. São ações que versam sobre a implantação de um Manual de Contabilidade Regulatória para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de formulação de normas regulamentadoras para pedidos de anuência prévia em operações de crédito com o oferecimento de garantia de direitos emergentes e bens da Concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Alguns destes trabalhos são detalhados nos tópicos a seguir.

Aperfeiçoamento da estrutura tarifária dos serviços de água e esgoto

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, são regulados pela Adasa, por meio do Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa. Esses serviços são remunerados por meio de tarifas públicas, cobradas dos usuários dos serviços. As tarifas são diferenciadas por categorias e faixas de consumo, conforme o propósito de uso e a quantidade consumida. Atualmente, a estrutura tarifária está disciplinada na Resolução Adasa nº 14, de 27 de outubro de 2011.

A forma de classificação dos usuários e a cobrança pelo uso dos serviços vêm evoluindo no país e no exterior. Por esse motivo, a Adasa iniciou estudos técnicos com vistas ao aperfeiçoamento da estrutura tarifária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes estudos também contemplarão a análise da política de subsídio tarifário vigente.

Complementarmente, foram realizadas reuniões com diversos órgãos da Administração Direta do Governo do Distrito Federal, como a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda – SEDEST.

A princípio foi prevista uma contratação de serviços de consultoria especializada para auxiliar a Adasa na definição da nova estrutura tarifária dos serviços públicos de abastecimento de água e

esgotamento sanitário. Tal contratação deveria ocorrer durante o ano de 2014, porém, devido à complexidade dos estudos iniciais, e a existência de dois outros projetos considerados prioritários para o momento – 2ª Revisão Tarifária Periódica e Manual de Contabilidade Regulatória, a contratação foi adiada para 2015. Assim, a previsão para a finalização dos estudos é para 2015, devendo ser apresentado, como resultado final, uma proposta de alteração da estrutura tarifária e tarifa social atualmente vigente no Distrito Federal.

Monitoramento do desempenho econômico e financeiro da concessão de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

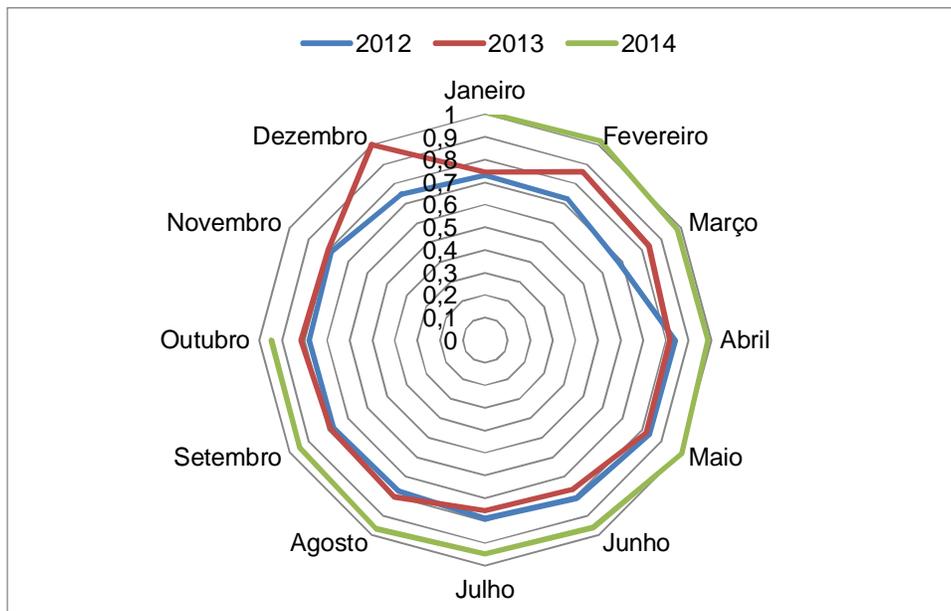
O monitoramento do desempenho da CAESB, nas áreas econômica, financeira, contábil e de gestão, é realizado por meio de fiscalização indireta, executada de maneira continuada pelo quadro próprio de servidores da Adasa. Não há, portanto, necessidade de execução financeira.

O acompanhamento dos principais números da Companhia é realizado mensalmente, por meio da análise de seus Balancetes Analíticos e resulta na elaboração de gráficos dos indicadores contábeis, econômico-financeiros e de gerenciamento, a fim de possibilitar a comparação entre períodos, além de fornecer informações que embasem decisões.

Esta ação é de suma importância, pois possibilita o exercício constante de uma das funções do agente regulador, que é a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. A partir desta ação, é possível monitorar regularmente a sustentabilidade econômica e financeira da prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário do Distrito Federal.

O Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa estabelece ainda que a fiscalização econômico-financeira compreenderá a análise e o acompanhamento das operações financeiras, os registros nos livros da Concessionária, seus Balancetes, Relatórios e Demonstrações Financeiras, a Prestação Anual de Contas – PAC e quaisquer outros documentos julgados necessários para uma perfeita avaliação da situação econômica e financeira da concessão. Entre os indicadores monitorados constantemente podem ser citados os índices de liquidez – corrente, geral e seca, os de endividamento nos curto e longo prazos, os de rentabilidade – margem líquida e bruta, além da receita, despesa e lucro operacional. Os gráficos a seguir representam os indicadores econômico-financeiros de 2012 a 2014.

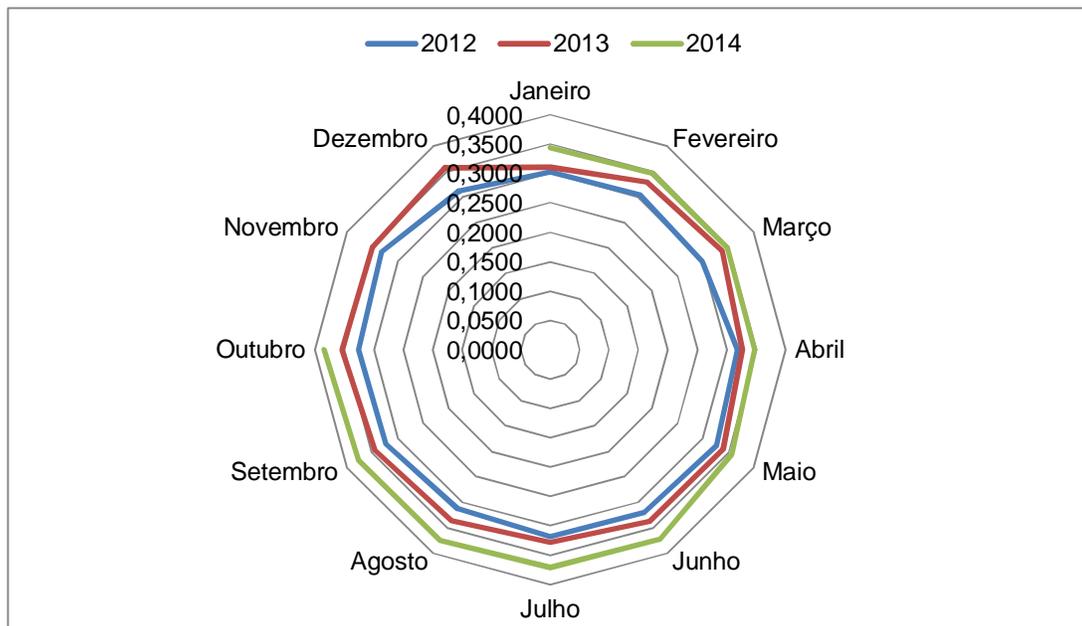
Gráfico 13 - Liquidez Corrente da CAESB 2012 a Out/2014



Fonte: SEF/Adasa.

O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade da empresa em financiar suas necessidades de capital de giro. Com esse indicador verificam-se quantas unidades monetárias a empresa possui para pagar cada unidade de sua dívida de curto prazo, ou seja, a capacidade da empresa para pagar suas obrigações em curto prazo.

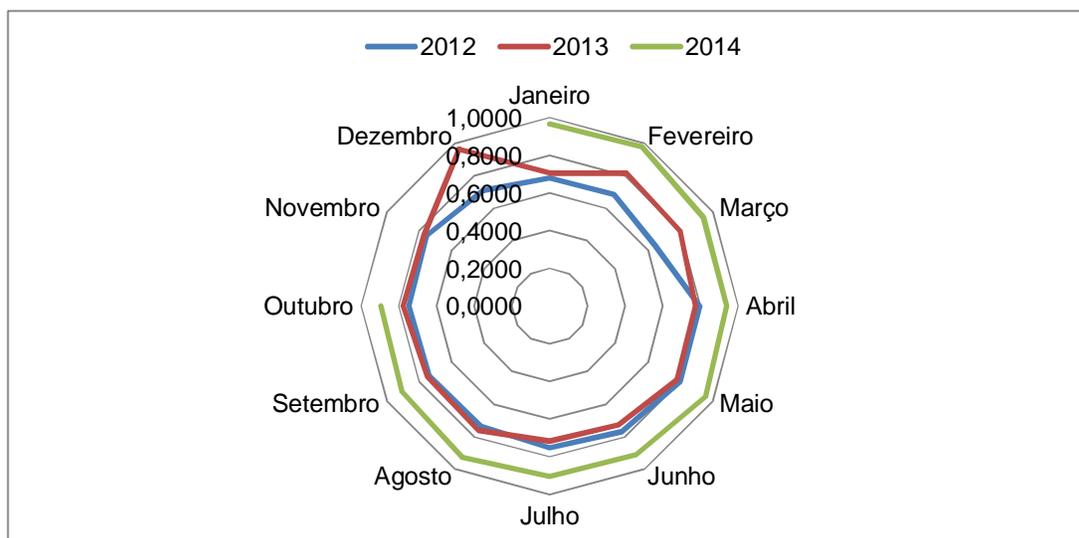
Gráfico 14 - Liquidez Geral da CAESB 2012 a Out/2014



Fonte: SEF/Adasa.

A Liquidez Geral indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazo.

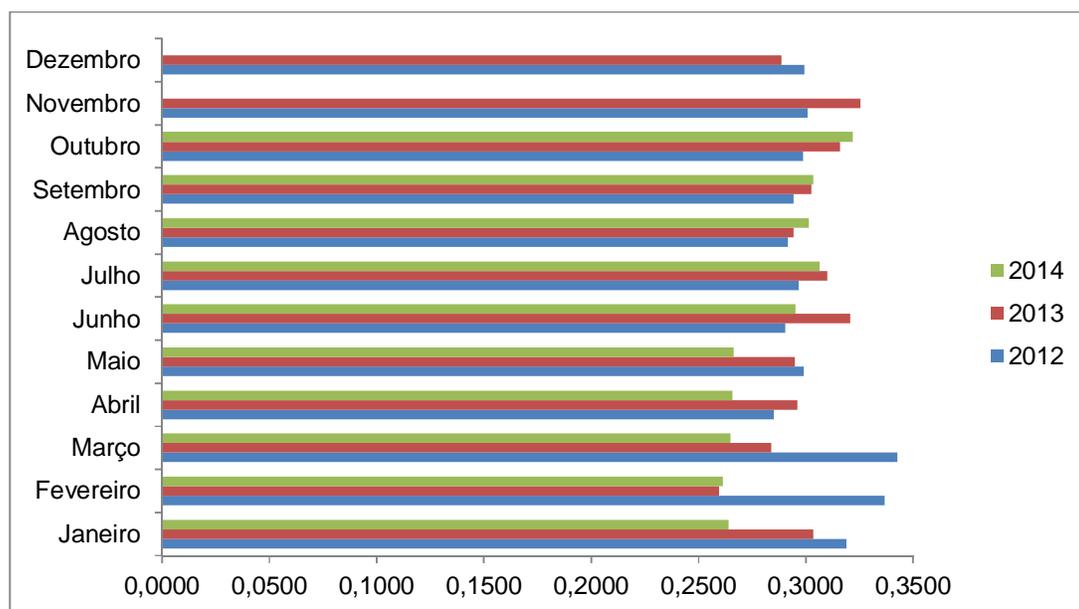
Gráfico 15 - Liquidez Seca da CAESB 2012 a Out/2014



Fonte: SEF/Adasa.

A Liquidez Seca visa medir o grau de excelência da situação financeira da empresa, ou seja, sua real capacidade de curto prazo de pagamento da empresa utilizado às contas do disponível e valores a receber. Em suma mostra a porcentagem das dívidas em curto prazo em condições de serem liquidadas com a utilização dos recursos monetários de maior liquidez do Ativo Circulante.

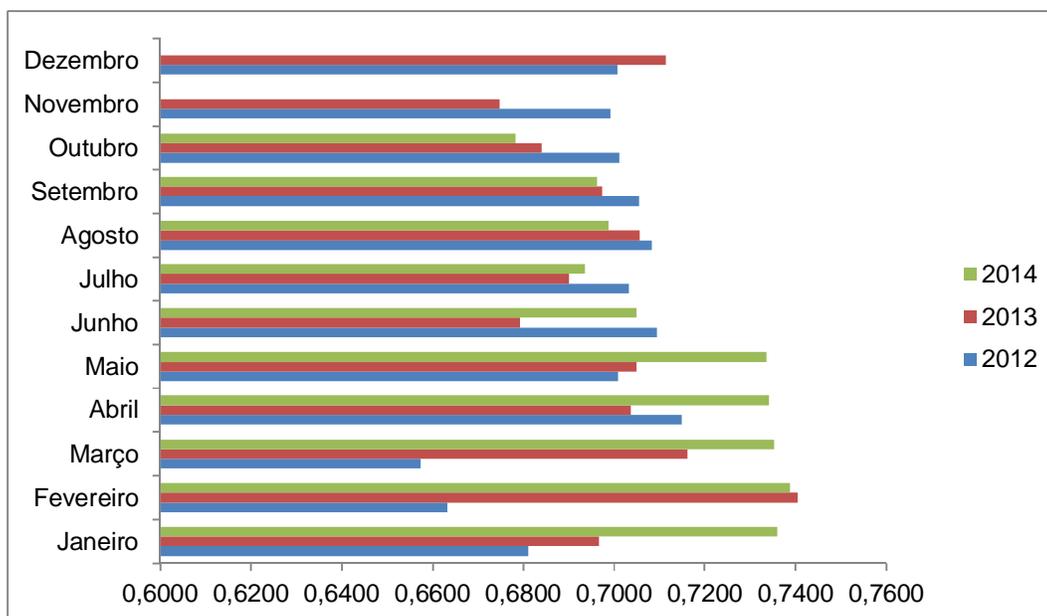
Gráfico 16 - Endividamento de Curto Prazo da CAESB 2012 a Out/2014



Fonte: SEF/Adasa.

O Endividamento de Curto Prazo representa o percentual de empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar de curto prazo em relação a essas obrigações totais, ou seja, a composição das dívidas. Quanto menor, melhor.

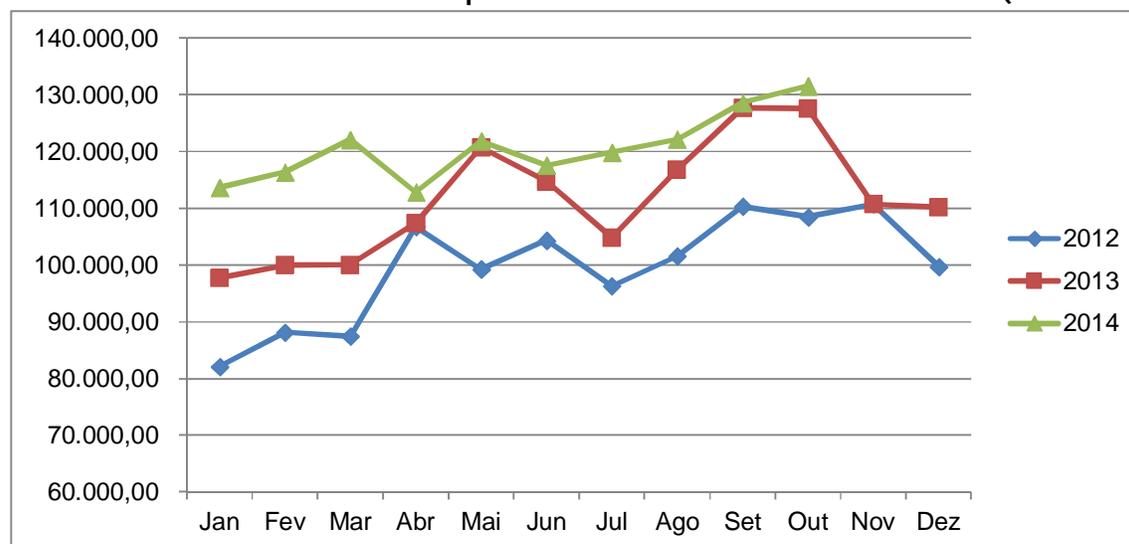
Gráfico 17 - Endividamento de Longo Prazo da CAESB 2012 a Out/2014



Fonte: SEF/Adasa.

O Endividamento de Longo Prazo representa o percentual de empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar de longo prazo em relação a essas obrigações totais, ou seja, a composição das dívidas. Quanto menor, melhor.

Gráfico 18 - Receita Operacional da CAESB 2012 a Out/2014 (em milhares)



Fonte: SEF/Adasa.

A Receita Operacional demonstra as receitas obtidas exclusivamente com os serviços fins da CAESB, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Ainda referente ao monitoramento econômico, financeiro e contábil da CAESB, o Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa estabelece que a Companhia deve encaminhar à Adasa, até o dia 30 de abril de cada ano, sua Prestação Anual de Contas – PAC, referente ao exercício anterior. A PAC de 2013 foi encaminhada pela CAESB, em 28/04/2014, por meio da Carta nº 17.535/2014-PRM, tendo sido analisada pela Equipe Técnica da Adasa. Na análise, foram observadas algumas inconsistências, que geraram questionamentos à Concessionária.

A Equipe Técnica acompanha, ainda, mensalmente, as taxas emitidas pela Adasa contra a CAESB – TFS – Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e TFU – Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos. A CAESB informa os dados de volumes produzidos de água, coletados de esgoto e faturados, tanto de água como de esgoto, mensalmente, que são validados pela Adasa. Os volumes e as receitas compõem a base de cálculo das taxas. Esta atividade é realizada mensalmente, já que os pagamentos dos referidos tributos devem ser realizados todo dia 15 de cada mês.

Assim, com o objetivo de verificar e validar os dados de volumes e receitas referentes ao exercício de 2013, foi realizada fiscalização nas dependências da CAESB, pelas Equipes Técnicas da Adasa. Importante ressaltar que esse procedimento de fiscalização resultou em aperfeiçoamento dos processos de faturamento e de gestão comercial e financeira da Companhia.

Como ação estruturante, e com vistas ao aprimoramento do procedimento de monitoramento, a Adasa deu início, em 2013, ao processo de contratação de empresa de consultoria especializada para dar suporte e assessoramento técnico na elaboração de um Manual de Contabilidade Regulatória, com o fim de padronizar os procedimentos contábeis e a forma de apresentação dos dados pela CAESB. A apresentação dos dados da forma estabelecida pelo Manual de Contabilidade facilitará as fiscalizações mensais e continuadas, assim como a coleta dos dados para fins de cálculo para os reajustes e as revisões tarifárias periódicas, implantando assim, um sistema de contabilidade voltado para a regulação. A previsão para o encerramento do contrato de consultoria é para 2015, quando o Manual deve estar pronto para ser implantado. A partir de 2016, a Concessionária deverá utilizar as regras definidas pelo referido Manual, como teste, para que possam ser realizados todos os ajustes necessários. No exercício seguinte, a Concessionária de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal deverá apresentar as informações com base no novo Manual de Contabilidade Regulatória. O resultado de todo esse processo será uma resolução emitida pela Adasa, contendo o Manual a ser seguido pela Companhia.

Outra medida estruturante foi o início dos estudos para normatização dos pedidos de anuência realizados pela Concessionária, para oferecimento de direitos emergentes e bens da concessão, em garantia de empréstimos/financiamentos.

O Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa dispõe, em sua Segunda Subcláusula da Cláusula sexta:

“ Observadas as normas regulamentares específicas, a CONCESSIONÁRIA poderá oferecer, em garantia de contratos de financiamento, os direitos emergentes da concessão que lhe é outorgada, desde que não comprometa a operacionalização e a

continuidade da prestação do serviço público de saneamento básico, observando-se o disposto no inciso XVI da Cláusula Quinta do presente CONTRATO.”

É sabido que o equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária deve ser preservado, nesse sentido, o oferecimento de garantias sobre direitos emergentes e bens da concessão para captação de recursos de terceiros tem de estar limitado à capacidade de pagamento da empresa. O art. 28 da Lei nº 8.987/95 sintetiza esta preocupação:

Art. 28. Nos contratos de financiamento, as concessionárias poderão oferecer em garantia os direitos emergentes da concessão, até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço.

De forma ainda mais específica, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, assim disciplina:

Art. 42. Os valores investidos em bens reversíveis pelos prestadores constituirão créditos perante o titular, a serem recuperados mediante a exploração dos serviços, nos termos das normas regulamentares e contratuais e, quando for o caso, observada a legislação pertinente às sociedades por ações.

(...) omissis

§ 3º Os créditos decorrentes de investimentos devidamente certificados poderão constituir garantia de empréstimos aos delegatários, destinados exclusivamente a investimentos nos sistemas de saneamento objeto do respectivo contrato.

Observando as diversas normas regulamentadoras, é notório que cabe ao Agente Regulador dispor de elementos objetivos que norteiem a análise de pedidos de anuência realizados pela Concessionária, para oferecimento de direitos emergentes e bens da concessão, em garantia de empréstimos/financiamentos, de maneira que não comprometa a capacidade financeira e o fluxo de caixa da empresa e, por conseguinte, prejudique a continuidade da prestação dos serviços.

Os estudos iniciados em 2014 deverão ser finalizados em 2015, e terão, como resultado, uma norma orientadora a ser seguida pela Concessionária, quando da solicitação das anuências, e também à própria Adasa, quando da análise dos pleitos.

Concessão de Reajuste Tarifário e Realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB

Antes da criação da Adasa, as tarifas praticadas pela Concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário eram definidas por entendimentos diretos entre a CAESB e o Governo do Distrito Federal, sem a participação da sociedade e dos usuários. Com a criação da Agência, a assinatura do Contrato de Concessão e a definição de regulamentos normativos, esse procedimento foi aperfeiçoado e a tarifa passou a ser fixada anualmente, pela Adasa, com base em um preço-teto. Para tanto, a Agência utiliza metodologias de regulação por incentivo e instrumentos bem

elaborados de reajuste anual, revisão periódica e revisão tarifária extraordinária, previstos no Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa.

O Reajuste Tarifário Anual consiste na manutenção do valor real da tarifa, aplicando-se uma fórmula paramétrica que utiliza índices de variação de preços. Já a Revisão Tarifária, realizada em intervalos regulares de tempo, é o instrumento adequado para rever o equilíbrio econômico financeiro da concessão. Consiste em um trabalho mais elaborado e requer uma revisão geral dos custos do serviço e a definição de metas de eficiência, que refletirão nos reajustes anuais futuros. Por fim, a Revisão Extraordinária é o instrumento a ser utilizado, em qualquer data, desde que seja comprovado um desequilíbrio econômico e financeiro da Concessionária.

Na assinatura do Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa, em 2006, a CAESB reconheceu que a tarifa praticada era adequada para cobrir todos os custos e, portanto, o Contrato se encontrava em equilíbrio econômico e financeiro. O Contrato de Concessão, alterado por seus três termos aditivos, previu a realização da 1ª RTP para 2008, da 2ª RTP para 2016 e as demais a cada 4 (quatro) anos, sendo que entre as revisões ocorreriam Reajustes Tarifários Anuais – IRT.

A 1ª RTP exigiu da Agência um grande esforço na definição de todas as metodologias necessárias à sua realização, quanto à aprovação da Empresa de Referência e à validação da Base de Ativos Regulatórios (BAR) da Concessionária, e, por conseguinte, do reposicionamento tarifário definitivo.

O processo da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB, iniciado em 2007, com características inéditas, exigiu do regulador uma ampla pesquisa e estudos de experiências nacionais e internacionais. Contou também com o envolvimento da sociedade em todas as suas fases, desde a discussão do modelo de regulação à discussão das metodologias a serem adotadas e suas aplicações.

Em 2010 a Adasa aprovou os Resultados Parciais da 1ª RTP da CAESB e aguardou a Concessionária apresentar o Laudo de Avaliação de seus ativos, que apresenta a Base de Ativos Regulatória – BAR, componente necessário ao cálculo da remuneração dos ativos. Finalmente, em 2012, a CAESB apresentou o referido laudo, que foi devidamente validado pela Adasa, que pôde finalizar o processo da 1ª RTP, em 2013.

Em 1º de março de 2013 entraram em vigor as Resoluções nº 01 e 02/2013, de 28 de janeiro de 2013. A primeira estabeleceu os resultados finais da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB – 1ª RTP e a segunda estabeleceu o reajuste das tarifas, a vigorar no período de 1º de março de 2013 a 28 de fevereiro de 2014. A tarifa autorizada à época foi composta pelo Reajuste Tarifário Anual de 2013 – IRT 2013 e das compensações financeiras referentes às diferenças de reajustes apurados de 2008 a 2012, já que neste período foram concedidos reajustes provisórios, tendo em vista a falta do Laudo da BAR.

Para o Reajuste Tarifário de 2014, a Diretoria Colegiada da Adasa, decidiu, com base em estudos realizados pela Equipe Técnica, por fixar em caráter provisório, os valores das tarifas, utilizando-se a inflação medida pelo IPCA do ano de 2013 e os investimentos realizados pela Concessionária. Tal posição se baseou na necessidade de uma fiscalização mais aprofundada, pela Adasa, do novo sistema comercial implantado pela CAESB, impossibilitada pelo curto prazo e equipe técnica reduzida. Além disso, houve alteração do Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa, adiando a 2ª Revisão Tarifária Periódica que seria realizada em 1º de março de 2014 para 1º de junho de 2016. Todos estes fatores e os impactos que causariam aos usuários do serviço de água e esgoto reforçaram o entendimento da Adasa de que somente será possível utilizar a fórmula paramétrica, com base no Contrato de Concessão, após uma

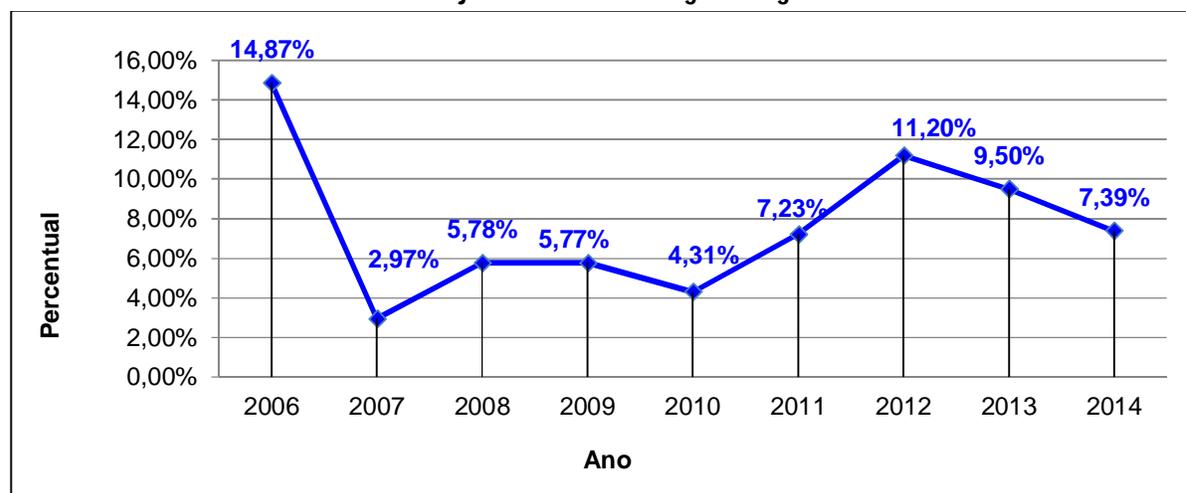
análise criteriosa da confiabilidade dos dados do novo sistema. Por outro lado, compete ao regulador garantir o equilíbrio econômico e financeiro da concessão, fazendo-se necessária a preservação do poder de compra das receitas dos serviços executados para que a CAESB mantenha a prestação do serviço no nível de qualidade estabelecido no Contrato de Concessão. Importante ressaltar que a participação da sociedade legitimou a decisão da Diretoria Colegiada, por meio de Audiência Pública realizada no auditório da Adasa, em 27 de janeiro de 2014, com o objetivo de obter contribuições à proposta de reajuste.

A Adasa promoveu, ainda, fiscalização nas dependências da CAESB, com o intuito de convalidar os dados sobre os custos do bônus-desconto referentes ao exercício de 2013, fornecidos pela Companhia, para subsidiar o cálculo de seu impacto financeiro no Reajuste Tarifário de 2014 – IRT-2014.

Assim, com base nessas premissas, em 31 de janeiro de 2014 foi publicada a Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2014, que homologou o Reajuste Tarifário Anual de 2014.

Quanto ao equilíbrio econômico-financeiro da Concessionária, é fundamental demonstrar a importância da regulação da Adasa e seu impacto nos reajustes concedidos, desde a sua criação. Mesmo com a opção da não aplicação da fórmula paramétrica no Reajuste Tarifário de 2014, é possível descrever a trajetória dos índices de reajuste, desde 2006, sempre dentro de padrões aceitáveis, embasados tecnicamente em metodologias aprovadas em Audiências Públicas, primando pela transparência de seus atos regulatórios, pela modicidade tarifária e pelo equilíbrio econômico-financeiro da CAESB. O Gráfico a seguir apresenta os percentuais de reajustes aplicados desde o início da vigência do atual Contrato de Concessão para abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Gráfico 19 – Percentuais de reajustes da tarifa de água e esgoto/ano - 2006-2014 – DF



Fonte: SEF/Adasa

Passado o período de Reajuste Tarifário da CAESB, a Equipe Técnica da Adasa focou seus esforços na realização da 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB – 2ª RTP, que consiste em um amplo estudo da estrutura de custos e de mercado, e ainda dos investimentos realizados pela Concessionária,

sempre considerando os estímulos à sua eficiência e a modicidade de suas tarifas. No processo de revisão tarifária, os valores das tarifas de água e esgoto podem alterar-se para mais ou para menos.

Segundo o Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa e seu 1º Termo Aditivo, assinado entre Adasa e CAESB, as revisões tarifárias deverão ser realizadas a cada quatro anos.

Um componente expressivo no cálculo da Revisão Tarifária Periódica é a Remuneração Adequada a que tem direito o Concessionário, pelos investimentos realizados em benefício da Concessão. Esse valor representa aproximadamente 50% (cinquenta por cento) da Receita Requerida da Concessionária, que é a receita de equilíbrio compatível com a cobertura dos custos eficientes e é definida no momento da Revisão Tarifária. Assim, para cálculo da Remuneração Adequada é necessário se conhecer o valor da Base de Ativos Regulatória – BAR, que representa os investimentos prudentes realizados pela CAESB para prestar os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nos níveis e nas condições de qualidade estabelecidas no Contrato de Concessão.

O valor da Base de Ativos Regulatória – BAR é apurado por meio de um laudo de avaliação dos ativos da concessão, elaborado por empresa independente contratada pela CAESB, com o intuito de apurar o valor total dos ativos. Esse laudo é validado pela Equipe Técnica da Adasa. O laudo da BAR da 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB – 1ª RTP foi entregue pela Concessionária à Adasa em 23 de agosto de 2012 e validado conforme Nota Técnica nº 002/2012-SAE/Adasa, de 10 de dezembro de 2012.

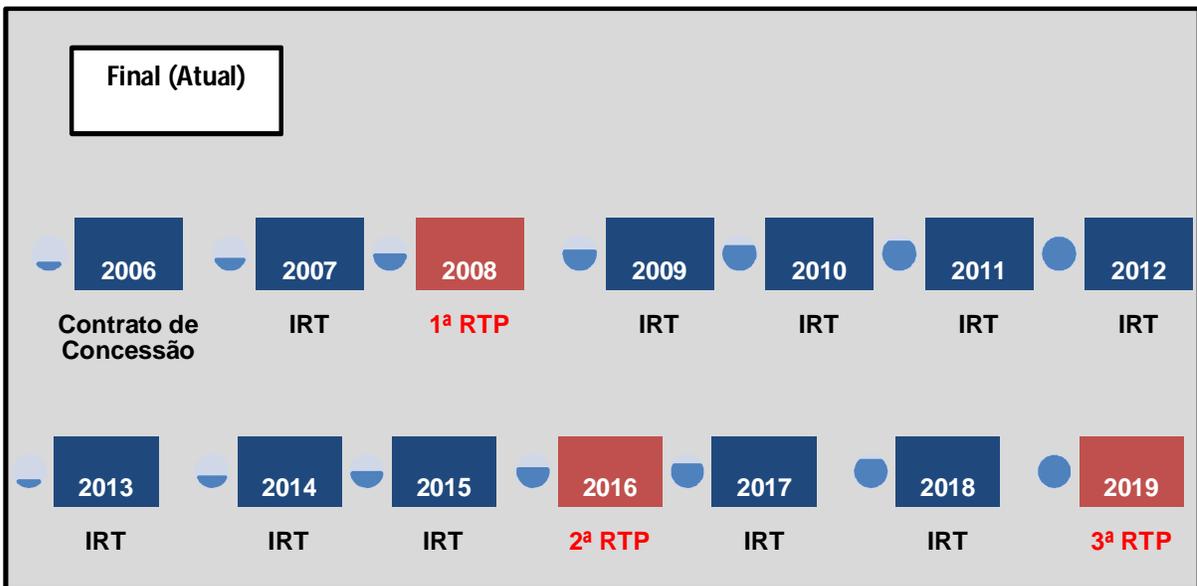
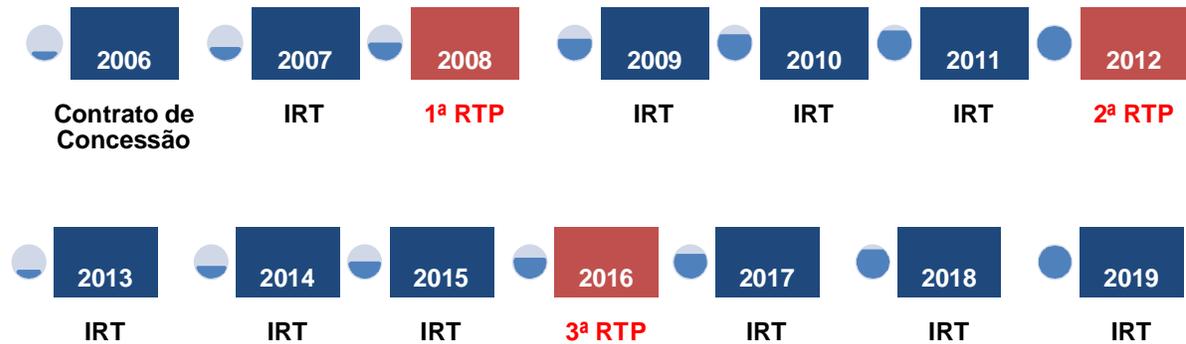
O referido laudo apresentou todos os investimentos prudentes realizados pela CAESB até março de 2008. Assim, para o cálculo dos ativos para a 2ª Revisão Tarifária Periódica – 2ª RTP, faz-se necessário o levantamento dos ativos a serviço da concessão que entraram em operação no período compreendido entre a data-base da 1ª e da 2ª RTP. Aos investimentos prudentes realizados neste período, dá-se o nome de BAR Incremental.

Em 16 de maio de 2014 foi assinado o 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa e em 10 de dezembro de 2014, o 3º Termo Aditivo, sendo que este último estabeleceu a data de 1º de junho de 2016 como data-base para a 2ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB. A alteração do cronograma de reajustes e revisões está demonstrada no Gráfico 20 a seguir.

Gráfico 20 – Cronograma Atualizado de Reajustes e Revisões Tarifárias da CAESB



Inicial



Fonte: SEF/Adasa.

Visando ao aprimoramento da metodologia de levantamento e remuneração da Base de Ativos Regulatória – BAR e da determinação da Remuneração Adequada da Concessionária, em 28 de julho de 2015 foi realizada a Audiência Pública nº 002/2014, no auditório da Adasa, com o intuito de colher contribuições quanto à proposta inicial. Após a análise de todas as manifestações, foi publicada a Resolução nº 15/2014, fundamentada na Nota Técnica nº 024/2014-SEF/Adasa e seus apêndices, bem como na Nota Técnica 028/2014-SEF/Adasa.

Para assessorar a elaboração dessa norma, a Adasa contou com serviços de consultoria, que apoiou sua Equipe Técnica desde o levantamento da metodologia aplicada por ocasião da 1ª RTP até as respostas às manifestações recebidas na Audiência Pública. Coroando o processo, alguns técnicos da Adasa visitaram a Barragem Descoberto e a Estação de Tratamento de Água de Brazlândia. A visita técnica

teve como objetivo capacitar os técnicos da Agência, quanto à adequada validação dos ativos constantes da BAR. Participaram da visita, servidores de diversas áreas da Adasa. A título de ilustração, seguem algumas fotos da visita.

Figura 20 – Estação de Tratamento de Água de Brazlândia – Tanques Floculadores



Fonte: SEF/Adasa.

Figura 21 – Estação de Tratamento de Água de Brazlândia – Filtros e decantadores



Fonte: SEF/Adasa.

Figura 22 – Barragem Descoberto – Elevatória de Água Bruta – Vista Interior



Fonte: SEF/Adasa.

Figura 23 – Barragem Descoberto



Fonte: SEF/Adasa.

A Resolução nº 15/2014 estabelece a metodologia de Base de Ativos Regulatória – BAR e Remuneração Adequada – RA a ser aplicada na 2ª Revisão Tarifária Periódica – 2ª RTP, bem como nas Revisões Tarifárias Periódicas subsequentes, dos serviços públicos de abastecimento de água e

esgotamento sanitário do Distrito Federal, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB. Estabelece, ainda, que o Laudo da BAR da 2ª RTP deverá ter como data-base 31 de dezembro de 2014.

Durante todo o ano de 2014 a Equipe Técnica da Adasa realizou reuniões programadas e periódicas com a Concessionária, auxiliada pela consultoria, em busca da construção de uma metodologia sólida e aprimorada para a 2ª RTP. Além da Base de Ativos Regulatória, cuja metodologia já foi aprimorada e publicada, foram discutidos ainda temas como: Empresa de Referência, Custo de Capital, Estrutura de Capital, Receitas Irrecuperáveis, Perdas de Água, Outras Receitas, dentre outros, demonstrando a transparência, por parte da Agência, na construção de metodologias para as futuras Revisões Tarifárias Periódicas. Após o processo de aprimoramento metodológico, previsto para se encerrar em 2015, serão expedidas Resoluções contendo todas as orientações necessárias à realização das RTPs, em especial a 2ª, prevista para 2016.

Como já explanado, uma premissa fundamental nesse processo é a participação social. Importante salientar que antes da aprovação de cada Resolução são realizadas Consultas e Audiências Públicas, por meio das quais se têm a expressão da participação popular, legitimada pela oportunidade de manifestar suas opiniões quanto ao tema. A participação social é um aspecto fundamental para a regulação. A própria CAESB deve e tem se manifestado em todas as Audiências Públicas realizadas pela Adasa.

Dispondo desses dados, Adasa elaborará as normas regulatórias referentes aos outros temas que compõem o processo revisional, e, a partir delas e utilizando-se da metodologia aprovada pela Resolução nº 15/2014, das cláusulas do Contrato de Concessão nº 001/2006-Adasa e dos princípios regulatórios, a Adasa procederá aos trabalhos finais para estabelecer o Resultado Final da 2ª Revisão Periódica das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, prestados pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, previstos para junho de 2016.

A 1ª Revisão Tarifária Periódica da CAESB foi um marco da regulação no Brasil. Ao finalizar esse trabalho em 2013, a Adasa tornou-se a primeira Agência Reguladora do país a realizar uma Revisão Tarifária Periódica pelo modelo *price cap* (preço teto), valorando e validando os ativos a serviço da concessão, para os serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O maior benefício para a sociedade e os usuários do DF, ainda pouco percebido, é o de contar com tarifas de água e esgoto estabelecidas por um organismo independente e dimensionadas com base na regulação por incentivos, ou seja, nos custos eficientes da operação do serviço, na remuneração adequada dos investimentos prudentes e na modicidade do preço ao usuário. É a realidade tarifária, nem mais nem menos, refletindo uma tarifa justa.

O benefício, nesse caso, é o da previsibilidade para todos os consumidores residenciais, comerciais, industriais e de serviços públicos e para toda a sociedade, ou seja, tarifas obtidas da aplicação de metodologias conhecidas.

Como benefício adicional, está em jogo a sustentabilidade dos serviços. Essa realidade tarifária não só é boa para os usuários, mas extremamente necessária para o próprio prestador de serviços.

Como já mencionado, no primeiro processo de revisão tarifária periódica, a sociedade e os usuários participaram em dois momentos: na aprovação das metodologias e nas suas aplicações. Assim,

além do benefício da previsibilidade e sustentabilidade dos serviços, a sociedade passou a contar com o benefício da transparência.

A Adasa tem convicção de que os ciclos posteriores de Revisão Tarifária, tal como observado em setores similares de serviços públicos, permitirão melhoramentos e refinamentos em benefício da sociedade e dos usuários dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal, procurando tornar o processo revisional continuamente aprimorado.

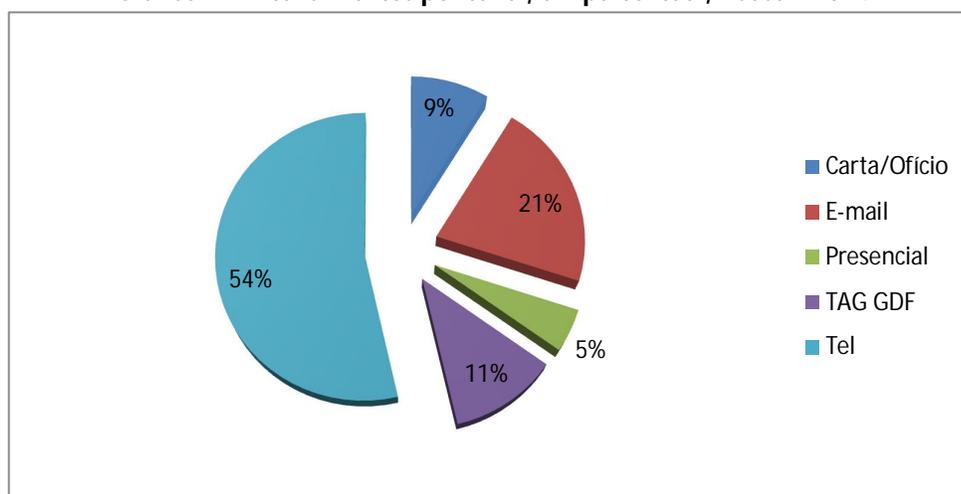
2.2.5. Atendimento aos Usuários e Mediação

Atendimento ao Usuário

O Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação – SAM da Adasa oferece diversos meios de acesso para o atendimento às demandas, tais como: telefone, internet, carta, fax, presencial. Além desses canais, há também o Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública do Distrito Federal - TAG, por meio do qual os usuários de serviços públicos e recursos hídricos também podem registrar suas demandas e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e- SIC, que com base na Lei Distrital 4990/2012, permite ao cidadão encaminhar pedidos de acesso à informação para órgãos e entidades do Poder Executivo distrital.

No Sistema de Ouvidoria da Adasa - SISOUV foram registradas em 2014, 336 manifestações. Os canais mais utilizados foram telefone, com 54%, seguido do e-mail Ouvidoria da Adasa, com 21%. O Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública do Distrito Federal – TAG, canal da Secretaria de Transparência e Controle utilizado pelas ouvidorias especializadas do Governo do Distrito Federal, ocupa a terceira posição, com um percentual de 11%.

Gráfico 21 - atendimentos por canal, em percentual, Adasa – 2014

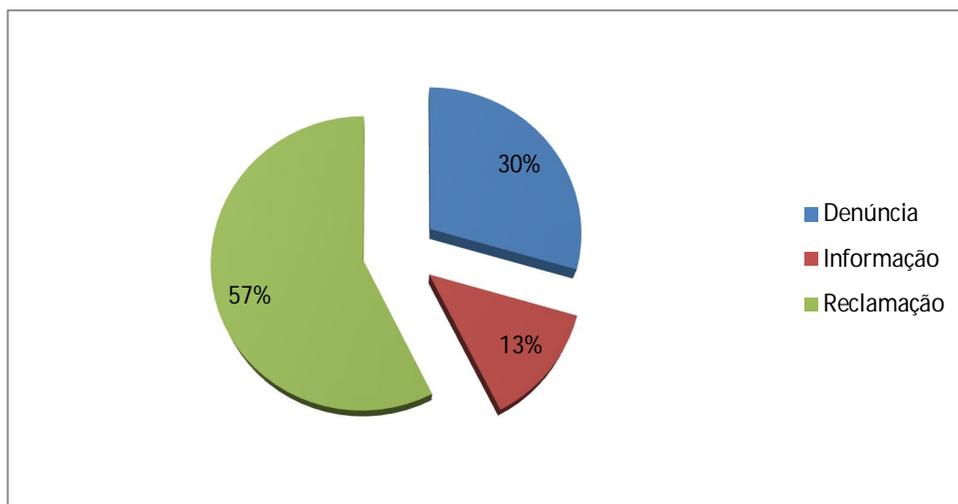


Fonte: SAM/Adasa

Pelo Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC, contabilizado à parte por ser um sistema com finalidade específica, foram recebidos quatro pedidos de informação, os quais foram atendidos e encerrados. Além das solicitações recebidas pelo e-SIC, foram recebidas 14 solicitações de cópias de processos, as quais foram analisadas e atendidas pelas áreas afins.

Das 336 demandas recebidas, 57% foram reclamações, 30% denúncias e 13% pedidos de informações. As demandas registradas no Sistema de Ouvidoria são aquelas que geram a necessidade de apuração junto às Superintendências da Adasa e à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB. As demandas classificadas como informação são aquelas que tratam de assuntos técnicos específicos. Aquelas amparadas pela Lei Distrital nº 4990/2012, são registradas e encaminhadas pelo Sistema Eletrônico de Informação aos Cidadãos.

Gráfico 22 – Atendimentos por tipo de Demanda, em percentual, Adasa - 2014



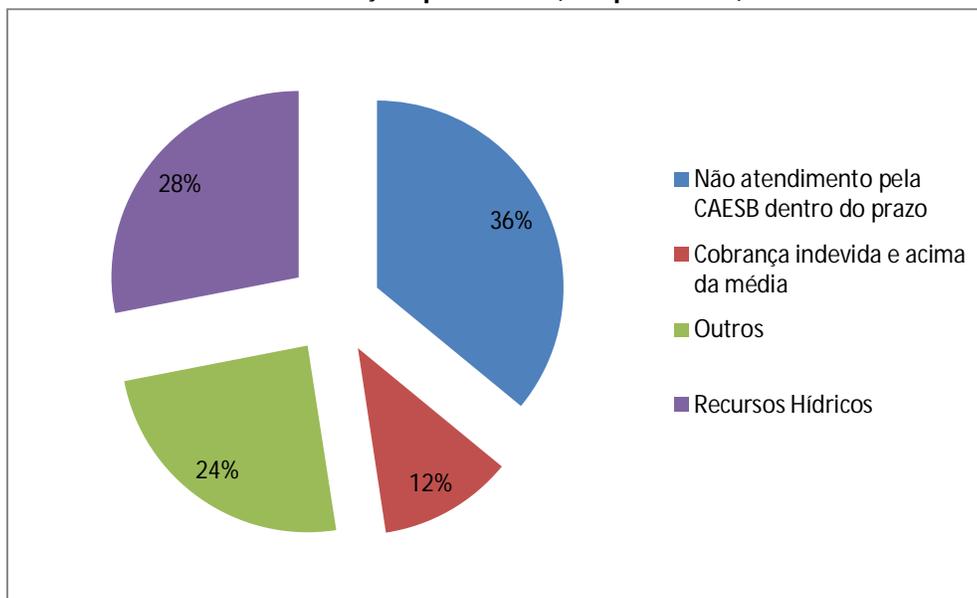
Fonte: SAM/Adasa

Há também o atendimento telefônico para prestar informações rápidas, que por razões operacionais, dispensam o registro no Sistema de Ouvidoria, sendo computadas por outros meios. Essas são, em sua maioria, informações sobre números dos telefones de contato das prestadoras de serviço, informações gerais sobre a da Adasa, esclarecimentos sobre captação de recursos hídricos e legislação da Adasa. Em 2014 foram registrados, aproximadamente, 5.100 atendimentos telefônicos para prestar esses esclarecimentos.

Os tipos de manifestações com maior registro são sempre reclamações e denúncias. É importante ressaltar que essas manifestações, independente de sua natureza, sempre carregam sinais de alerta, desafios e muitas reflexões. A Adasa tem transformado essas pautas em possibilidades de aperfeiçoamento institucional, tanto nos conceitos técnicos como ético-profissionais. Apesar de algumas reclamações e denúncias serem improcedentes, a sua grande maioria reflete problemas que ainda

persistem como a ineficiência dos serviços prestados pelas concessionárias e a falta de transparência em algumas ações com os usuários.

Gráfico 23 - Manifestações por assunto, em percentual, Adasa – 2014



Fonte: SAM/Adasa

Audiência Pública

As audiências públicas seguiram o rito de acordo com art. 28 da Lei nº 4.285/2008, convocadas por meio de ato específico, aviso publicado onde foi definida a matéria discutida de cada audiência, os meios de acesso aos estudos técnicos que subsidiaram as propostas em debate, a especificação do público convocado, data, local e hora de sua realização.

Foram realizadas duas audiências públicas, das quais participaram 78 pessoas, representadas pelos seguintes segmentos da sociedade, totalizando 19 instituições: SOCIEDADE; CAESB; Adasa; SIGLASUL Consultoria em Regulação RJ; LMDM Consultoria em empresas de energia, saneamento e gás; CLDF; SINDICONDOMÍNIO DF; SINDÁGUA DF; ANSEAF; FDES; JBR; AESBE; CREA DF; OEAA; Câmara legislativa Federal; Sindicato dos Engenheiros; Administração do Park Way; Administração do Cruzeiro.

Nessas duas audiências foram computadas 07 (sete) contribuições, sendo 5 (cinco) à proposta de resolução referente ao reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal e 02 (duas) relativas proposta de resolução referente ao aprimoramento da metodologia de Base de Ativos Regulatória – BAR e Remuneração Adequada – RA.

Tabela 5 - Dados de participações por Audiência Pública, Adasa – 2014

NÚMERO	DATA	OBJETO	DIVULGAÇÃO - PUBLICAÇÕES DO AVISO NO DODF E JORNAIS	PARTICIPAÇÃO	ATA	ATO
Audiência Pública nº 001/2014	27/01/2014	Obter contribuições à proposta de resolução referente ao reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal prestado pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, relativo ao ano de 2014.	DODF: 1ª Nº 06 de 09/01/2014 2ª Nº 09 de 14/01/2014 3ª Nº 15 de 20/01/2014 Correio Braziliense: 1ª em 10/01/2014 2ª em 22/01/2014 Jornal de Brasília: 1ª em 10/01/2014 2ª em 22/01/2014	Contribuições: 05 Participantes: 50	Publicada no DODF nº 29 de 07/02/2014	Resolução nº 01 de 29/01/2014 Publicada no DODF nº 24 de 29/01/2014.
Audiência Pública nº 002/2014	28/07/2014	Obter contribuições à proposta de resolução referente ao aprimoramento da metodologia de Base de Ativos Regulatória – BAR e Remuneração Adequada – RA, a ser aplicada na 2ª Revisão Tarifária Periódica – 2ª RTP, bem como nas Revisões Tarifárias Periódicas subsequentes, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Federal, prestados pela CAESB	DODF: 1ª Nº 140 de 11/07/2014 2ª Nº 144 de 16/07/2014 3ª Nº 147 de 21/12/2014 Correio Braziliense: 1ª em 21/07/2014 Jornal de Brasília: 1ª em 21/07/2014	Contribuições: 02 Participantes: 28	Publicada no DODF nº 161 de 08/08/2014	Resolução nº 15 de 14/08/2014 Publicada no DODF nº 167 de 15/08/2014.

Fonte: SAM/Adasa

As audiências públicas seguiram o rito de acordo com art. 28 da Lei nº 4.285/2008, convocadas por meio de ato específico, aviso publicado onde foi definida a matéria discutida de cada audiência, os meios de acesso aos estudos técnicos que subsidiaram as propostas em debate, a especificação do público convocado, data, local e hora de sua realização.

Foram realizadas 2 (duas) audiências públicas, das quais participaram 78 pessoas, representadas pelos seguintes segmentos da sociedade, totalizando 19 instituições: SOCIEDADE; CAESB; Adasa; SIGLASUL Consultoria em Regulação RJ; LMDM Consultoria em empresas de energia, saneamento e gás; CLDF; SINDICONDOMÍNIO DF; SINDÁGUA DF; ANSEAF; FDES; JBR; AESBE; CREA DF; OEAA; Câmara legislativa Federal; Sindicato dos Engenheiros; Administração do Park Way; Administração do Cruzeiro.

Nessas duas audiências foram computadas 07 (sete) contribuições, sendo 5 (cinco) à proposta de resolução referente ao reajuste anual das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Distrito Federal e 02 (duas) relativas proposta de resolução referente ao aprimoramento da metodologia de Base de Ativos Regulatória – BAR e Remuneração Adequada – RA.

Mediação

A Lei nº 4.285, de 26 de dezembro de 2008 ao discriminar o que é regulação para fins de atuação da agência, inclui as atividades de: outorga, no caso de usos de recursos hídricos, regulamentação, fiscalização, ouvidoria, dirimção de conflitos e sanção administrativa, nos demais casos, a serem empreendidas pela Adasa perante os prestadores de serviços e os usuários ou consumidores.

Compete ao Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação - SAM, por meio de seu Núcleo de Mediação, atender aos usuários de recursos hídricos, gás e energia, saneamento básico e aos concessionários, agendando com as unidades administrativas os atendimentos técnicos necessários, além de mediar os litígios entre usuários de recursos hídricos e entre os usuários e prestadores dos serviços públicos regulados.

Existem dois tipos de conflitos que podem ser mediados pela Adasa: conflitos sobre recursos hídricos (conflitos ambientais), que versam sobre um bem ambiental em constante mudança e conflitos entre usuários e prestadores de serviços públicos regulados.

As disputas entre usuários e prestadores de serviços públicos diferem muito das disputas entre usuários de recursos hídricos, pois as primeiras são caracterizadas como disputas individuais, que se assemelham às disputas de consumidores e de fornecedores de serviços, enquanto as segundas se caracterizam por disputas socioambientais.

Em 2014 foram analisadas 36 demandas com a finalidade de realização de processo de mediação, mantendo-se no mesmo patamar de 2013. Desse total, 29 casos foram encaminhados pela Defensoria Pública e 07 pela Superintendência de Recursos Hídricos. Após serem analisados foi constatado que os casos não eram passíveis de ser mediados.

O Núcleo de Mediação promoveu em 2014 vários treinamentos em instituições públicas e privadas sobre o processo de mediação. Também foram feitas visitas técnicas a outras entidades, com o objetivo de realização de benchmarking visando à identificação das melhores práticas sobre mediação existentes em empresas congêneres.

2.3. PROGRAMA TEMÁTICO: 6210 – MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

OBJETIVO GERAL: Assegurar a preservação e a conservação do meio ambiente, mediante ações que possibilitem: aperfeiçoar a legislação específica; organizar, desenvolver e coordenar sistemas de

informações e bancos de dados para a gestão ambiental e dos recursos hídricos; aprimorar os serviços conservacionistas; controlar riscos e mitigar danos; promover a sustentabilidade das áreas protegidas e fomentar a educação ambiental.

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1670 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	400.000	1.239.994	35.742	18.844
9706 - GESTÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL - BACIA DO PIPIRIPAU - PLANALTINA	400.000	1.239.994	35.742	18.844
3711 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS	300.000	300.000	0	0
6146 - REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS-RECURSOS HÍDRICOS-DISTRITO FEDERAL	300.000	300.000	0	0
3743 - FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	2.000.000	2.000.000	1.129.907	938.538
0001 - FORTALECIMENTO E REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS--DISTRITO FEDERAL	2.000.000	2.000.000	1.129.907	938.538
4135 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS	351.000	351.000	23.953	23.953
0001 - FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS--DISTRITO FEDERAL	351.000	351.000	23.953	23.953
4235 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	690.500	690.500	528.909	505.799
0001 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL-Adasa DF- PLANO PILOTO	690.500	690.500	528.909	505.799
TOTAL DO PROGRAMA 6210	3.741.500	4.581.494	1.718.511	1.487.134

Fonte: SIGGO

Objetivo Específico: 006 - Ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade da Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação
						2012	2013	2014	2015	
1023 IAGRH – Indicador de Gestão de Recursos Hídricos	%	0,907	31/12/2013	Anual	Desejado	0,336	0,567	0,737	0,869	Relatório de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	0,639	0,907	1,113	-	
1024 IRRH – Índice de Regularização de Recursos Hídricos	%	0,508	31/12/2013	Anual	Desejado	0,109	0,197	0,269	0,329	Relatório de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	0,338	0,508	0,644	-	
1025 IFRH – Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos	%	0,398	31/12/2013	Anual	Desejado	0,227	0,370	0,468	0,540	Relatório de Atividades SRH/ADASA
					Alcançado	0,301	0,398	0,469	-	

Fonte: Adasa

1026	IAQR – Indicador ADASA de Qualidade Regulatória	%	10,33	31/12/2013	Anual	Desejado	9,15	9,61	10,09	10,59	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
						Alcançado	9,19	10,33	10,63	-	
1027	IES – Índice de Desenvolvimento Social	%	9,43	31/12/2013	Anual	Desejado	7,77	8,15	8,57	8,99	Relatórios de Atividades Núcleo de Atendimento ao Cliente – NAC/ADASA
						Alcançado	8,64	9,43	9,13	-	
1028	IQT – Índice de Qualidade Técnica	%	0,45	31/12/2013	Anual	Desejado	0,69	0,73	0,76	0,80	Relatórios de Atividades SRH/ADASA
						Alcançado	0,27	0,45	0,75	-	

As ações vinculadas a esse Objetivo estão voltadas aos processos de Regulação, Monitoramento, Outorga e Fiscalização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, no âmbito do Distrito Federal.

Para uma gestão integrada tornam-se imperativas ações focadas na adequação da demanda à limitada oferta de água no Distrito Federal para fazer frente à crescente demanda quali-quantitativa por esses recursos.

Visando o desenvolvimento pleno dessas atividades é necessária e fundamental a existência de normativos que possibilitem, não só ao regulador como também ao usuário, conhecer os procedimentos que norteiam as decisões para disciplinar a implementação, a operacionalização, o controle e a avaliação dos instrumentos da Política Distrital de Recursos Hídricos.

2.3.1. Regulação

Função

Foco na gestão sustentável dos recursos hídricos, com ênfase na normatização dos usos das águas e em sua competência afeta, bem como na promoção e implantação das políticas públicas que versem sobre o tema, sem, contudo, deixar de apoiá-las quando de sua construção.

Atividades

As atividades realizadas em 2014 são apresentadas de forma temática de acordo com as prioridades estabelecidas e em harmonia com o Planejamento Estratégico para a área. A seguir são apresentadas as ações desenvolvidas:

Normativos

Tabela 6 – Situação dos Atos Normativos

Título	Condição do trabalho da Coordenação	Estado atual
--------	-------------------------------------	--------------

Resolução caminhão-pipa	Finalizado	Resolução publicada no DODF em 13 de maio de 2014.
Resolução Instituição Agenda Regulatória da Adasa (SRH, SRS,SDE, SAE, SPE)	Finalizado	Reuniões realizadas de Março a Setembro .
Resolução Padronização de Atos Normativos (SRH, SRS,SDE, SAE, SPE)	Finalizado	Reuniões realizadas de Março a Setembro .
Revisão da Resolução/Adasa nº 09/2011	Minuta de Projeto básico de contratação de consultor encaminhada ao Superintendente de Recursos Hídricos.	Foi elaborado projeto básico para a contratação de consultor para elaboração de estudo que avalie a necessidade de revisão da Resolução/Adasa nº 9, de 8 de abril de 2011.
Minuta da resolução que substituirá a Resolução nº 350/2006	Finalizado	Nota Técnica e minuta de resolução encaminhadas para a Diretoria Colegiada. Aguardando avaliação.

Fonte: SRH/Adasa

Elaboração de Projetos

Foram elaborados os seguintes Documentos de Iniciação de Projetos para a continuidade das atividades de Regulação de Recursos Hídricos:

- I - Projeto de Contratação dos Planos de Bacia dos Comitês: Preto e Maranhão;
- II - Projeto de Estudo sobre cobrança pelo uso da água no Distrito Federal;
- III - Programa de Revisão e Normatização dos usos de recursos hídricos:
 - a) Revisão da Resolução nº 350/2006;
 - b) Revisão da Resolução nº 163/2006;
 - c) Revisão da Instrução Normativa nº 002/2006;
 - d) Revisão da Resolução nº 009/2011;
 - e) Elaboração Resolução Recarga Artificial de Aquífero;
 - f) Elaboração Resolução Dragagem;
 - g) Elaboração de Instrução Normativa para o Lago Paranoá e seus tributários.
- IV - Programa de Apoio ao Convênio Adasa/Hidroex;
- V - Projeto Descoberto Coberto: Diagnóstico Socioambiental;
- VI - Acompanhamento do Índice de Cumprimento da Agenda Regulatória.

Enquadramento dos corpos hídricos superficiais

Participação de reuniões na sede da Adasa com representantes da SEMARH e Diretoria da Adasa para elaboração de minuta de resolução para enquadramento dos corpos hídricos a ser submetida ao Conselho de Recursos Hídricos.

Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Em fevereiro, agosto, setembro e novembro, participação nas reuniões da Câmara Técnica de Cobrança - CTCOB do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Comitês de bacia hidrográfica

Como última participação nas atividades de secretaria executiva dos comitês, foram realizadas as seguintes atividades:

- a) Participação no processo de renovação dos membros dos Comitês de Bacia dos rios Preto e Paranoá e participação no processo de renovação dos membros do Comitê de Bacia do rio Maranhão – de 02 de Janeiro a 19 de Março;
- b) Participação na elaboração de Relatórios sobre os resultados do processo eleitoral dos Comitês do Preto e Paranoá – de 10 de Fevereiro a 18 de março;
- c) Participação na elaboração de Relatórios Síntese de Atividades dos Comitês de Bacia dos rios Preto e Paranoá – Período 2010 a 2013 – Fevereiro e Março;
- d) Participação na elaboração de Relatórios Anuais de Atividades dos Comitês de Bacia dos rios Preto e Paranoá – Ano 2013 – Março;
- e) Preparação de reunião ordinária do CBH Paranoá – Elaboração de pauta, Convocação, elaboração de pauta, encaminhamentos posteriores – Março;
- f) Preparação de reunião ordinária do CBH Preto – Elaboração de pauta, Convocação, elaboração de pauta, encaminhamentos posteriores- Março;
- g) Participação em reunião com IBRAM para transição das secretarias dos Comitês de Bacia – 27 de Março;
- h) Participação na reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá – CBH Paranoá, no dia 07/08/2014;
- i) Participação na reunião da Câmara Técnica de Assessoramento do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranoá – CTA PARANOÁ no dia 22/08/2014;
- j) Participação na reunião da Câmara Técnica de Assessoramento do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio Paranoá – CTA PARANOÁ no dia 03/10/2014;
- k) Participação na reunião do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Preto – CBH/AP, no dia 02/10/2014;
- l) Participação na 103ª Reunião da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR, realizada nos dias 20 e 21 de outubro de 2014;
- m) Representação da Adasa como membros titulares e suplentes dos comitês de bacia dos rios Paranoá, Preto e Maranhão.

Projeto Descoberto Coberto

Projeto de Adequação Ambiental das Propriedades Rurais às Margens do Lago Descoberto - Diagnóstico

No intuito de dar continuidade às ações previstas no Projeto supracitado, o Grupo de Trabalho Interinstitucional e Multidisciplinar denominado GT Descoberto Coberto, criado por meio do Decreto nº 32.261, de 24 de setembro de 2010, foi reestruturado com o objetivo de implantar na bacia do rio Descoberto o mecanismo de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) nos moldes do programa federal Produtor de Águas, desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (MMA).

Com a reestruturação, o GT Descoberto Coberto foi dividido em subgrupos, assumindo, dessa forma, uma composição em condições de realizar atividades relacionadas aos temas prioritários do projeto, a saber: elaboração de diagnóstico socioambiental da bacia; educação ambiental; conservação do solo; recuperação de APP e Reserva Legal; recuperação e conservação de canais; aplicação do mecanismo Pagamento por Serviços Ambientais; e elaboração dos termos do Acordo de Cooperação Técnica.

O subgrupo iniciou suas atividades em fevereiro de 2014 e reuniu representantes da Adasa; do Instituto Chico Mendes (ICMBio); da CAESB; da Agência Nacional de Águas (ANA); da EMATER-DF; do IBRAM; da UnB e da organização não governamental TNC. Na oportunidade foi discutido o planejamento de ações para a elaboração do diagnóstico socioambiental da bacia do rio Descoberto. Acordou-se que os presentes à reunião providenciarão os dados relacionados à bacia do rio Descoberto disponíveis em suas instituições de origem e que demais dados de instituições distritais ou federais relacionadas à gestão do solo e da água da bacia seriam relacionados.

Em março de 2014 foi realizada a segunda reunião do subgrupo diagnóstico com a presença de Adasa; TERRACAP; CAESB; ICMBio; EMATER-DF; UnB; e TNC. Na oportunidade foram reunidos e compartilhados os dados referentes à bacia do rio Descoberto em condições de subsidiar a elaboração do diagnóstico socioambiental da área em questão. Os dados relacionados foram disponibilizados no sítio eletrônico do Projeto Descoberto Coberto (www.descobertocoberto.df.gov.br).

Em junho de 2014 realizou-se a terceira reunião do subgrupo diagnóstico que reuniu IBRAM; Adasa; EMATER-DF; UnB; e ANA. Na ocasião foi apresentada a minuta do Termo de Referência que norteará a elaboração do Diagnóstico Socioambiental da bacia do Alto Curso do rio Descoberto.

Grupo de Trabalho – Educação ambiental

Participantes: Adasa, IBRAM, CAESB, EMATER, ICMBio, SEAGRI, UNB e Associação do Descoberto Coberto. Dentro do organograma do Projeto Descoberto Coberto, a Adasa é responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho 2 – Educação Ambiental. A finalidade deste GT é fundamentada na educação ambiental de crianças, alunos de escolas públicas localizadas na área de abrangência da APA do Descoberto, bem como de chacareiros da região.

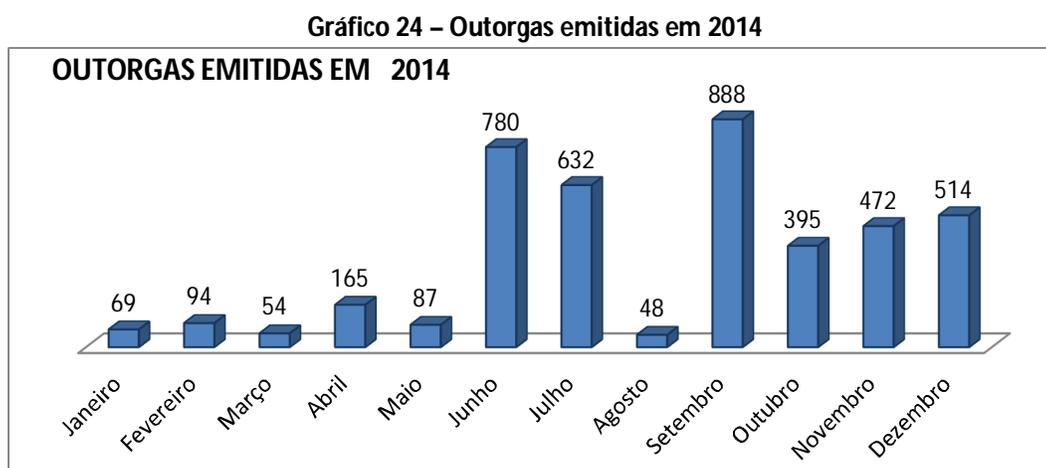
Para atender os objetivos desse projeto foram realizadas atividades como palestras educativas, conto de histórias, plantios de árvores, apresentações mostrando a diversidade de animais e plantas do bioma do cerrado, inclusive com percursos em trilhas para combinar a prática com a teoria

ensinada, assim como orientações sobre os cuidados com o manejo e destinação final dos resíduos sólidos e as consequências do descarte irregular sobre o meio ambiente.

Ao longo de 2014, foram realizadas visitas a 5 escolas públicas da região para desenvolvimento das atividades previstas no projeto, iniciadas em março, com reuniões quinzenais e atividades que envolveram cerca de 1.000 alunos com diversas atividades, tanto nas escolas como no Haras Feliz, na margem do Lago Descoberto, para conhecimento do lago pelas crianças e atividades extraclasse, como danças, ginásticas e plantio de mudas. Além disso, algumas atividades com professores para melhorar seus conhecimentos sobre a educação ambiental e outras ações educativas para recuperação da APA, que serão continuadas durante o ano de 2015.

2.3.2. Outorga

Outorga é um dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, instituído pela Política Nacional de Recursos Hídricos por meio da Lei 9.433/1997. É utilizado com o objetivo de gerenciar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água, bem como o efetivo exercício dos direitos de acesso a ela. A outorga é o instrumento adotado para indicar o nível de regularização dos usos dos recursos hídricos no DF. No ano de 2014, a quantidade de atos de outorga emitidos mensalmente é demonstrada no gráfico a seguir.

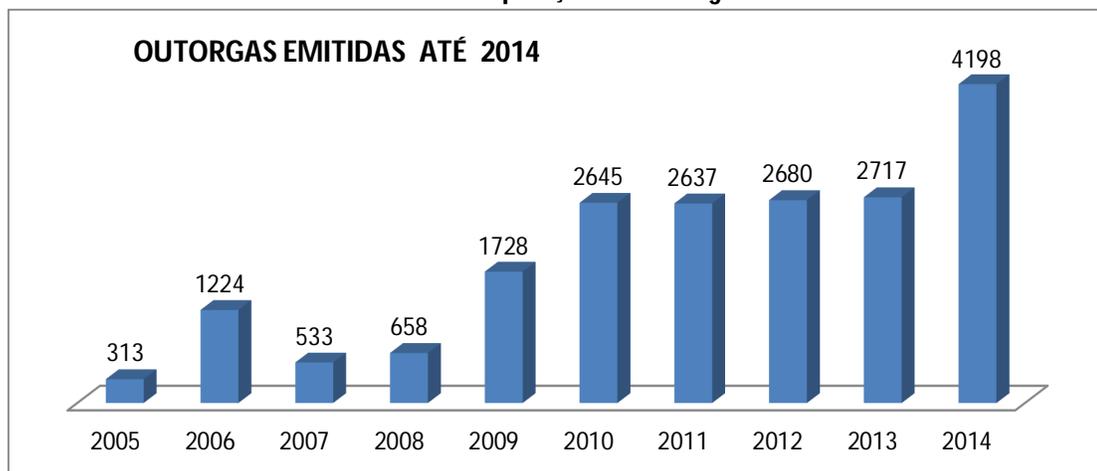


Fonte: SRH/Adasa

A outorga não implica a alienação das águas, que são inalienáveis, mas o simples direito de usá-la. Está condicionada às prioridades estabelecidas nos Planos de Recursos Hídricos e deverá preservar o uso múltiplo dos recursos hídricos.

A Adasa, desde maio de 2005, já emitiu 15.135 outorgas do direito de uso de recursos hídricos. Nota-se claramente, conforme gráfico abaixo, um expressivo incremento na emissão de atos de outorga a partir do ano de 2009.

Gráfico 25 – Comparação das outorgas emitidas até 2014



Fonte: SRH/Adasa

Documentos de Iniciação de Projeto

Foram elaborados os documentos de iniciação de projeto para os temas afetos à área de outorga. Dentre projetos em andamento e em fase final de aprovação, tem-se:

- a) Projeto de atualização da Agenda Operativa de delegação;
- b) Projeto de ampliação do Sistema de Controle de Balanço Hídrico na região do Distrito Federal;
- c) Projeto de recuperação do canal Santos Dumont;
- d) Projeto de recuperação do canal Jatobazinho;
- e) Projeto de recuperação do canal Rodeador;
- f) Elaboração do Plano de Segurança da Barragem do Lago Paranoá.

2.3.3. Monitoramento Hidrológico

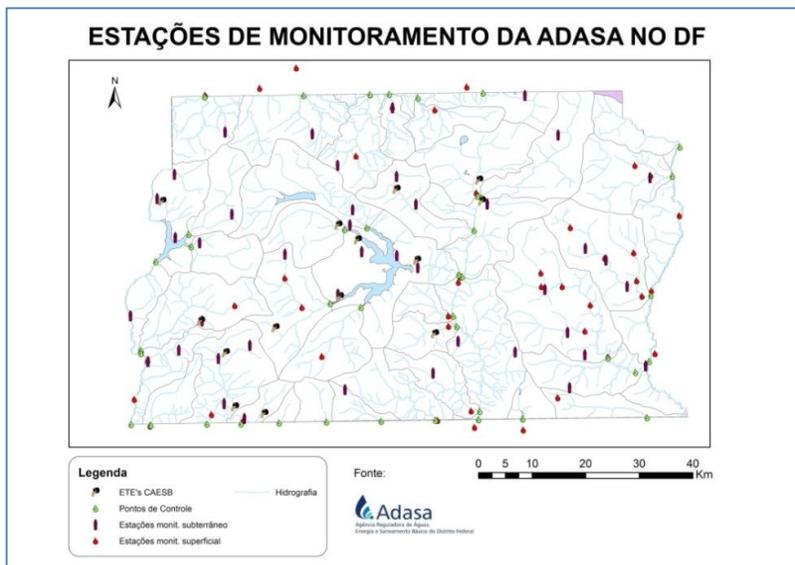
Atividades

Monitoramento quali-quantitativo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos do Distrito Federal com armazenamento, análise e divulgação de dados e informações utilizando as ferramentas dos sistemas de informações e geoprocessamento. As atividades realizadas ao longo do ano de 2014 são apresentadas abaixo de forma temática:

Rede de Monitoramento

O monitoramento da qualidade das águas superficiais e subterrâneas do Distrito Federal é uma atividade contínua realizada pela Adasa. A rede de monitoramento, que começou a ser implantada em 2009, vem sendo incrementada constantemente, e sua conformação atual pode ser visualizada na figura abaixo.

Figura 24 - Estações Adasa de monitoramento da qualidade das águas



Fonte: SRH/Adasa

As análises de qualidade das águas superficiais envolvem os seguintes pontos de monitoramento:

- 42 estações de monitoramento completas (fluvial, pluvial, qualitativa);
- 17 pontos de controle (qualidade no exutório das Unidades Hidrográficas);
- 11 pontos a montante e jusante de Estações de Tratamento de Esgotos (ETE) da Caesb;
- análises eventuais (demanda fiscalização, demanda de outros órgãos, etc).

As análises de água subterrânea incluem os 84 poços (rasos e profundos) que constituem a rede de monitoramento subterrâneo da Adasa.

Figura 25. Poços da rede de monitoramento das águas subterrâneas



Fonte: SRH/Adasa

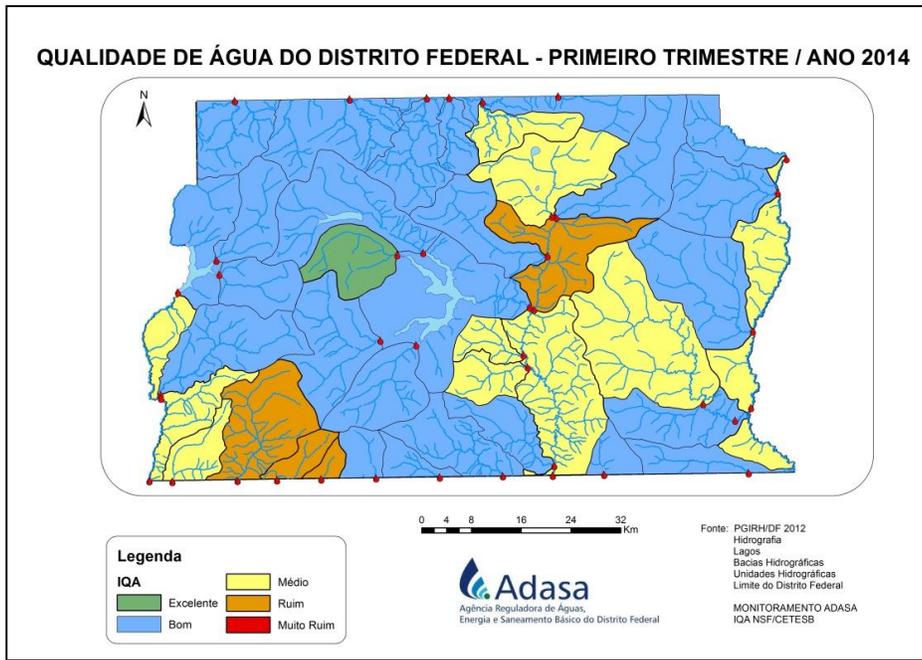
A periodicidade definida para cada tipo de estação de monitoramento é:

- estações de monitoramento completas: trimestral;
- pontos de controle: trimestral;
- montante e jusante de ETE: quadrimestral;
- poços: semestral.

A coleta, transporte e análise das amostras são realizados por laboratório contratado sob a coordenação e fiscalização de técnicos da Adasa. Os laudos de qualidade são enviados à Adasa e os dados são compilados mensalmente em planilhas Excell. Para as amostras da rede de monitoramento superficial é calculado o IQA (Índice de Qualidade da Água – NSF/CETESB).

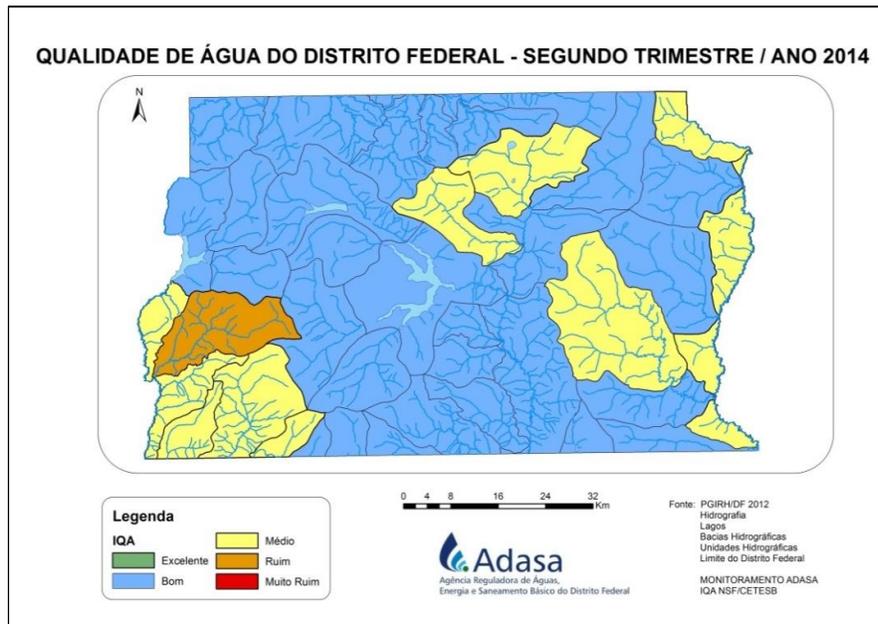
Com os valores de IQA obtidos nos primeiro, segundo e terceiro trimestres foram produzidos os mapas de qualidade de água por UH.

Figura 26 - Mapa da qualidade de água do Distrito Federal no primeiro trimestre de 2014



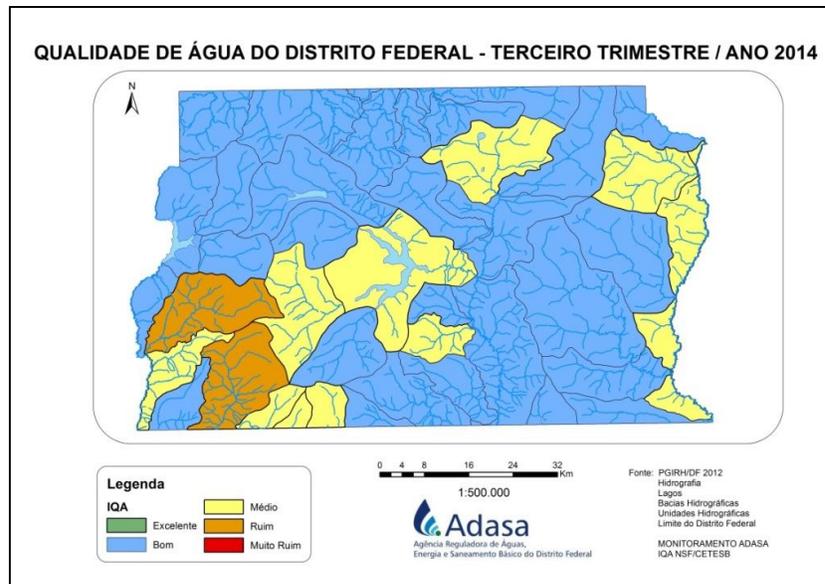
Fonte: SRH/Adasa

Figura 27 - Mapa da qualidade de água do Distrito Federal no segundo trimestre de 2014



Fonte: SRH/Adasa

Figura 28. Mapa da qualidade de água do Distrito Federal no terceiro trimestre de 2014



Fonte: SRH/Adasa

Com o objetivo de comparar os dados produzidos pela Adasa nos pontos a jusante das Estações de Tratamento de Esgoto da CAESB (ETE) com os dados da própria CAESB, foi realizada uma coleta conjunta nas ETE's Samambaia e Sobradinho. A coleta foi realizada no mesmo local e no mesmo momento (**Figura 29**). Os resultados apontaram uma grande diferença nos valores de Coliformes e DBO entre as análises realizadas por cada instituição. A empresa que realiza as análises para a Adasa foi contatada e informada do ocorrido. Após algumas conversas identificou-se o problema e o mesmo já foi sanado.

Figura 29. Coleta conjunta Adasa/CAESB



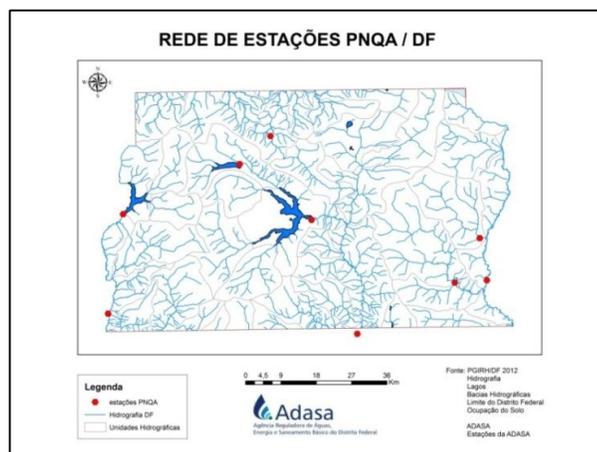
Fonte: SRH/Adasa

Em função da perda (dentro de um dos poços) do equipamento para coleta de água nos poços de monitoramento, nova metodologia começou a ser utilizada a partir de março, com a utilização de bayler, no lugar da garrafa coletora de profundidade.

Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas (PNQA)

Durante o evento comemorativo do Dia Mundial da Água foi assinada uma Carta de Compromisso com a ANA para uma parceria em relação ao PNQA (Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas). Subsequentemente, foi definido o Plano de Trabalho para o PNQA bem como a definição de novas estações da Agência que irão compor o Programa. Em 2013 havia sido definida a contribuição com dados de 6 estações da Adasa. Agora serão 9 estações, incluindo pontos lóticos e lânticos. O mapa das estações que irão compor o PNQA encontra-se a seguir.

Figura 30. Mapa das estações que compõem a rede do PNQA



Fonte: SRH/Adasa

A partir de junho deste ano foram cedidos pela ANA à Adasa os seguintes equipamentos: um medidor de vazão acústico M9, um medidor de vazão Flow-Tracker, um motor de popa de 15 hp, um barco, uma caminhonete 4x4 com baú e uma sonda multiparâmetros EXO. Todos com a finalidade de apoiar o desenvolvimento das atividades relacionadas ao PNQA.

Praticamente todos os parâmetros exigidos pelo programa já são avaliados pela Adasa nos seus pontos de monitoramento, com exceção de parâmetros de ambientes lânticos que deverão ser introduzidos ao longo do projeto.

Enquadramento dos Corpos Hídricos do DF

Com a finalidade de embasar a decisão da Câmara Técnica do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal sobre o "Enquadramento dos corpos hídricos" foi apresentado ao grupo de trabalho os dados históricos da Adasa, bem como foi discutido, em nível técnico com a Caesb, os valores encontrados em corpos receptores. Além disso, a Adasa participou de todas as reuniões e elaboração de Notas Técnicas que foram produzidas pela Câmara Técnica e encaminhadas ao Conselho de Recursos Hídricos. Em dezembro foi publicada a Resolução CRH nº 02/2014, que determina o enquadramento dos corpos hídricos do Distrito Federal.

Em março foi instalada a primeira estação telemétrica cedida pela ANA à Adasa (Figura a seguir). O equipamento foi instalado na barragem do Lago Paranoá por técnicos da Adasa e da ANA. A visualização dos dados está disponível pelo link: <http://mapas-hidro.ana.gov.br/Usuario/DadoPesquisar.aspx?org=5&bac=6&sub=60&est=154747470>

Figura 31. Instalação da estação telemétrica do Lago Paranoá



Fonte: SRH/Adasa

Em setembro do corrente ano foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica Adasa/ANA para implementação e modernização da rede hidrometeorológica do DF. No mesmo mês foram cedidas e instaladas mais duas estações telemétricas, localizadas no Ribeirão Pipiripau e no Rio São Bartolomeu. Por meio do Plano de Trabalho, elaborado conjuntamente com a ANA, foram definidos os 19 pontos para instalação de estações telemétricas no DF, sendo que ao final de 2014 foram concluídas as instalações de 7 estações. Além das do Lago Paranoá barragem, Pipiripau e São Bartolomeu, foram instaladas as estações Santa Maria barragem, Descoberto barragem, Rio São Bernardo e Ribeirão Jacaré (Figura a seguir).

Figura 32. Estações telemétricas instaladas no rio São Bartolomeu (Faz. Recreio), rib. Pipiripau (Frinocap), na Barragem Santa Maria, Barragem Descoberto, Rio São Bernardo e Ribeirão Jacaré



Fonte: SRH/Adasa

De modo a oficializar as estações de monitoramento qualitativas localizadas nos pontos de controle onde hoje não há equipamentos instalados, mas já existe medição periódica de qualidade de água, foi encaminhado à ANA pedido de registro dessas estações no banco nacional, com a geração de códigos para cada uma. A tabela atualizada com os códigos das estações Adasa encontra-se na Tabela abaixo:

Tabela 7. Lista de estações Adasa atualizada

Bacia	Tipo Estação	Código FLU	Código PLU	Nome	Latitude	Longitude	UTM	Altitude (m)	Tipo
MARANHÃO	Fluviométrica	20000900	1547049	RIO MARANHÃO	15°29'24"	47°41'09"	211818 8285651	855	PPrFrD
	Fluviométrica	20000950	1547050	RIBEIRÃO PALMEIRAS	15°31'41"	47°44'31"	205847 8281361	830	PrFrD
	Fluviométrica	20001050	1547051	SONHEM	15°31'23"	47°48'57"	197908 8281812	780	PrFrD
	Fluviométrica	20001130	1547052	CONTAGEM - RUA DO MATO	15°36'14"	47°52'48"	191140 8272769	880	PPrFrD
	Fluviométrica	20001200	1547053	CONTAGEM - VC 201	15°30'03"	47°51'15"	193759 8284218	730	PrFrD
	Fluviométrica	20001400	1548035	PALMAS	15°29'15"	48°02'45"	173157 8285411	805	PrFrD
	Fluviométrica	20001300	1547054	SALINAS	15°27'15"	47°58'54"	179997 8289199	730	PrFrD
	Fluviométrica	20008000	1548036	RIO DO SAL	15°29'53"	48°08'26"	163001 8284095	780	PPrFrD
PRETO	Fluviométrica	42450360	1547058	RIO PRETO - MONTANTE EXTREMA	15°50'14"	47°22'08"	246272 8247617	855	PPrFrD
	Fluviométrica	42450600	1547064	PRETO - FAZENDA ITAPETI	15°56'34"	47°21'49"	246970 8235938	880	PrFrD
	Fluviométrica	42450130	1547055	RETIRO DO MEIO	15°37'32"	47°23'42"	243208 8271016	905	PPrFrD
	Fluviométrica	42450160	1547056	JIBÓIA	15°38'35"	47°22'05"	246120 8269111	880	PrFrD
	Fluviométrica	42450330	1547057	SÃO JOSE	15°42'39"	47°19'08"	251476 8261667	880	PPrFrD
	Fluviométrica	42450370	1547059	LAGOINHA - DF 105	15°46'21"	47°23'56"	242975 8254745	905	PrFrD
	Fluviométrica	42450380	1547060	BARRO PRETO	15°49'11"	47°23'39"	243541 8249523	880	PrFrD
	Fluviométrica	42450390	1547062	EXTREMA - VC 173	15°46'52"	47°26'58"	237567 8253729	905	PPrFrD
	Fluviométrica	42450510	1547063	EXTREMA - DF 100	15°50'45"	47°23'07"	244527 8246644	855	PrFrD
	Fluviométrica		1547061	EXTREMA	15°43'44"	47°30'32"	231126 8259435	955	P
	Fluviométrica	42450710	1547065	JARDIM - MONTANTE TAQUARI	15°48'18"	47°33'39"	225658 8250942	930	PrFrD
	Fluviométrica	42450730	1547067	JARDIM - JUSANTE SÃO GONÇALO	15°49'41"	47°31'26"	229649 8248438	905	PrFrD
	Fluviométrica	42450740	1547068	JARDIM - DF 260	15°51'35"	47°28'32"	234871 8244994	880	PrFrD
	Fluviométrica	42450770	1547070	JARDIM - MONTANTE LAMARÃO	15°56'51"	47°26'45"	238169 8235314	855	PPrFrD
	Fluviométrica	42450720	1547066	TAQUARI	15°49'40"	47°33'37"	225749 8248421	905	PPrFrD
	Fluviométrica	42450760	1547069	CARIRU	15°54'13"	47°29'07"	233886 8240123	855	PrFrD
	Fluviométrica		1647016	SÃO BERNARDO	16°00'55"	47°32'03"	228799 8227698	1005	P
		Fluviométrica	42455000		CÓRREGO SÃO BERNARDO	16°02'59"	47°22'47"		
	Fluviométrica	42450900		RIBEIRÃO JARDIM DF-100	15°58'26"	47°23'55"			Q
	Fluviométrica	42450050		RIBEIRÃO SANTA RITA	15°35'01"	47°20'27"			Q
SÃO MARCOS									
	Fluviométrica	60019000	1647012	RIO SAMAMBAIA	16°04'07"	47°35'42"	222359 8221712	955	PPrFrD
DESCOBERTO	Fluviométrica	60436195	1548039	SAMAMBAIA	15°56'37"	48°14'52"	152244 8234571	880	PrFrD
	Fluviométrica	60436185	1548038	MELCHIOR	15°55'36"	48°15'32"	151024 8236429	905	PrFrD
	Fluviométrica	60436145	1548037	TAGUATINGA	15°51'10"	48°05'41"	168497 8244881	1130	PPrFrD
	Fluviométrica	60436300	1648016	RIO DESCOBERTO	16°00'29"	48°16'19"	149766 8227392	880	PPrFrD
	Fluviométrica	60436400	1648017	ENGENHO DAS LAJES	16°03'11"	48°14'43"	152701 8222452	880	PPrFrD
	Fluviométrica	60435250		RIBEIRÃO RODEADOR	15°44'08"	48°10'27"			Q
	Fluviométrica	60435405		RIBEIRÃO DAS PEDRAS	15°45'17"	48°10'06"			Q
	Fluviométrica	60435490		BARRAGEM DESCOBERTO	15°46'37"	48°13'52"			Q
	Fluviométrica	60436150		RIO DESCOBERTO	15°55'53"	48°15'32"			Q
CORUMBA	Fluviométrica	60444035	1648019	ALAGADO	16°02'45"	48°04'57"	170124 8223519	930	PrFrD
	Fluviométrica	60443830	1648018	PONTE ALTA	16°02'08"	48°08'17"	164157 8224568	905	PrFrD
	Fluviométrica	60443975		RIBEIRÃO SANTA MARIA	16°03'08"	48°01'15"			Q
SÃO BARTOLOMEU	Fluviométrica	60476155	1547072	BARTOLOMEU - MONTANTE PARANOÁ	15°48'34"	47°42'02"	210687 8250263	880	PPrFrD
	Fluviométrica	60476170	1547073	BARTOLOMEU - JUSANTE PARANOÁ	15°49'07"	47°42'17"	210253 8249242	875	PPrFrD
	Fluviométrica	60492200	1647015	BARTOLOMEU - FAZ RECREIO	16°03'48"	47°40'47"	213282 8222181	830	PrFrD
	Fluviométrica	60471185	1547071	MESTRE D'ARMAS	15°40'07"	47°40'17"	213616 8265895	955	PPrFrD
	Fluviométrica	60480310	1547076	TABOCA	15°52'31"	47°43'22"	208399 8242943	880	PPrFrD
	Fluviométrica	60480550	1547077	PAPUDA	15°53'33"	47°43'22"	208424 8241036	880	PPrFrD
	Fluviométrica	60491000	1647013	CACHOEIRINHA	16°02'08"	47°41'07"	212647 8225249	855	PPrFrD
	Fluviométrica	60492000	1647014	SANTANA	16°03'03"	47°44'39"	206364 8223475	855	PPrFrD
	Fluviométrica	60478481		CÓRREGO SAIA VELHA	16°02'59"	47°56'16"			Q
	Fluviométrica	60478477		RIBEIRÃO MARIA PEREIRA	16°03'12"	47°50'26"			Q
	Fluviométrica	60474300		RIBEIRÃO SOBRADINHO	15°44'01"	47°40'34"			Q
	Fluviométrica	60473020		RIBEIRÃO PIPIRIPAU	15°40'42"	47°39'38"			Q
LAGO PARANOÁ	Fluviométrica	60447700	1547074	VICENTE PIRES - MONTANTE	15°48'28"	48°00'24"	177866 8250002	1080	PPrFrD
	Fluviométrica	60477800	1548040	VICENTE PIRES - JUSANTE	15°51'27"	47°58'39"	181071 8244540	1030	PPrFrD
	Fluviométrica	60478485	1547075	GAMA - MONTANTE CAPETINGA	15°56'26"	47°56'39"	184774 8235393	1055	PPrFrD
	Fluviométrica	60478520		RIBEIRÃO DO GAMA	15° 51' 30,19"	47° 52' 26,88"			1005 Q
	Fluviométrica	60479230		BARRAGEM LAGO PARANOÁ	15° 47' 50,27"	47° 47' 03,02"			980 Q
	Fluviométrica	60477350		RIBEIRÃO DO TORTO	15° 47' 50,27"	47° 53' 31,10"			1030 Q
	Fluviométrica	60477630		RIBEIRÃO BANANAL	15° 47' 50,27"	47° 53' 39,14"			1005 Q
	Fluviométrica	60478320		RIACHO FUNDO	15° 47' 50,27"	47° 55' 55,93"			1005 Q

Fonte: SRH/Adasa

A partir de agosto de 2014, deu-se início às medições de vazão nestes mesmos pontos de controle onde não há equipamentos instalados. As medições estão sendo realizadas por técnicos da Coordenação de Informações Hidrológicas em parceria com a Coordenação de Fiscalização, utilizando-se os equipamentos cedidos pela ANA, o flow-tracker (pequenas vazões) e o M9 (grandes vazões). As medições desses pontos foi sistematizada e partir de dezembro de 2014, quando decidiu-se realizar seis medições anuais em cada um desses pontos, sendo três nos meses chuvosos de dezembro, janeiro e fevereiro e três nos meses secos de julho, agosto e setembro.

O benefício dessas medições está em complementar a rede que hoje é operada pela empresa UFC, fazendo com que todas as Unidades Hidrográficas do DF sejam monitoradas qualitativa e quantitativamente.

Figura 33. Medições de vazão



Fonte: SRH/Adasa

As estações operadas hoje pela Adasa foram compradas com recursos do Banco Mundial e registradas como patrimônio da SEDHAB em 2009. Todos os equipamentos que compõem as estações estão, portanto, na carga da SEDHAB, e registrados no processo nº 190.000.806/2005 - SEDHAB. Neste ano foi feita, pela primeira vez, uma conferência de cada item que consta no processo, de modo a atualizar a lista de materiais.

Em junho e outubro foram realizadas reuniões na UNB com o objetivo de discutir os pontos monitorados pela Adasa, e os futuros pontos de instalação de estações telemétricas. Os diversos professores presentes apresentaram os objetivos de suas pesquisas e os pontos de interesse para monitoramento. Desta forma poderá haver uma harmonia entre o monitoramento realizado pela Adasa e o realizado pela UNB, sem sobreposição.

Durante a Semana Lago Limpo (15 a 18 de setembro) o monitoramento atuou realizando, além das medições de vazão já citadas a cima, medições de qualidade de água, conforme demonstra os dados da Tabela abaixo.

Tabela 8. Dados de vazão e qualidade de água medidos nos tributários do Lago Paranoá

Nome	Vazão	pH	Turbidez (NTU)	Condutividade ($\mu\text{S}/\text{cm}$)	OD (mg/L)	Temperatura $^{\circ}\text{C}$
Ribeirão Riacho Fundo	1,488	7,37	7,23	113,30	6,72	24,32
Torto	0,068	6,89	6,22	36,70	6,31	21,95
Ribeirão Gama	0,555	6,93	3,01	20,50	7,55	20,27
Bananal	0,987	6,66	0,73	32,90	7,42	20,43

Fonte: SRH/Adasa

Centro de Operações das Águas (COA)

O Centro de Operações das Águas (COA) foi parcialmente implantado no ano de 2014. Este espaço, montado em parceria com a ANA, favorece o acompanhamento, em tempo real, dos dados transmitidos pelas estações telemétricas instaladas no DF. Por meio do programa "GESTORPCD" desenvolvido pela ANA é possível a visualização do status de funcionamento de cada estação, bem como dados de nível e chuva registrados a cada 15 minutos.

Foram instaladas até o momento 7 estações telemétricas, e em 2015 a meta é chegar a 19. Todos os 19 pontos já foram visitados e avaliados pelo técnicos da Adasa e da ANA.

Durante as instalações das primeiras estações, os técnicos da Adasa foram treinados para realizar as novas instalações e para realizar quaisquer reparos que se fizerem necessários.

Além do recebimento das estações telemétricas foram cedidos pela ANA diversos computadores, scanner, telas, impressora, servidor, no-break, etc.

Uma parceria com o Parque Tecnológico de Itaipu vem sendo discutida. Já foram realizadas diversas conferências virtuais e presenciais, em Brasília e Foz do Iguaçu, e um Plano de Trabalho já foi apresentado no sentido de incrementar a operação do COA e seus produtos.

Além disso, está previsto e já em discussão a avaliação do Balanço Hídrico da Bacia do Lago Paranoá, em função de sua extrema importância estratégica para o DF.

Figura 34. Tela de acompanhamento de chuvas e nível da estação Pipiripau pelo Gestor PCD



Fonte: SRH/Adasa

Rede de Monitoramento das Águas Subterrâneas

No ano de 2014, foi dada continuidade a operação e manutenção da rede de monitoramento das águas superficiais da Adasa procedendo a coleta dos dados hidrometeorológicos e a elaboração de relatórios e diversos produtos correlatos.

Para a produção e atualização do mapa de disponibilidade hídrica do DF, que não foi gerado até o momento, estão sendo realizadas alterações nos valores de Médias das Mínimas Mensais constantes na versão revisada do PGIRH. Está sendo realizada a adequação das vazões para cada Unidade Hidrográfica do DF.

Além das atividades de rotina, foram atendidas diversas demandas internas e externas, para fornecimento de informações relativas à vazões de rios, pluviosidade, nível, perfil transversal, etc.

A rede de monitoramento das águas subterrâneas foi parcialmente concluída em novembro de 2012, com a entrega de 42 (quarenta e dois) pares de poços. Como não foram instalados equipamentos de medição, o monitoramento quantitativo (nível estático) e qualitativo foi iniciado em março de 2013. Em março de 2014 foi dado início ao primeiro ciclo de coletas de água para avaliação de qualidade e medição de nível estático deste ano. Aproveitando a oportunidade e considerando o crescimento excessivo do mato em função da chuva, foi feita a poda nos poços visitados (Figura 35).

Figura 35. Poda, coleta de água para análise de qualidade e medição de nível estático

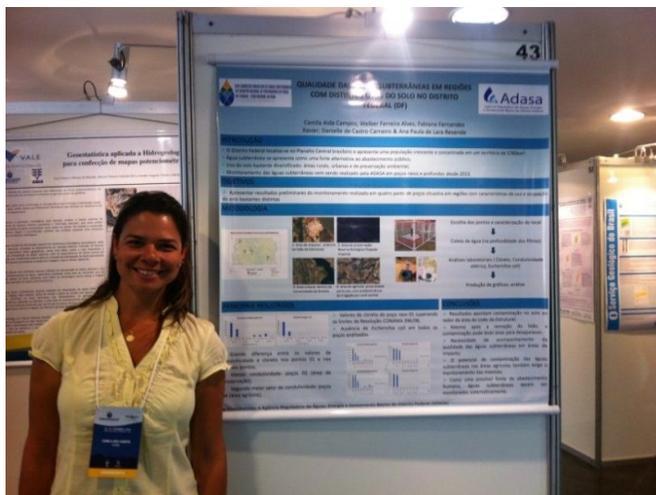


Fonte: SRH/Adasa

Foi elaborado e aprovado para o XVIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas, o trabalho intitulado “Qualidade das Águas Subterrâneas em regiões com distintos usos do solo no Distrito Federal (DF)” produzido pelos técnicos da Adasa e considerando os primeiros dados obtidos com o monitoramento no ano de 2013. O trabalho foi aprovado pela instituição organizadora, a ABAS (Associação Brasileira de Águas Subterrâneas).

A apresentação do trabalho foi realizada no dia 16 de outubro de 2014 (Figura 36).

Figura 36. Apresentação de trabalho no XVIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas



Fonte: SRH/Adasa

Foi elaborado um Documento de Iniciação de Projeto (DIP) para manutenção da rede de monitoramento das águas subterrâneas. O projeto prevê a contratação de consultor para diagnóstico da rede e contratação de serviços de manutenção da rede. Também está previsto o cadastro das estações de monitoramento no sistema nacional da CPRM e a assinatura de um Termo de Acordo de Servidão Administrativa com os proprietários de terra onde se localizam os poços. Foi feito contato com a CPRM

que orientou para a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica para o registro das estações no sistema nacional. Também foi enviado à Adasa um modelo de Termo de Acordo para adaptação e assinatura pelos proprietários.

Dando prosseguimento às atividades propostas no DIP, foi elaborado o Projeto Básico para contratação do consultor para realização de diagnóstico e elaboração de proposta de operação e manutenção da rede subterrânea. A licitação encerrou-se em dezembro/2014 e os serviços terão início em Janeiro/2015.

Geoprocessamento

As atividades relacionadas à geoprocessamento fazem parte da rotina da Coordenação de Monitoramento. Seria impossível pensar em alternativa melhor para divulgação de informações, já que com esta ferramenta é possível organizar os dados espacialmente e produzir mapas de fácil entendimento por qualquer pessoa.

Quase diariamente é dado apoio aos técnicos da Outorga no cálculo de áreas de contribuição e elaboração de mapas, além do apoio à Fiscalização para delimitação de áreas, plotagem de pontos, etc.

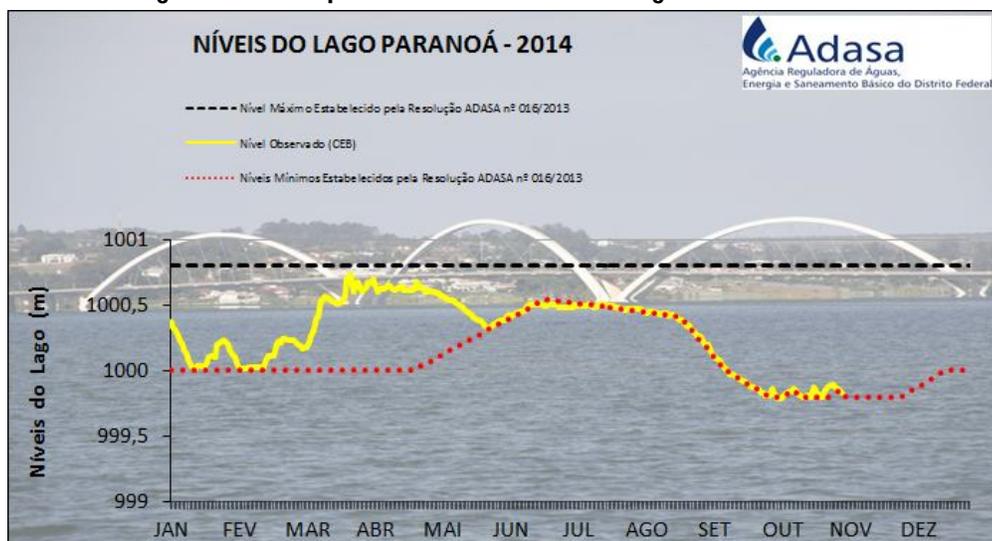
Diante de tamanha demanda, o servido Welber Alves desenvolveu o projeto intitulado “Elaboração de ferramentas de geoprocessamento para suporte da outorga no Distrito Federal” e foi aprovado para o Mestrado em Geociências Aplicadas da UNB sob a coordenação do professor Ricardo Brites. O Projeto de mestrado, que envolve a criação de um sistema que vise a facilitar a concessão de outorgas superficiais, bem como a visualização destas, de forma simples para usuários com o mínimo de conhecimento de SIG.

Ainda utilizando-se das técnicas oriundas do curso de Geoestatística que faz parte da grade de disciplinas do Mestrado, foram realizadas algumas análises relevantes a partir de dados hidrológicos das estações do Rio Jardim. A intenção é ampliar esta metodologia para todas as estações da Adasa

Cotas do Lago Paranoá

As cotas do Lago Paranoá estabelecidas para o ano de 2014 (Resolução Adasa nº 16/2013) vêm sendo devidamente acompanhadas pelos técnicos da COIH. Até março de 2014 os dados enviados semanalmente pela CEB eram organizados e inseridos no gráfico de acompanhamento das cotas do lago. A partir de março, com a instalação da estação telemétrica da Adasa, os dados são obtidos a cada 15 minutos e o acompanhamento é feito praticamente em tempo real.

Figura 37 - Acompanhamento das cotas do Lago Paranoá no ano de 2014



Fonte: SRH/Adasa

Na Figura acima é possível identificar as cotas abaixo do mínimo estabelecido pela Resolução no período de meados de junho a meados de julho. Trata-se de uma operação de especial apresentada pela CEB ao grupo de acompanhamento das cotas do Lago em função da Copa do Mundo realizada no Brasil. Para garantir a estabilidade do sistema de energia, a ONS (Operadora Nacional do Sistema) recomendou à CEB um aumento da geração no período entre 2 horas antes e duas horas após os jogos realizados na cidade de Brasília. A alteração das cotas foi aprovada pelo grupo e a pequena flutuação não trouxe nenhum problema aos usos múltiplos do Lago.

Sistema de Recursos Hídricos da Adasa

O Sistema de Recursos Hídricos da Adasa vem sendo utilizado, no dia a dia, pelas Coordenações de Outorga e Fiscalização. Todas as falhas e melhorias necessárias já foram levantadas no ano de 2013 e em 2014 foi realizada a licitação para contratação da empresa de software que fará todos os serviços necessários ao pleno funcionamento do sistema.

Paralelamente foi dado início à importação de dados para o sistema. O procedimento de importação de dados foi realizado parcialmente pela empresa contratada pela Adasa, e a primeira etapa foi dedicada aos dados de outorga. A conferência dos produtos entregues, bem como a solução de todas as dúvidas da empresa já foi feita. Em função da declaração da empresa de que não teria como fazer toda a importação necessária, outros caminhos passaram a ser considerados para a realização da importação.

Com o objetivo de conhecer, documentar e propor melhorias, foi criado um grupo para realização do Mapeamento de Processos da Adasa. O mapeamento de processos é fundamental em diversos sentidos, inclusive para a efetivação da funcionalidade do sistema. Isto é, com processos bem

definidos, é possível desenvolver sistemas muito mais compatíveis com as atividades que são realizadas, sem que haja discricionariedade durante o desenvolvimento de cada etapa.

Até o momento foram realizadas diversas reuniões com as equipes técnica de outorga, fiscalização e regulação para Mapeamento dos respectivos processos de Outorga, Fiscalização e Regulação.

2.3.4. Fiscalização

As atividades de fiscalização de recursos hídricos retiram seu fundamento legal da Lei que instituiu a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal (Lei Distrital nº 2.725/2001) e da lei de reestruturação da Adasa (Lei Distrital nº 4.285/2008). A fiscalização do uso de recursos hídricos é de competência da Superintendência de Recursos Hídricos da Adasa – SRH.

A Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal orienta que para sua implementação é necessário que o Estado outorgue os direitos de uso de recursos hídricos, regulamente e fiscalize os usos e define as infrações das normas de utilização de recursos hídricos superficiais ou subterrâneos a serem aplicado no Distrito Federal (Adasa, 2012).

A Lei Distrital nº 4.285/2008 define que a gestão, regulação e fiscalização dos recursos hídricos são áreas de competência da Adasa, assim compreendidos os diversos usos da água, e tem como objetivo fundamental assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade e quantidade adequados aos respectivos usos e promover a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, com vista ao desenvolvimento humano sustentável (Adasa, 2012).

Atividades de Fiscalização

As atividades de fiscalização buscam assegurar os padrões de qualidade e quantidade necessários aos usos múltiplo dos recursos hídricos de acordo com as normas legais e regulamentares. Os aspectos fiscalizados compreendem os usos dos recursos hídricos definidos na lei que institui a Política de Recursos Hídricos do Distrito Federal, Lei nº 2.725/2001, e procedimentos regulamentados pela Resolução/Adasa nº 163/2006.

As atividades de fiscalização primaram por orientar os usuários, objetivando prevenir condutas ilícitas e indesejáveis, devendo obedecer à legislação que disciplina o uso de recursos hídricos, as outorgas do direito de uso de recursos hídricos, os acordos firmados, os padrões de segurança das atividades e o tratamento isonômico entre os usuários.

A Adasa recebe demandas de fiscalização provenientes de fontes internas e externas. A fonte interna é composta por demandas oriundas de Superintendências da Adasa e projetos. A fonte externa é composta por solicitações de órgãos parceiros responsáveis pela fiscalização ambiental (IBRAM, CAESB, TERRACAP, NOVACAP, Promotorias, Ministério Público, Delegacia de Meio Ambiente, entre outros).

O planejamento das atividades de fiscalização para o ano de 2014 foi consubstanciado na elaboração e aprovação do Plano Anual de Fiscalização – PAF. O PAF estabelece as diretrizes e prioridades para as fiscalizações a serem realizadas no ano de 2014. Em sua estrutura, são citados os usos dos recursos hídricos objetos de fiscalização, a legislação aplicável, os tipos de fiscalização e, por último, o planejamento das atividades.

Na elaboração PAF foram levados em consideração os dados de fiscalização referentes aos anos de 2011 a 2013 e o quantitativo de servidores designados para as atividades de fiscalização nos anos supracitados.

Gráfico 26 - Histórico de fiscalizações



Fonte: SRH/Adasa

As atividades de fiscalização são classificadas em atividades programadas e atividades não programadas. As atividades programadas são voltadas para o controle e a gestão de recursos hídricos em locais e empreendimentos conhecidos e que demandam vistorias contínuas. As atividades não programadas são ações que surgem no decorrer do ano, demandadas por denúncias e solicitações internas e externas.

O planejamento das atividades de fiscalização baseia-se nos dados gerados pelo monitoramento superficial e subterrâneo, tendo como principal foco áreas consideradas mais críticas, tanto em seu aspecto qualitativo como quantitativo, áreas de conflito pelo uso da água e áreas de proteção de manancial. Paralelamente às ações planejadas, a equipe de fiscalização atende a denúncias realizadas por usuários, por meio do Serviço de Atendimento aos Usuários da Adasa e também firmando Termos de Ajuste de Conduta e outras demandas provenientes do Ministério Público e demais órgãos de controle.

Recursos Hídricos no PPA 2012/2015

O PPA 2012/2015 na temática “Meio Ambiente e Recursos Hídricos” orienta que cabe a Adasa promover ações para “ampliar e reestruturar a rede de monitoramento de águas superficiais e subterrâneas, visando à regularização, fiscalização e regulamentação dos usos dos recursos hídricos”.

A Adasa possui rede de monitoramento própria. O conjunto de todas as informações produzidas pelas estações é estudado pelo setor responsável. O resultado dos estudos produzidos é utilizado para traçar as estratégias de fiscalização.

O planejamento das atividades de fiscalização baseia-se nos dados gerados pelo monitoramento superficial e subterrâneo, tendo como principal foco áreas consideradas mais críticas, tanto em seu aspecto qualitativo como quantitativo, áreas de conflito pelo uso da água e áreas de proteção de manancial. Paralelamente às ações planejadas, a equipe de fiscalização atende a denúncias realizadas por usuários, por meio do Serviço de Atendimento aos Usuários e Mediação (SAM - Adasa) e também firmando Termos de Ajuste de Conduta e outras demandas provenientes do Ministério Público e demais órgãos de controle.

Para fins de medição da atuação da fiscalização foi criado o Índice de Fiscalização de Recursos Hídricos – IFRH. O índice reflete o total de atos de fiscalização de uso de recursos hídricos emitidos pela Adasa, relacionando os que ocorreram dentro do atual ciclo de PPA com o total.

Os atos de fiscalização emitidos pela Adasa compreendem: Relatórios de Vistoria, Termos de Notificação, Autos de Infração de Advertência, Autos de Infração de Multa e Termos de Vistoria, todos resultantes de atividades de atendimento a denúncias, cadastramento de usuários de canais, vistorias de rotina e solicitações.

Atividades programadas

A Adasa mantém o compromisso de envidar esforços para aumentar a eficiência da fiscalização programada com o objetivo de assegurar padrões de qualidade e quantidade aos usos múltiplos dos recursos hídricos. Desse modo, foi proposto metas para as ações de fiscalização programadas dos recursos hídricos, que são apresentadas no quadro abaixo.

A programação das atividades de fiscalização para 2014 foi realizada levando em consideração as seguintes informações: números de agentes de fiscalização, histórico das demandas recebidas, número de fiscalizações realizadas nos anos anteriores e força de trabalho de cada servidor fiscal, tendo como orientação o cumprimento das metas definidas no PPA 2011/2015, o Planejamento Estratégico 2012/2020 e as diretrizes traçadas pela Superintendência de Recursos Hídricos e Diretoria Colegiada da Adasa. Em 2014 foram realizadas 452 fiscalizações programadas, alcançando assim 92,24 % da meta prevista no PAF-2014.

Tabela 9 - Atividades de fiscalização programadas e executadas em 2014

Nº	Ação de Fiscalização	Fisc. Estimadas	Início dos trabalhos
----	----------------------	-----------------	----------------------

			Início	Término
01	Processos captações outorgadas	106	06/06	31/10
02	Processos fiscalizações anteriores	58	01/01	31/10
03	Processos Captações Caesb	32	01/01	30/06
04	Processos Cemitérios	06	01/03	30/03
05	Pontos de caminhão pipa	36	16/02	30/03
06	Processos de Barragens	45	10/03	30/03
07	Processos de Lançamento (ETEs)	14	01/04	30/04
08	Pontos de controle	15	01/08	30/09
09	Vistoria Lago Paranoá	140	01/09	30/09
	Total	452		

Fonte: SRH/Adasa

Atividades não programadas

Para aumentar a eficiência da fiscalização não programada foi estabelecido um plano de metas, visando colher subsídios na elaboração das metas de 2015 e seguintes. Na elaboração do plano de metas foram consideradas todas as demandas imprevisíveis, internas e externas, que requerem fiscalização para apurar infrações e penalidades relacionados ao uso irregular de recursos hídricos.

Em 2014, foram recebidas 103 demandas internas e 55 demandas externas, sendo atendidas 46 demandas internas e 52 demandas externas totalizando 44,66% e 94,54% respectivamente. Todas as demandas recebidas foram registradas em planilhas para subsidiar o indicador da fiscalização não programada de recursos hídricos.

Tabela 10 - Atividades de fiscalização não programadas registradas e executadas em 2014.

Demandas	Quantidade	Atendidas	Porcentagem
Internas	103	46	44,66 %
Externas	55	52	94,54 %

Fonte: SRH/Adasa

Campanhas de cadastro de Usuários

No ano de 2014 foram realizadas duas campanhas de cadastro de usuários de recursos hídricos dos Córregos Capão da Onça, Barroco e Bucanhão, todos situados na região de Brazlândia/DF e contaram com a participação dos parceiros Emater e Caesb.

As campanhas tinham como objetivo sensibilizar os usuários de água da região sobre a importância de solicitar a outorga do direito de uso e criar mecanismo de economia de água para preservar a água em quantidade disponível para todos os usuários. Outro fator importante que motivou a campanha nos locais supracitados é o fato de existir uma captação de água da Caesb na região que abastece parte da cidade de Brazlândia e que na época da seca (setembro-outubro) houve complicações nas unidades de produção pela falta de água.

Os técnicos da Adasa produziram folhetos informativos e distribuíram nas propriedades, escolas e nas unidades da Emater com o objetivo de mobilizar a comunidade para participar das reuniões marcadas. Nas reuniões, houve apresentação sobre a outorga do direito de uso e a importância de solicitá-la. As campanhas contaram com a participação de aproximadamente 42 pessoas, sendo possível realizar o cadastro de 34 usuários de recursos hídricos.

Regularização de Canais

Os canais de água são meios de captação de água onde ocorre o desvio antrópico do curso natural de um corpo hídrico. A regularização e a construção de canais somente serão permitidas para o uso coletivo, com observância aos princípios da segurança pública, da boa convivência, respeito mútuo e busca permanente pela harmonia. Os usuários de canal deverão constituir legalmente associação, condomínio, cooperativa ou qualquer entidade representativa que officie junto à Adasa. No Distrito Federal, a regularização de canais é regida pela Resolução/Adasa nº 001, de 01 de fevereiro de 2010.

No ano de 2014 os técnicos da Adasa juntaram esforços para a regularização de 08 canais, sendo 03 localizadas na região do Ponte Alta do Gama, 03 na região do Núcleo Rural Rio Preto Planaltina – DF e 02 na região do Núcleo Rural Sarandi Planaltina – DF.

O processo de regularização de canais é complexo, pois para a regularização é necessária a constituição de associação ou entidade representativa, legalmente constituída, ou seja, entidade com CNPJ e cadastrada nos órgãos legais. Nesse processo, as equipes técnicas da Adasa têm coordenado as reuniões com os usuários envolvidos. Isso tem demandado trabalhos dos técnicos aos finais de semana, pois se verificou que no período comercial (segunda a sexta) os proprietários e usuários de água possuem compromissos de trabalho, o que inviabilizaria a processo de mobilização necessária para essa atividade.

Os grandes entraves observados nesse processo são: os conflitos enfrentados no processo de regularização que muitas vezes são alheios às questões hídricas e que travam o processo de adesão dos usuários; dificuldades no consenso na elaboração do estatuto e constituição da associação; e dificuldade no consenso na divisão de água.

Desse modo, foram regularizados 04 canais, sendo que os demais estão em processo de regularização.

Tabela 11 - Relação dos canais trabalhados em 2014

Canal	Localização	Usuários	Situação
Ponte Alta 1	Gama	08	Outorgado
Ponte Alta 2	Gama	09	Outorgado
Ponte Alta 3	Gama	15	Em processo
Rio Preto 1	Planaltina	07	Outorgado
Rio Preto 2	Planaltina	05	Outorgado
Rio Preto 3	Planaltina	08	Em processo
Sarandy 1	Planaltina	25	Em processo
Sarandy 2	Planaltina	08	Em processo

Fonte: SRH/Adasa

Projetos e Comissões

UGP – Produtor de Águas no Pípiripau

O Programa Produtor de Água, concebido pela Agência Nacional de Águas, e incorporado pela Adasa, tem como objetivo a revitalização ambiental de bacias hidrográficas. O Pagamento por Serviços Ambientais – PSA é um dos pilares do Projeto Produtor de Água no constituindo um incentivo à adesão voluntária, que é uma característica precípua do Projeto.

A bacia hidrográfica do ribeirão Pípiripau, em razão do uso de sua água para abastecer parte das populações de Planaltina e de Sobradinho, assim como para irrigar culturas agrícolas e servir aos diversos usos na pecuária, tem sido cenário de conflitos pelo uso dessa água.

Com o objetivo de possibilitar o atendimento satisfatório aos usos citados, resguardar a vazão mínima remanescente e melhorar a qualidade da água do ribeirão Pípiripau, encontra-se em execução o Projeto Pípiripau – Produtor de Água, que reúne 18 parceiros colaborando para melhorar o manejo do solo e da água nessa bacia hidrográfica, com vistas ao aumento da disponibilidade de água através da aplicação de técnicas de conservação do solo, de reposição da cobertura vegetal em Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, do pagamento pelos serviços ambientais aos produtores rurais que integram o projeto em tela, da recuperação do canal de irrigação Santos Dumont e monitoramento das ações e efeitos do Projeto Pípiripau sobre o ribeirão. Ainda se planeja iniciar no ano de 2015 as atividades de educação ambiental envolvendo os usuários da bacia em geral, desde alunos das escolas rurais, produtores e técnicos envolvidos, direcionadas para o uso sustentável da água.

Figura 38 - Parceiros da UGP – Produtor de Águas no Pípiripau



Fonte: SRH/Adasa

Este projeto, cuja adesão é de caráter voluntário, promove uma condição inovadora à medida que aposta na inversão da lógica em relação à conservação ambiental. Em suma impera o sistema do poluidor-pagador, onde alguém que provoque danos ambientais é compelido a pagar por sua ação, enquanto que nesta nova visão os produtores são convencidos a cuidar do meio ambiente e recebem por isso, constituindo-se assim a lógica do provedor-recebedor. Vale ressaltar que houve uma reestruturação do projeto e que já foram assinados 23 contratos com produtores, a partir dos quais já possível chegar a 20 pagamentos realizados.

Tabela 12 - Cronograma de ações do Projeto Pipiripau

Ações	Ano						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
1. Conservação do Solo			X	X	X	X	X
2. Reposição da Cobertura Vegetal	X	X	X	X	X	X	X
3. Pagamento por Serviços Ambientais		X	X	X	X	X	X
4. Recuperação do Canal Santos Dumont				X			
5. Monitoramento do Projeto			X	X	X	X	X
6. Educação Ambiental				X	X	X	X

Fonte: SRH/Adasa

Em suma, as ações do Projeto Pípiripau – Produtor de Água, são as apresentadas na tabela 16, acima, seguindo o cronograma que prevê a extensão da vigência do Acordo de Cooperação Técnica – ACT que sustenta essa parceria.

Até o mês de setembro de 2014, quando expirou o prazo aberto no último edital, 130 produtores rurais da bacia hidrográfica do ribeirão Pípiripau formalizaram o interesse em aderir ao Projeto Pípiripau – Produtor de Água, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER elaborou 74 Projetos Individuais de Propriedade – PIP, dos quais 27 PIP encontram-se em revisão pela EMATER, Instituto Brasília Ambiental – IBRAM e pelos produtores rurais em razão de divergências relacionadas à Reserva Legal – RL e às Áreas de Preservação Permanente – APP (sobreposição de RL e APP, demarcação de APP de vereda e de campo de murundum) como consequência das mudanças ocorridas na legislação que rege a matéria – a Lei nº 12.651/2012.

A Adasa é coordenadora geral da UGP, coordena também o grupo “Pagamento por Serviços Ambientais” e participa como membro dos grupos “Monitoramento” e “Educação Ambiental”.

Figura 39 - Bom desenvolvimento de mudas no Projeto Produtor de Água – chácara nº 86, N.R.Pípiripau.



Fonte: UGP/Pípiripau

Figura 40 – Outro bom desenvolvimento de mudas no Projeto Produtor de Água – chácara nº 86, N.R.Pipiripau.



Fonte: UGP/Pipiripau

UGP – Águas Emendadas

A UGP – Águas emendadas foi criada em outubro de 2014 por meio da Cooperação Técnica nº 06/2014, celebrada entre Ibram e Adasa, para o desenvolvimento de instrumentos e metodologias para a implementação de atividades relacionadas ao Plano de Manejo da Estação Ecológica de Águas Emendadas e outras atividades ambientalmente sustentáveis.

Atualmente a UGP encontra-se em fase de discussão e formação dos grupos de trabalho. A coordenação está a cargo da Adasa e Ibram. A Adasa coordena a UGP, e o grupo “Gestão de Recursos Hídricos” e é membro do grupo “Educação Ambiental”.

Projeto de Identificação dos Corpos Hídricos

A Agência Reguladora de Água, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa tem como missão institucional a regulação dos usos das águas e dos serviços públicos desse ente federado, com intuito de promover a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos e a qualidade dos serviços de energia e saneamento básico, em benefício da sociedade.

À Superintendência de Recursos Hídricos – SRH da Adasa, coube a tarefa de implementar as ações definidas na missão institucional da Adasa, como: executar as atividades relacionadas a regulação de recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e delegados pela União ou Estados, compreendendo a outorga, regulamentação, fiscalização, ouvidoria, dirimção de conflitos e sanção administrativa.

Foi instituída na estrutura do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no ano de 2004 a Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos (CTEM), com o desafio de enraizar os princípios da gestão integrada desses recursos em toda a sociedade.

Em conformidade com essa missão e também a necessidade de executarmos uma das diretrizes do CNRH, surgiu a necessidade de realizar a Educação Ambiental Hídrica para levar a população informações educativas quanto à questão da importância da preservação e do uso racional dos recursos hídricos, promovendo assim a gestão sustentável dos mesmos e tendo a parceria de toda sociedade.

Uma das formas de executar a Educação Ambiental Hídrica é instruir a sociedade com a localização e identificação de principais corpos hídricos do Distrito Federal que contribuem para a qualidade de vida de seus habitantes.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental “Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”.

A modalidade de Educação pretendida por pelo projeto é aquela denominada não formal, entendida como aquela desenvolvida fora dos estabelecimentos oficiais de ensino, cumprindo assim o que está disposto nos artigos 205 e 225 da Constituição Federal em que todos têm direito a Educação Ambiental na perspectiva de ter o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

Entre março e abril de 2014, a Adasa realizou uma ação de vistoria para avaliar o estado de conservação das placas de identificação e constatou que 06 placas instaladas em 2011 necessitam de manutenção ou troca. Na ocasião, foi realizado um novo estudo que levantou mais 49 pontos que necessitam de placas identificativas, sendo 32 referentes a corpos hídricos, 15 pontos de captação de caminhão pipa e 02 relacionadas à localização da Adasa. Entre outubro e novembro de 2014 foram confeccionadas e instaladas 47 placas de identificação, conforme modelos abaixo:

Figura 41 - Modelo de placa de identificação de corpos hídricos



Fonte: SRH/Adasa

Figura 42 - Modelo de placa de identificação de ponto de captação por caminhão pipa



Fonte: SRH/Adasa

Projeto de melhoria dos pontos de captação por meio de caminhão-pipa

Em 13, de maio de 2014 foi publicado no Diário Oficial do Distrito Federal a Resolução da Adasa nº 013/2014, que estabelece as diretrizes e critérios para requerimento e obtenção de outorga do direito de uso dos recursos hídricos por meio de caminhão-pipa em corpos de água de domínio do Distrito Federal e naqueles delegados pela União.

Nesse sentido, sem prejuízo de outros critérios legais, toda pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, fornecedora, transportadora e/ou distribuidora de água por meio de caminhão-pipa deve requerer a outorga de direito de uso dos recursos hídricos junto à Adasa nos pontos de captação autorizados pela Adasa e indicados no site www.adasa.df.gov.br.

A partir da mencionada data, qualquer captação de água efetuada por meio de caminhões-pipa sem o adesivo de identificação de outorga, sem o motorista estar portando o documento de outorga ou em locais não autorizados configuram infração às normas vigentes, sujeitando o(s) infrator(es) às sanções administrativas, civil e penal.

Segundo a Resolução, a Adasa disponibilizará a relação dos pontos específicos para captação de água por meio de caminhão-pipa em seu sítio eletrônico www.adasa.df.gov.br, sob a forma de mapa e planilha, sendo que os pontos de captação serão identificados com placas de sinalização e servirão para o atendimento exclusivo dos caminhões-pipa outorgados. Determinou ainda que a Adasa exercerá o controle sobre os pontos de captação autorizados com o objetivo de garantir a manutenção do equilíbrio hídrico da Unidade Hidrográfica (UH), ficando as outorgas condicionadas à disponibilidade hídrica da referida UH.

Os postos disponíveis para essa modalidade de captação não foram planejados com os cuidados ambientais necessários, muitos deles foram criados pelos próprios profissionais privados que

exerciam as atividades antes da criação da agência, sendo que alguns pontos carecem da infraestrutura necessária para que a captação ocorra sem danificar o meio ambiente.

Atualmente estão publicados no site da Adasa 15 (quinze) pontos de captação disponíveis para os proprietários de caminhões – pipa. Alguns desses pontos já apresentam pequenos danos ambientais constatados pelo órgão ambiental (IBRAM) e pelos reguladores de serviços públicos da Adasa.

Desse modo, foi formalizado projeto no âmbito do SRH para realização de projetos de melhoria para cada ponto de captação de água superficial por caminhões pipa existente no Distrito Federal e também um modelo de ponto de captação de água subterrânea com a mesma finalidade. Atualmente, o processo encontra-se na fase da elaboração dos projetos de melhoria.

Projeto de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos

O Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos é uma importante ferramenta para aplicação dos instrumentos da Política de Recursos Hídricos, especialmente a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos. Desse modo, a Adasa, órgão responsável pela regulação dos usos da água, necessita de um cadastro de usuários atualizado e informatizado, que possibilite o efetivo controle sobre a evolução das demandas de água, lançamentos de efluentes e demais interferências para planejamento de suas ações de gerenciamento, com o intuito de promover a gestão sustentável dos recursos hídricos.

O Cadastro é um banco de dados que reúne informações relevantes e que permite conhecer situação da utilização dos recursos hídricos a partir de um levantamento planejado de informações que seja capaz de identificar os tipos de usuário, as finalidades do uso da água, as vazões captadas, as formas de captação, os lançamentos de efluentes, dentre outros.

A lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001 instituiu a Política de Recursos Hídricos e criou o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal. A referida lei constitui a base legal para o disciplinamento e regulação dos usos das águas públicas distritais e traça as diretrizes para a gestão dos recursos hídricos do Distrito Federal.

Para que a Adasa e, conseqüentemente, o Distrito Federal consiga alcançar os objetivos traçados pela Política Distrital de Recursos Hídricos é necessário que o sistema de informações sobre recursos hídricos esteja abastecido com dados técnicos que possibilitem identificar os diversos tipos de uso de água e respectivas demandas, com informações georreferenciadas.

Ocorre que grande parte das informações referentes às captações de água superficiais e subterrâneas do Distrito Federal é insuficiente para possibilitar uma visão clara e segura dos cenários de usos atuais e futuros. É mister, portanto, que se proceda para todo o Distrito Federal um levantamento da real situação de utilização destes recursos hídricos, principalmente em regiões onde o cadastro da Adasa possua uma quantidade menor de usuários cadastrados ou outorgados e onde as captações impactam de forma significativa na disponibilidade dos reservatórios públicos de abastecimento.

O cadastramento de usuários constitui atividade prevista no planejamento da Adasa e atende aos objetivos estratégicos de “Assegurar padrões de qualidade e quantidade necessários aos usos

múltiplos dos Recursos Hídricos e Garantir a efetividade da aplicação dos instrumentos da política distrital de recursos hídricos”.

Desse modo, foi formalizado um projeto destinado ao cadastramento de usuários de água do Distrito Federal com o objetivo de obter dados consistentes sobre os usos da água, inserindo-os no Sistema de Informações de Recursos Hídricos – SISRH a partir de usos considerados física, química e biologicamente significantes, conforme critérios definidos na legislação. Atualmente o projeto encontra-se na fase de elaboração do Termo de Referência para contratação de apoio às atividades.

Comissão de Acompanhamento da Bacia do Ribeirão Pipiripau

Em abril de 2006, a Agência Nacional de Águas – ANA publicou a Resolução nº 127, de 03 de abril de 2006, que “estabelece o marco regulatório de procedimentos e critérios de outorga de direito de uso de recursos hídricos na Bacia do Ribeirão Pipiripau, considerando a regularização das intervenções e usos atuais”. Essa resolução estabelece cinco trechos que devem ser monitorados para efeito de implantação de pontos de controle na Bacia, como se segue:

Trecho 1 - Córrego Taquara, da sua nascente até a estação fluviométrica Taquara Jusante, localizada no ponto de coordenadas (47°31'57"W; 15°37'21"S);

Trecho 2 - Ribeirão Pipiripau, da sua nascente até a ponte da BR-020, no ponto de coordenadas (47°30'34"W; 15°34'21"S);

Trecho 3 - Ribeirão Pipiripau, da BR-020 até a estação fluviométrica Pipiripau Montante Canal, localizada no ponto de coordenadas (47°34'26"W; 15°38'21"S);

Trecho 4 - Ribeirão Pipiripau, da estação fluviométrica Pipiripau Montante Canal até a estação fluviométrica Pipiripau Montante Captação, localizada no ponto de coordenadas (47°35'46"W; 15°39'20"S); e

Trecho 5 - Ribeirão Pipiripau, da estação fluviométrica Pipiripau Montante Captação até a estação fluviométrica Frinocap, localizada no ponto de coordenadas (47°37'26"W; 15°39'26"S).

Figura 43 - Localização das estações fluviométricas utilizadas para monitorar o comportamento hidrológico da bacia do Ribeirão Pipiripau



Fonte: SRH/Adasa

A bacia hidrográfica do Ribeirão Pipiripau é constituída por um curso d'água principal, de domínio da União (o próprio Ribeirão Pipiripau) e por cursos d'água de domínio do Distrito Federal (seus afluentes), sendo fonte imprescindível de água para diversas finalidades de uso. Dentre os principais usuários da bacia estão os irrigantes e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB). Esta possui uma importante captação para o abastecimento público das Regiões Administrativas de Planaltina e Sobradinho.

Nos períodos de baixo índice pluviométrico (abril a outubro), as vazões dos cursos d'água da bacia reduzem-se significativamente, tornando-se, muitas vezes, necessária a realocação e a redução dos usos, de forma a atender à manutenção da vazão ecológica, aos usos prioritários e aos usos múltiplos.

O gerenciamento dos recursos hídricos da bacia é realizado de forma negociada, tendo como atores deste processo os órgãos gestores de recursos hídricos (Adasa e ANA) e os usuários da bacia. Este gerenciamento é realizado baseado no Marco Regulatório estatuído pela Resolução ANA nº 127/2006 e pela Resolução Adasa nº 293/2006. Desde março de 2010, por meio da Resolução ANA nº 77/2010 foi delegada à Adasa a competência para conceder outorgas em corpos hídricos de domínio federal no âmbito do Distrito Federal, incluindo assim, a calha principal do ribeirão Pipiripau.

Por meio do monitoramento fluviométrico diário nas cinco estações existentes na bacia e considerando as demandas de água previstas, é possível realizar simulações para prever o comportamento dos corpos hídricos nos meses de estiagem. A partir destas simulações, pode-se inferir os respectivos balanços hídricos dos cinco trechos de monitoramento instituídos pelo Marco Regulatório da Bacia, o qual definiu vazões mínimas remanescentes que visam garantir as vazões ecológicas e os usos a jusante de cada trecho, conforme Tabela 13. Levando-se em consideração a análise destas previsões, e havendo a necessidade, são elaboradas propostas para realocação e redução dos usos a serem implementados, nos meses críticos, pelos usuários da bacia.

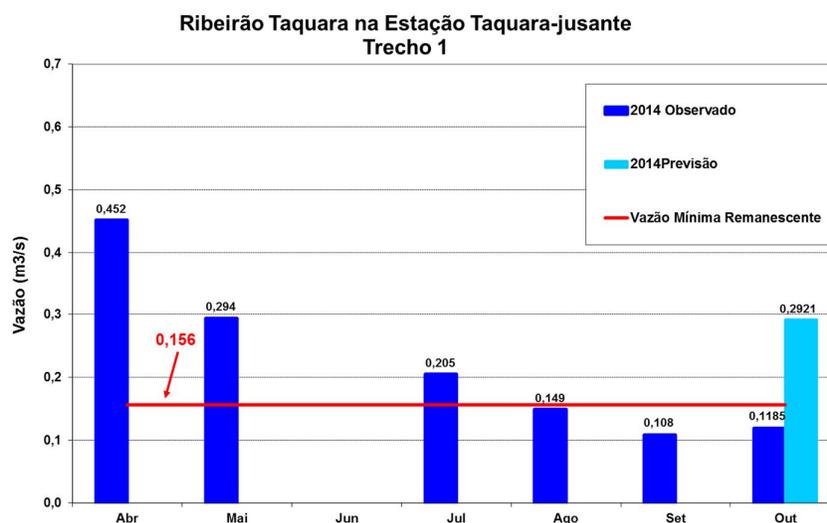
Tabela 13 – Vazões e Cotas mínimas remanescentes estabelecidas para cada Ponto de controle

Ponto de Controle	Nome da Estação (Código)	Vazão Mínima Remanescente (m³/s)	Cota Mínima Remanescente (cm)
1	Taquara-Jusante (60472200)	0,156	40
2	Pipiripau BR -020 (60472230)	0,430	103
3	Pipiripau Mont. Canal (60472240)	0,940	17
4	Pipiripau Mont. Captação (60472300)	0,600	48
5	Frinocap (60473000)	0,375	58

Fonte: SRH/Adasa

Com os dados do monitoramento das vazões é elaborado um gráfico representativo para cada ponto de controle e apresentado nas reuniões para discussão com os usuários de água e órgãos parceiros.

Gráfico 27 - Gráfico representativo das vazões do Ribeirão Taquara



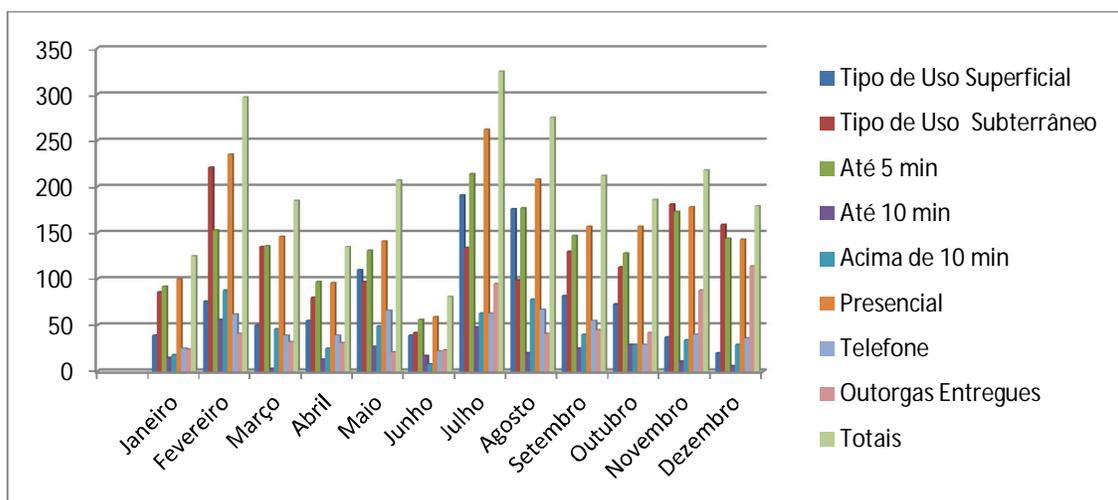
Fonte: SRH/Adasa

A Adasa participa da Comissão como coordenadora por meio da Coordenação de Fiscalização de Recursos Hídricos. No ano de 2014, foram realizadas quatro reuniões sendo registradas em Ata. Como medida de segurança hídrica, foi necessária a realocação e a redução dos usos em todos os trechos no período de 23/10/2014 a 28/10/2014.

Atendimento a Usuários de Recursos Hídricos

Em 2014, foram feitos 2425 (dois mil e quatrocentos e vinte e cinco) atendimentos e entregues 597 (quinhentas e noventa e sete) outorgas. Na tabela e gráfico abaixo são apresentados os dados referentes ao serviço de atendimento aos usuários de recursos hídricos.

Gráfico 28 – Serviço de atendimento aos usuários de recursos hídricos



Fonte: SRH/Adasa

Tabela 14 - Serviço de atendimento aos usuários de recursos hídricos

Atendimento (Mês)	Tipo de Uso Superficial	Tipo de Subterrâneo	Até 5 min	Até 10 min	Acima de 10 min	Presencial	Telefone	Outorgas Entregues	Totais
Janeiro	39	86	92	15	18	100	25	24	125
Fevereiro	76	221	153	56	88	235	62	41	297
Março	50	135	136	3	46	146	39	32	185
Abril	55	80	97	13	25	96	39	31	135
Maiο	110	97	131	27	49	141	66	21	207
Junho	39	42	56	17	8	59	22	23	81
Julho	191	134	214	48	63	262	63	95	325
Agosto	176	99	177	20	78	208	67	41	275
Setembro	82	130	147	25	40	157	55	45	212
Outubro	73	113	128	29	29	157	29	42	186
Novembro	37	181	173	11	34	178	40	88	218
Dezembro	20	159	144	6	29	143	36	114	179

Fonte: SRH/Adasa

Em relação ao atendimento aos usuários de recursos hídricos, foram aplicados 272 adesivos em caminhões-pipas do Distrito Federal desde o dia 09 de maio de 2014.

Figura 44 – Outorga de Caminhão-Pipa



Fonte: SRH/Adasa

Objetivo Específico: 007 - Promover a educação ambiental hídrica da população urbana e rural do DF, integrada aos sistemas alternativos de saneamento, com vistas à melhoria da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e do desenvolvimento humano sustentável.

Indicadores:

Denominação do Indicador	Unidade de Medida	Índice Mais Recente	Apurado em	Periodicidade de Apuração	Resultado	Desejado em				Fonte da Informação	
						2012	2013	2014	2015		
1029	Indicador de efetividade da capacitação para mobilização social-ECMS	%	-	31/12/2013	Anual	Desejado	-	33,33	66,66	100	ADASA
						Alcançado	-	0	0	-	
1030	Indicador de eficácia da capacitação em metodologia alternativa de saneamento – IECMAS	%	-	31/12/2013	Anual	Desejado	-	33,33	33,33	33,33	ADASA
						Alcançado	-	0	0	-	
1031	Indicador da eficiência da capacitação- IEC	%	-	31/12/2013	Anual	Desejado	-	20	40	60	ADASA
						Alcançado	-	0	0	-	
1032	Indicador da eficácia de educação ambiental (IEEA)	%	19,44	31/12/2013	Anual	Desejado	18,9	22,8	26,6	31,7	ADASA
						Alcançado	7	19,44	28,33	-	

Fonte: SIGGO

2.3.5. Projeto Adasa na Escola

A Adasa por meio do Projeto Adasa na Escola tem desenvolvido ações de conscientização e sensibilização social quanto ao uso racional da água e destinação correta dos resíduos sólidos em escolas públicas e privadas do Distrito Federal. De 2010 a 2014, mais de 70.000 alunos em 201 escolas participaram de palestras e foram contemplados com material didático e brindes do Projeto.

A partir do segundo semestre de 2013, o Projeto Adasa na Escola tem ajustado suas ações aos principais projetos de educação ambiental da Adasa: Produtor de Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Pipiripau, no projeto Descoberto Coberto na Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto, no projeto Águas Emendadas na Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu, e no projeto Ribeirão Sobradinho Vivo também na Bacia Hidrográfica do Rio São Bartolomeu; no projeto Bosque dos Constituintes da Câmara Legislativa na Bacia Hidrográfica do Rio Paranoá e em projetos da Agenda Ambiental da Adasa- A³.

O projeto implementado ao longo dos anos com algumas atividades importantes para atingir de forma efetiva os objetivos do PAE. Dentre essas atividades estão:

a) Criação de um banco de dados com todas as informações importantes das escolas contempladas;

b) Georreferenciamento das escolas facilitando o planejamento e tomada de decisão de onde e como o projeto deve atuar e focar;

c) Adequação das palestras de acordo com a idade das crianças e do meio social em que vive (área rural ou urbana);

d) Criação de uma paródia (Show Adasa na Escola), ferramenta utilizada em todas as palestras o que tem melhorado a dinâmica de comunicação com os alunos e auxiliando a aprendizagem e fixação dos conteúdos apresentados;

e) Criação de jogos lúdicos para facilitar o aprendizado das crianças;

f) Construção de material didático para o professor, contendo 5 módulos com 4 (quatro) planos de aula, sendo os temas os seguintes: 1º módulo - Água no cotidiano, 2º módulo g) A oferta de água, 3º módulo - O uso da água, 4º - módulo o Consumo consciente da água e 5º - módulo - O reuso da água e caderno de exercício para todas as crianças da escola que irão estudar os conteúdos;

h) Questionário aplicado aos professores para identificação de problemas na abordagem dos temas relacionados a educação ambiental e sugestões de quem tem a expertise de educar para o Projeto Adasa na Escola;

i) Documento de avaliação das palestras e de comprovação de trabalho da equipe;

j) Projeto Básico para a aquisição de material de manutenção do projeto;

l) Palestras em diversas escolas do Distrito Federal;

m) Ação no projeto Ribeirão Sobradinho;

n) Ação no projeto Descoberto Coberto;

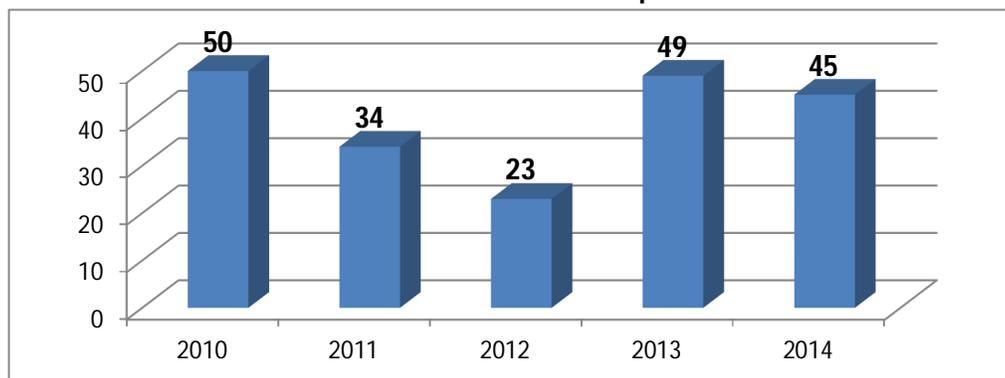
o) Ação no projeto Bosque dos Constituintes;

- p) Ação nos projetos da Agenda Ambiental da Adasa – A³;
- q) Ação no evento Semana Lago Limpo;
- r) Capacitação de Educadores Ambientais do DF;
- s) Aquisição de material didático e brindes;
- t) Criação e atualização do portal do projeto Adasa na Escola.

Em 2010 em comemoração ao dia mundial da água as equipes da Adasa visitaram 60 escolas com palestras e folder's informativos, tal foi o sucesso que se deu início ao projeto Adasa na Escola, este tem tido êxito em função da busca em aprimorar as atividades.

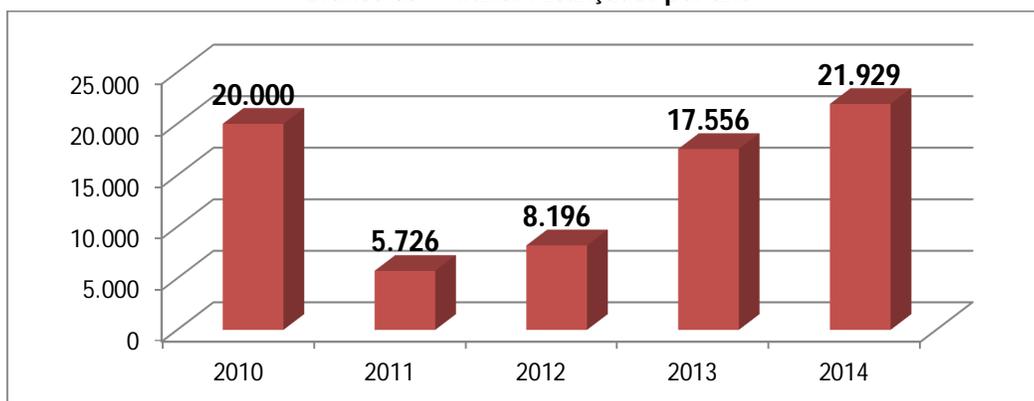
O número de escolas visitadas é um índice que deve ser medido associado ao índice de número de alunos. As escolas variam muito em número de alunos. Em 2014 o número de alunos por escola foi maior que 2013, chegando a ter que voltar mais uma vez na escola para contemplar todos os estudantes. Os números, relativos ao ano de 2014, são apresentados.

Gráfico 29 – Escolas visitadas por ano



Fonte: SRH/Adasa

Gráfico 30 – Alunos Alcançados por ano



Fonte: SRH/Adasa

Figura 45 – Material Adasa na Escola



Fonte: SRH/Adasa

Em 2014 mais de 21 mil alunos foram conscientizados com palestras sobre o uso racional da água, ultrapassando o indicador previsto no Planejamento. A tabela 19 abaixo demonstra o quantitativo de alunos, professores e de escolas alcançados pelo projeto.

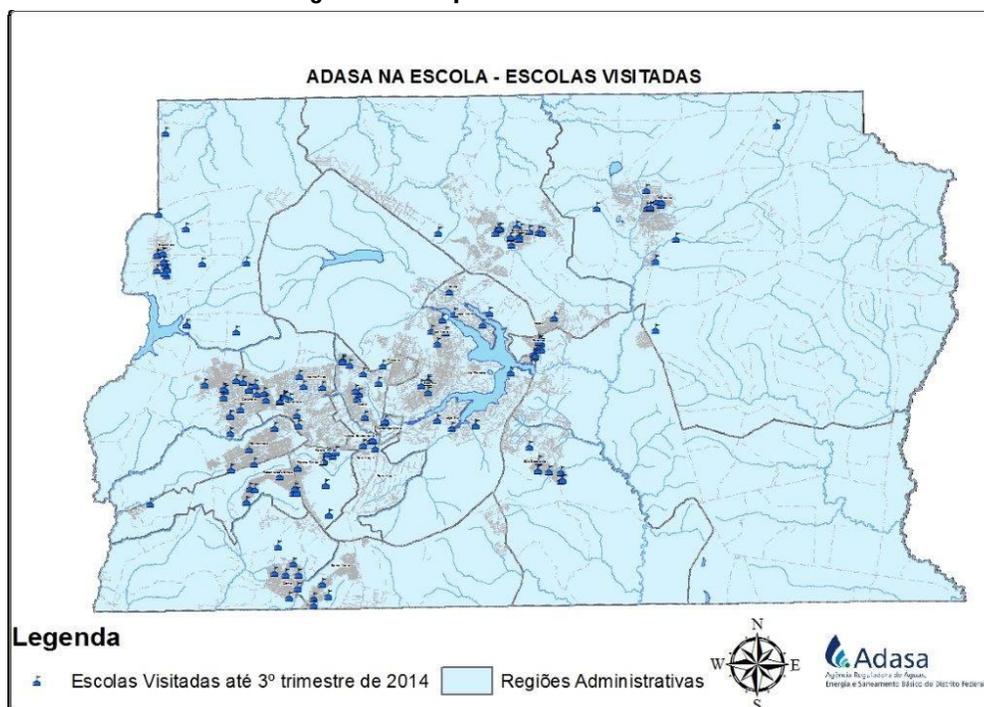
Tabela 15 - Projeto Adasa na Escola – Alunos Contemplados

	Região Administrativa	Nome da Escola	Data	Mat	Vesp	Nº Alunos	Palestrante	Palestras
1	BRASÍLIA - DF	JK 412 NORTE	07/11/2014	9	9	300	CASSIA	2
2	BRASÍLIA - DF	EC 312 NORTE	05/11/2014	7	7	260	FABIANA	4
3	BRASÍLIA - DF	COLEGIO JK 913 NORTE	04/11/2014	7	7	300	FABIANA	4
4	GUARÁ I - DF	EC 2	30/10/2014	8	8	400	FABIANA	4
5	RIACHO FUNDO II - DF	CED AGROURBANO IPÊ	06/10/2014	4	4	153	MIGUEL	2
6	SOBRADINHO - DF	SANTO ELIAS	30/09/2014	3	2	200	CÁSSIA	2
7	BRAZLÂNDIA - DF	CEF VENDINHA	25/09/2014	11	11	504	MIGUEL E CASSIA	4
8	CEILÂNDIA SUL - DF	EC 35	23/09/2014	18	18	850	FABIANA	4
9	PLANALTINA - DF	EC FRIGORÍFICO IND.	28/08/2014	4	4	160	FABIANA	2
10	BRAZLÂNDIA - DF	ESCOLA DA TORRE	22/08/2014		5	60	MIGUEL	2
11	SIA - DF	PRAÇA CAPITA L(OBRA)	22/08/2014		1	14	CASSIA	1
12	SOBRADINHO - DF	CEI 04	21/08/2014	4	4	190	FABIANA	2
13	LAGO NORTE - DF	COC SECAP LAGO NORTE	14/08/2014	10	4	190	CÁSSIA	2
14	CEILÂNDIA SUL - DF	EC 24 DE CEILANDIA	08/08/2014	9	9	450	CÁSSIA	4
15	TAGUATINGA - DF	EC 39	07/08/2014	10	10	430	FABIANA	4
16	TAGUATINGA - DF	CEF 21 (ANTIGA EC 48)	05/08/2014	9	9	382	MIGUEL	4
17	BRAZLÂNDIA - DF	EC BUCANHÃO	24/07/2014		5	60	FABIANA	1
18	RIACHO FUNDO I - DF	EC 02 DO RIACHO FUNDO I - AZUL - BRANCA E CINZA.	05/06/2014	17		314	MIGUEL	2
19	PLANALTINA - DF	EC RAJADINHA	27/05/2014	4	4	160	MIGUEL	2

20	RIACHO FUNDO I - DF	EC 02 DO RIACHO FUNDO I - AZUL - BRANCA E CINZA.	23/05/2014	1		100	FABIANA	1
21	CEILÂNDIA NORTE - DF	EC 03	13/05/2014	18	15	609	FABIANA	4
22	N. BANDEIRANTE -DF	EC 01 DO RIACHO FUNDO	06/05/2014	0	20	515	MIGUEL	2
23	SÃO SEBASTIÃO - DF	EC 303	30/04/2014	15	15	789	CÁSSIA	2
24	PARANOÁ - DF	EC 04 DO PARANOÁ	29/04/2014	18	18	790	FABIANA	2
25	SOBRADINHO - DF	CEI 03 DE SOBRADINHO	28/04/2014	8	8	362	MIGUEL	2
26	PARANOÁ - DF	EC 02	11/04/2014	10	10	1200	CÁSSIA	2
27	N. BANDEIRANTE -DF	LA SALLE N. BANDEIRANTE	08/04/2014	8	12	470	MIGUEL	4
28	SÃO SEBASTIÃO - DF	ESCOLA CLASSE VILAS BOAS	07/04/2014	5	5	260	CASSIA	2
29	SÃO SEBASTIÃO - DF	EC B. VISTA SÃO SEBASTIÃO	03/04/2014	20	20	1200	FABIANA	4
30	VICENTE PIRES - DF	INST. SAGARANA V. PIRES	31/03/2014	18	18	392	CÁSSIA E FABIANA	3
31	SOBRADINHO - DF	CEF 04 DE SOBRADINHO	28/03/2014	4	10	225	FABIANA	3
32	SIA - DF	RODONAVES	27/03/2014	1		20	CÁSSIA	4
33	SOBRADINHO - DF	CEF 03 DE SOBRADINHO	27/03/2014	18	16	1100	FABIANA	1
34	PARANOÁ - DF	ESCOLA JOÃO PAULO II	20/03/2014	14	14	740	FABIANA	2
35	BRAZLÂNDIA - DF	EC CHAPADINHA	19/03/2014	5	5	168	CASSIA	4
36	SOBRADINHO - DF	CEI 02 DE SOBRADINHO	14/03/2014	10	10	450	CÁSSIA	4
37	SOBRADINHO - DF	EC 05 DE SOBRADINHO	13/03/2014	17	18	850	FABIANA	4
38	SOBRADINHO - DF	EC 12 DE SOBRADINHO	11/03/2014	10	10	500	MIGUEL	4
39	SOBRADINHO - DF	SANTO ELIAS	28/02/2014	20	20	755	CASSIA E MIGUEL	6
40	SOBRADINHO - DF	CAIC JULIA KUBTSHECK DE SOBRADINHO	27/02/2014	41	41	1400	CASSIA E FABIANA	5
41	SOBRADINHO - DF	CEF 03 DE SOBRADINHO	26/02/2014	18	16	1100	CÁSSIA E MIGUEL	6
42	SOBRADINHO - DF	CEF QUEIMA LENÇOL DE SOBRADINHO	25/02/2014	17	9	837	MIGUEL E FABIANA	3
43	SOBRADINHO - DF	CED 04	20/02/2014		7	260	FABIANA E KENIA	3
44	SOBRADINHO - DF	EC 04 DE SOBRADINHO	19/02/2014	9	9	400	CÁSSIA E FABIANA	2
45	SOBRADINHO - DF	EC 15 DE SOBRADINHO	18/02/2014	22	22	1060	FABIANA, CÁSSIA E MIGUEL	3
Total de Alunos conscientizados						21929		
Turmas atendidas período Matutino e Vespertino				461	469			
Número de professores capacitados durante o ano letivo								928
Capacitação de Professores - Semana Lago Limpo								150
Capacitação de Professores - Dia do Educador Ambiental								12
Total de Professores capacitados								1092
Total de palestras ministradas								134

Fonte: SRH/Adasa

Figura 46 - Mapa das escolas visitadas



Fonte: SRH/Adasa

Apoio ao projeto ribeirão sobradinho vivo

Além das palestras de conscientização em 15 escolas nas cidades de Sobradinho I e Sobradinho II, onde 9689 crianças foram contempladas, o projeto Adasa na Escola participou de vários eventos junto com a Casa do Ribeirão (principal centro de educação ambiental da cidade). A comemoração do dia mundial da água de 2014, a feira do livro, plantio de árvores à margem do Ribeirão são exemplos de ações desenvolvidas em parceria com o projeto Adasa na Escola na região.

Tabela 16 - Projeto Adasa na Escola – Apoio ao projeto ribeirão sobradinho vivo

	NOME DA ESCOLA	DATA	MAT	VESP	Nº ALUNOS
1	SANTO ELIAS	30/09/2014	3	2	200
2	CEI 04	21/08/2014	4	4	190
3	CEI 03 DE SOBRADINHO	28/04/2014	8	8	362
4	CEF 04 DE SOBRADINHO	28/03/2014	4	10	225
5	CEF 03 DE SOBRADINHO	27/03/2014	18	16	1100
6	CEI 02 DE SOBRADINHO	14/03/2014	10	10	450
7	EC 05 DE SOBRADINHO	13/03/2014	17	18	850
8	EC 12 DE SOBRADINHO	11/03/2014	10	10	500
9	SANTO ELIAS	28/02/2014	20	20	755

10	CAIC JULIA KUBTSHECK DE SOBRADINHO	27/02/2014	41	41	1400
11	CEF 03 DE SOBRADINHO	26/02/2014	18	16	1100
12	CEF QUEIMA LENÇOL DE SOBRADINHO	25/02/2014	17	9	837
13	CED 04	20/02/2014		7	260
14	EC 04 DE SOBRADINHO	19/02/2014	9	9	400
15	EC 15 DE SOBRADINHO	18/02/2014	22	22	1060
TOTAL			201	202	9689
Total de Professores			403		

Fonte: SRH/Adasa

Apoio ao projeto descoberto coberto

Várias escolas foram visitadas pelo projeto Adasa na Escola nos últimos quatro anos na região do Lago Descoberto. Em 2014 foi firmada uma parceria de educação ambiental entre o Ibram e a Adasa, por meio da atuação do projeto Adasa na Escola, que fornece material didático, brindes e corpo técnico para realizar palestras, ações de plantio e reuniões de planejamento das atividades a serem implantadas em Brazlândia. Foram contemplados 9.301 alunos na região administrativa de Brazlândia desde o ano de 2010. Somente em 2014 730 crianças participaram das atividades desenvolvidas em parceria com o projeto Adasa na Escola.

Tabela 17 - Projeto Adasa na Escola – Apoio ao projeto descoberto coberto

	RA	NOME DA ESCOLA	DATA	MAT	VESP	Nº ALUNOS	PALESTRAS
1	BRAZLÂNDIA - DF	CEF VENDINHA	25/09/2014	11	11	504	4
2	BRAZLÂNDIA - DF	EC BUCANHÃO	24/07/2014		5	60	1
3	BRAZLÂNDIA - DF	ESCOLA DA TORRE	22/08/2014		5	60	1
4	BRAZLÂNDIA - DF	EC CHAPADINHA	19/03/2014	5	5	168	4
5	BRAZLÂNDIA - DF	EC 07	31/10/2013	10	10	600	3
6	BRAZLÂNDIA - DF	CED 02	25/10/2013	15	18	1350	6
7	BRAZLÂNDIA - DF	EC INCRA 06	24/10/2013	11	11	560	2
8	BRAZLÂNDIA - DF	EC 03 DE BRAZLANDIA	23/10/2013	11	10	610	4
9	BRAZLÂNDIA - DF	EC INCRA 07	11/10/2013		8	98	1
10	BRAZLÂNDIA - DF	EC 5 DE BRAZLANDIA	09/10/2013	11	11	520	4
11	BRAZLÂNDIA - DF	EC BUCANHÃO	04/10/2013		5	35	1
12	BRAZLÂNDIA - DF	EC 01 DE BRAZLANDIA	03/10/2013	16	4	570	4
13	BRAZLÂNDIA - DF	EC CHAPADINHA	02/10/2013	5	5	162	4
14	BRAZLÂNDIA - DF	EC 01 INCRA 08	23/09/2013	18	18	1000	6
15	BRAZLÂNDIA - DF	EC 08 BRAZLANDIA	20/09/2013	11	11	420	2

16	BRAZLÂNDIA - DF	CEF VENDINHA	16/09/2013	11	11	570	4
17	BRAZLÂNDIA - DF	CED 04	12/09/2013	4	5	157	2
18	BRAZLÂNDIA - DF	CENTRO EDUCACIONAL IRMÃ REGINA VELANES REGIS	11/09/2013		11	277	3
19	BRAZLÂNDIA - DF	CEF 02	11/09/2013	8		250	2
20	BRAZLÂNDIA - DF	CEF 03	16/05/2011			210	2
21	BRAZLÂNDIA - DF	E C 01 INCRA 08	23/03/2011			60	1
22	BRAZLÂNDIA - DF	EC 08 BRAZLANDIA	18/10/2010	11	11	420	2
23	BRAZLÂNDIA - DF	CED 02	09/03/2010	10	8	400	2
24	BRAZLÂNDIA - DF	CENTRO EDUCACIONAL IRMÃ REGINA VELANES REGIS	08/03/2010		10	300	2
TOTAL				168	188	9301	66
Total de Professores				356			

Fonte: SRH/Adasa

Apoio ao Projeto Bosque dos Constituintes

Existe um acordo de cooperação entre a Adasa e a Câmara dos Deputados para a realização de ações de educação ambiental no Bosque dos Constituintes, situado na esplanada dos ministérios, atrás da Praça dos Três Poderes. O projeto Adasa na Escola participou de várias ações deste projeto, tais como Semana do meio ambiente no IFB (Instituto Federal Brasileiro) e o evento Abraço ao Bosque, no qual 60 crianças participaram do plantio de árvores frutíferas do cerrado em volta do Bosque. As propostas do acordo de cooperação são as seguintes:

- a) Utilização responsável da água na irrigação do Bosque dos Constituintes;
- b) Criação da praça da água como ambiente educativo relacionado ao uso sustentável da água e à sua importância ambiental;
- c) Abertura de poços artesianos para irrigação que sirvam de modelo e parâmetro para ações semelhantes quanto aos procedimentos de construção e de obtenção do direito de outorga do uso de água subterrânea;
- d) Construção de sistemas e poços de captação de água da chuva como forma de demonstrar a necessidade de infiltração e de permeabilidade do solo para a manutenção dos mananciais.

Apoio ao Evento Semana Lago Limpo

O Projeto Adasa na Escola coordenou neste evento uma ação de capacitação de 150 professores na Barca Mar de Brasília, em relação aos recursos hídricos do DF. Além de realizar em parceria

com a Secretaria de Educação oficinas educativas para crianças do Colégio Zilda Arns da região administrativa do Itapoã.

Ação no projeto agenda ambiental da Adasa – a³

O projeto Adasa na Escola tem contribuído para inúmeros eventos de educação ambiental promovidos pela A³. Alguns alunos e professores alcançados pelo projeto Adasa na escola tem participado de eventos internos na Agência. A apresentação do coral “Coralção” da escola classe 12 de sobradinho no auditório da Adasa em comemoração a semana do meio ambiente e o evento em comemoração ao dia do educador ambiental são exemplos da parceria entre os dois projetos.

Capacitação de educadores ambientais do DF

Em 2014 A Adasa por meio do projeto Adasa na Escola ofereceu um curso de capacitação sobre os recursos hídricos do DF, para os educadores ambientais do eco parque Olhos d’ Água. O curso foi ministrado por Camila Campos e Luís Carlos Buriti, especialistas na área.

Atualização do portal - Adasa na Escola

Este ano foi criado o portal do Projeto Adasa na Escola, no qual a equipe tem feito constantes atualizações, a fim de divulgar para a sociedade as principais ações do Projeto como as premiações realizadas nos eventos em que o PAE atuou, notícias relacionadas ao uso sustentável da água e destinação correta dos resíduos sólidos, fotos, escolas visitadas, entre outros assuntos.

O portal também tem o intuito de reforçar a conscientização quanto a educação ambiental em suas várias vertentes.

No portal será possível a visualização no Google Earth da escola visitada, com as informações de data da palestra, turmas atendidas, quantos alunos participaram, responsáveis, etc.

Essas informações foram georreferenciadas facilitando a visualização e proporção de escolas que já participaram do projeto em cada Região Administrativa como exemplificado na figura abaixo.

3. OUTRAS REALIZAÇÕES

3.1. PROGRAMA: 6006 - GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO - MEIO AMBIENTE

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
1471 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO	500.000	500.000	354.541	204.949
0017 - MODERNIZAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO-DESENVOLVIMENTO/MELHORIA DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS- PLANO PILOTO	500.000	500.000	354.541	204.949
1984 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	50.000	550.000	0	0
9748 - CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-ADASA DF- PLANO PILOTO	50.000	550.000	0	0
2422 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO	250.000	250.000	200.000	195.104
9632 - CONCESSÃO DE BOLSA ESTÁGIO-ADASA DF- PLANO PILOTO	250.000	250.000	200.000	195.104
2557 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	700.000	700.000	425.948	219.798
2606 - GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ADASA- PLANO PILOTO	700.000	700.000	425.948	219.798
3903 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS	1.300.000	2.070.000	1.869.681	1.869.681
9673 - REFORMA DE PRÉDIOS E PRÓPRIOS-SEDE DA ADASA-DISTRITO FEDERAL	1.300.000	2.070.000	1.869.681	1.869.681

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
4088 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	530.000	530.000	83.753	81.806
0014 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	530.000	530.000	83.753	81.806
8502 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL	18.050.000	18.050.000	16.705.634	16.705.634
8730 - ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	18.050.000	18.050.000	16.705.634	16.705.634
8504 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES	1.940.000	1.940.000	1.057.846	1.057.846
9560 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A SERVIDORES-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.940.000	1.940.000	1.057.846	1.057.846
8505 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA	3.133.294	3.133.294	311.200	311.200
8691 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-UTILIDADE PÚBLICA-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.683.294	1.683.294	117.341	117.341
8703 - PUBLICIDADE E PROPAGANDA-INSTITUCIONAL-ADASA DF- PLANO PILOTO	1.450.000	1.450.000	193.859	193.859
8517 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS	13.622.001	12.446.435	6.705.817	5.965.589
9649 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS GERAIS-ADASA DF- PLANO PILOTO	13.622.001	12.446.435	6.705.817	5.965.589
TOTAL DO PROGRAMA 6006 - MEIO AMBIENTE	40.075.295	40.169.729	27.714.420	26.611.607

Fonte: SIGGO

A Lei Orçamentária Anual, exercício de 2014, fixou dotação inicial no valor de R\$ 40.075.295,00, destinada ao Programa 6006 – Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – Meio Ambiente. Este Programa engloba diversas atividades orçamentárias voltadas ao apoio, à gestão e à manutenção da Unidade, no âmbito das competências atribuídas a Adasa. Foram contempladas neste Programa 10 (dez) ações, das quais 09 (nove) tiveram execução em 2014.

Dentre as principais realizações ocorridas neste Programa em 2014, destacam-se a reforma da sede da Adasa, bem como a aquisição de mobiliário para instalação nas novas acomodações, a ampliação da central telefônica, a modernização dos sistemas de informação da Adasa e outras.

3.1.1. Bolsa Estágio

O Programa de Estágio Curricular, regulamentado pela Resolução Adasa nº 07, de 21 de janeiro de 2011 é uma realização do Programa 6006, que contempla estudantes de nível médio e superior, por meio do Contrato nº 08/2011-Adasa, o qual disponibiliza 40 (quarenta) bolsas de complementação Educacional, sendo 22 (vinte e duas) para estágio de nível superior e 18 (dezoito) de nível médio. Deste total foram ocupadas, no decorrer do exercício de 2014, 24 (vinte e quatro) vagas, sendo que atualmente se dispõe de 26 (vinte e quatro) estagiários, sendo 17 (dezessete) de nível superior e 09 (nove) de nível médio, atuando nas diversas áreas da Adasa.

3.1.2. Capacitação de Servidores

A programação de Capacitação dos Servidores da Adasa, no exercício de 2014, foi fundamentado em quatro eixos de conhecimento que direcionaram as ações:

- ✓ Capacitação Corporativa;
- ✓ Capacitação Gerencial;
- ✓ Capacitação Técnico-Operacional; e
- ✓ Capacitação Geral, Seminários e Congressos.

A Capacitação Corporativa corresponde a treinamentos dirigidos para a formação de conhecimentos em grandes especialidades, propiciados pelos cursos de média e longa duração, tais como especialização, MBA, pós-graduação e mestrado.

A Capacitação Gerencial é orientada para a reciclagem, formação e especialização de gerentes e futuros substitutos nas atividades administrativas da gestão da Agência. Geralmente são cursos de curta e média duração.

A Capacitação Técnico-Operacional é orientada para a melhoria do “saber e do fazer”, de forma a aprimorar os processos de trabalho no que tange sua eficácia e eficiência. Assim como a Capacitação Gerencial, eles são de curta e média duração.

A Capacitação Geral é orientada para atender as necessidades complementares para permitir a sua empregabilidade interna e a representatividade da Agência no ambiente externo. É, normalmente, de média e longa duração.

Cada um desses eixos indica em que área de conhecimento o curso se classifica, tornando os processos de análise e escolha mais práticos.

No exercício, os servidores capacitados participaram de eventos, tais como, cursos, fóruns, seminários, congressos e simpósios, subdivididos em eventos “com” e “sem” ônus, nas áreas meio e fim, fundamentando-se pela necessidade da Agência em contar com pessoal qualificado em seu quadro funcional, de forma a dar suporte ao cumprimento da sua missão institucional, como segue:

Tabela 18 - Participação de servidores em eventos de capacitação

Evento (por eixo)	Com ônus	Sem ônus	Total
Capacitação Corporativa	01	-	01
Capacitação Gerencial	08	-	08
Capacitação Técnico-Operacional	41	02	43
Capacitação Geral, Seminários e Congressos	51	-	51
Totais			103

Fonte: SAF

3.1.3. Administração de Pessoal

A despesa estimada com pessoal para exercício de 2014 visou atender ao pagamento de vencimentos e encargos relativos a 108 (cento e oito) servidores, dos quais 70 (setenta) são servidores de cargos efetivos, 29 (vinte e nove) são servidores comissionados, sem vínculo, e 09 (nove) são servidores requisitados de órgãos da administração federal e distrital.

A realização da despesa foi de R\$ 16.705.634,15 em relação à despesa autorizada de R\$ 18.050.000,00, representando 93% de realização da meta financeira.

Foram concedidos, até o mês de outubro, os benefícios de auxílio-creche, auxílio-natalidade, auxílio-transporte e auxílio-saúde aos servidores, além do vale-alimentação/refeição, na forma demonstrada na tabela abaixo:

Tabela 19 - Benefícios

Benefício	Quantidade de beneficiados (média mensal)
Auxílio-Creche	17
Auxílio-Natalidade	0
Auxílio-Transporte	1
Auxílio-Saúde	95
Vale Alimentação/Refeição	99

Fonte: SAF

Houve uma realização de R\$ 1.057.845,59, representando 55% da despesa autorizada para concessão de benefícios.

3.1.4. Manutenção dos Serviços

Em relação à manutenção do órgão, a Adasa executou, R\$ 5.965.589,41, representando 48% da meta financeira estabelecida para o exercício. Foram executadas atividades com características de serviços continuados, compreendendo: vigilância, limpeza e conservação, passagens aéreas, locação de veículos, serviços de telefonia, serviços de postagem, serviços técnicos de apoio administrativo, de saúde e auxiliares, confecção de crachás, carimbos, manutenção das instalações prediais, manutenção de elevadores, serviços de moto-mensageiro, dentre outros, além da aquisição de material de consumo e permanente, necessários ao funcionamento da Agência.

Houve investimento no valor de R\$ 548.954,00 com material permanente, destacando-se a aquisição de mobiliário e equipamentos necessários à instalação dos setores reformados no andar térreo do edifício sede da Adasa.

Na área de Gestão da Informação, houve também um investimento no valor de R\$ 848.050,74, destacando-se a manutenção e expansão da área de telefonia, o acesso à internet, a rede wireless, o sistema de controle de acesso, a aquisição de desktops e tablets, o suprimento de impressoras, o suporte Microsoft e o Service Desk.

3.1.5. Reforma do Edifício sede da Adasa

Os serviços de reforma e adaptação das instalações físicas da Adasa, localizada na Ala Norte da Antiga Rodoferroviária de Brasília, compreenderam: reforma do andar térreo da ala norte e readequação de salas na ala central do 1º pavimento objeto da Concorrência nº 003/2013-Adasa, homologada em dezembro de 2013, serviços concluídos com êxito em 2014. O valor total dos serviços executados totalizou um montante de R\$ 1.869.680,75 (hum milhão, oitocentos e sessenta e nove mil, seiscentos e oitenta reais e setenta e sete centavos), representando 90% da despesa autorizada para a ação.

3.2. PROGRAMA TEMÁTICO: 6222 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Execução Orçamentária e Financeira

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
2426 - REINTEGRA CIDADÃO	94.200	94.200	48.835	44.335
8394 - REINTEGRA CIDADÃO-ADASA DF- PLANO PILOTO	94.200	94.200	48.835	44.335
TOTAL DO PROGRAMA	94.200	94.200	48.835	44.335

Com o objetivo de prevenir e combater as diferentes formas de ameaças e violação de direitos humanos no Distrito Federal, este Programa contempla a execução do Contrato celebrado por esta Agência com a Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso do DF, visando à contratação de detentos para prestação de serviços de garçom, serviços gerais, copeiro e operador de máquina de reprografia e outras. A ação merece destaque por sua relevância social, pois tem como objetivo proporcionar a re-socialização dos sentenciados do Sistema Penitenciário do DF, no sentido de possibilitar o retorno do preso ao convívio social.

O contrato nº 004/2014-FUNAP/Adasa prevê a contratação de até 06 (seis) detentos, porém, atualmente conta-se com 03 (três) detentos, exercendo as atividades de auxiliar de copeiragem e auxiliar de serviços gerais. O valor empenhado em 2014 foi de R\$ 48.835,17, representando 51,84% da despesa autorizada.

Deve-se ressaltar que o desenvolvimento desse programa já possibilitou a contratação de ex-detentos por empresas de prestação de serviços terceirizados, demonstrando a importância da manutenção desse programa.

3.3. PROGRAMA TEMÁTICO: 0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS

Execução Orçamentária e Financeira, Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania

Ação/Subtítulo	Dotação Inicial	Autorizado	Empenhado	Liquidado
0001 – PROGRAMA PARA OPERAÇÕES ESPECIAIS	1.750.000	1.750.000	1.266.910	1.230.952
9033 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO	700.000	700.000	310.000	274.042
9549 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO-ADASA DF	700.000	700.000	310.000	274.042
9050 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.050.000	1.050.000	956.910	956.910
7034 – RESSARCIMENTOS, INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES-ADASA	1.050.000	1.050.000	956.910	956.910

Fonte: SIGGO

O PASEP, criado pela Lei Complementar Federal nº 8, de 03/12/70, tem o objetivo de propiciar aos funcionários e servidores públicos civis e militares, participação na receita dos órgãos e entidades integrantes da administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual, municipal e das fundações, que possibilita aos funcionários/servidores usufruírem o direito ao recebimento de um abono anual.

O recolhimento da contribuição é mensal, resultado de 1% da receita corrente arrecadada ou repasses correntes recebidos, totalizando 12 (doze) contribuições ao todo. Como a Adasa recebeu, R\$ 30.523.361,55 de recursos financeiros deverá recolher 1% deste montante ao fundo do PASEP. Em 2014

a despesa autorizada foi de R\$ 700.000,00, tendo sido empenhado o valor de R\$ 310.000,00, representando 44,28% de execução.

Quanto às despesas com ressarcimentos, atualmente a Adasa dispõe de 08 (oito) servidores requisitados de órgãos do GDF e da União, dos quais 04 (quatro) com ônus para esta Unidade. Além disso, são ressarcidas despesas de custeio, como ressarcimento de táxi e outros. Em 2014 foi empenhado o montante de R\$ 931.910,28 para despesas com ressarcimento salarial de servidores requisitados, e 24.999,60 para despesas com outros ressarcimentos, representando 91,13% de execução da meta financeira. Sobre a realização física, verifica-se, conforme Tabela 20, abaixo, que a Adasa possui 08 (oito) servidores requisitados, no entanto existe a obrigatoriedade de ressarcimento apenas de 04 (quatro) requisitados.

Tabela 20 - Realização Física – Adasa, 2014.

REQUISITADOS	GDF	UNIÃO	TOTAL
	n° físico		
2014	07	01	08

Fonte: SAF

4. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico têm a função precípua de estabelecer o direcionamento da organização, promovendo, para isso, o alinhamento dos seus recursos e esforços. O planejamento e sua respectiva gestão procuram garantir para a instituição o desenvolvimento de uma cultura que a leve a fazer a coisa certa no momento certo, e que lhe permita solucionar as duas equações sempre presentes nas decisões organizacionais: a importância e a urgência.

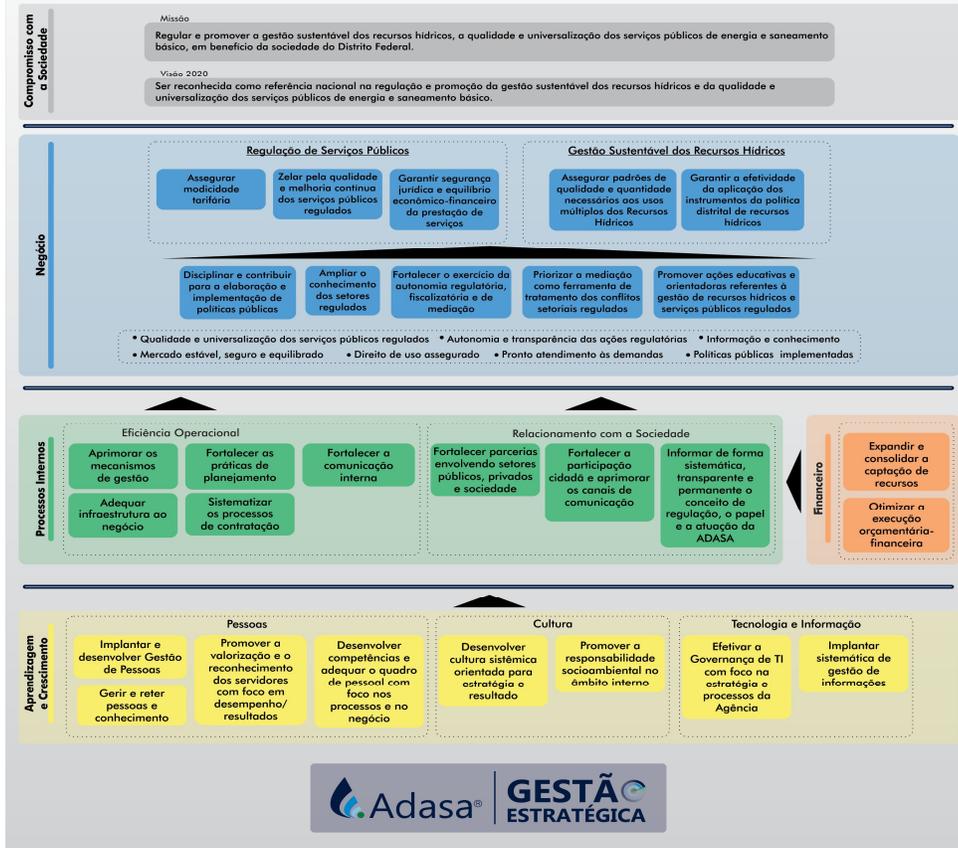
Assim, o foco principal do Planejamento Estratégico da Adasa concentra-se nos principais desafios, os quais devem ser identificados, reconhecidos e trabalhados ao longo do horizonte temporal de planejamento estabelecido (2012-2020) com vistas ao atingimento da visão institucional e em última instância no cumprimento de sua missão.

Em 2010, a Adasa tomou a importante decisão de elaborar seu planejamento estratégico. Após várias iniciativas que foram amadurecidas, finalmente em 2012, a Agência conseguiu elaborar uma primeira versão do seu planejamento estratégico e em 2013, foi feita a revisão com apoio de uma consultoria técnica especializada que conduziu a reformulação e propôs maior qualidade técnica ao trabalho que culminou com seu aperfeiçoamento. Assim, se materializa por meio do mapa estratégico que contempla objetivos inseridos nas perspectivas de “negócios”, de “Processos Internos” a serem desenvolvidos ou aperfeiçoados, de “Aprendizagem e Crescimento”, sem contar a perspectiva

“Financeira”. O raciocínio traduzido no referido mapa é muito simples: é preciso assegurar recursos para capacitar pessoas que serão responsáveis pelo aprimoramento dos processos institucionais com vistas ao alcance dos resultados almejados.

Figura 47 - Mapa Estratégico da Adasa

Mapa Estratégico da ADASA

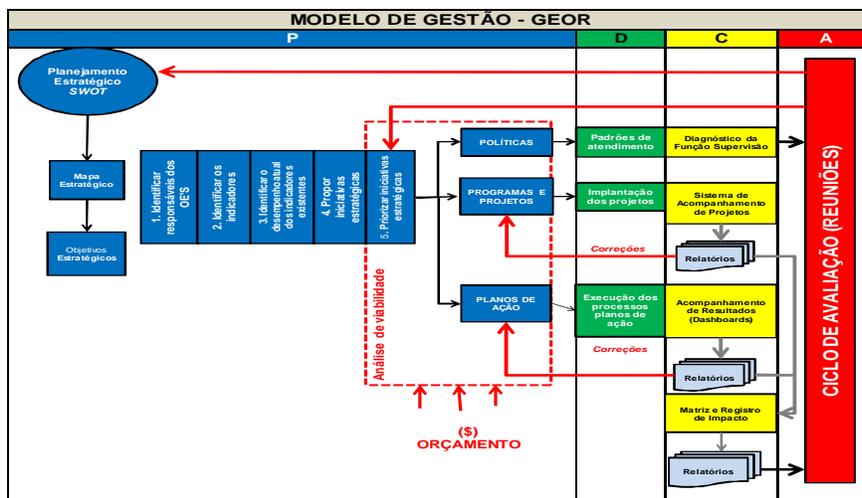


Fonte: SPE/Adasa

Em 2014 foi realizada a atualização dos indicadores e metas pertinentes ao Planejamento Estratégico para o período de 2012-2020 - PEA 2012-2020. Além disto, foi trabalhado o Modelo de Gestão da Estratégia, que estrutura o pensamento estratégico em diferentes etapas, como a iniciativa estratégica, o mapeamento de implementação, a execução e mensuração de resultados. Ele permite que as organizações obtenham os resultados esperados de suas estratégias, propiciando uma execução bem realizada. A implantação do modelo de gestão, aqui intitulada Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR, visa facilitar a elaboração, a condução e o gerenciamento dos estudos de planejamento da Adasa. Este documento visa fornecer orientações básicas sobre a gestão de projetos e ações no âmbito da Agência. Sua finalidade é tratar o tema de forma simplificada, resumindo as informações contidas no Planejamento Estratégico da Adasa, Ciclo 2012-2020.

A GEOR é um modelo de gestão, para ser utilizado de forma sistemática e contínua, de modo a acrescentar novos elementos de reflexão decisão, com base na avaliação da situação imposta, propiciando a elaboração de estudos, ações e projetos de mudanças estratégicas com base no acompanhamento e gerenciamento da implementação do Planejamento Estratégico da Adasa.

Figura 48 – Modelo de Gestão Estratégica Orientada para Resultados – GEOR



Fonte: SPE/Adasa

Foram também realizados trabalhos com o intuito de mapear e racionalizar os principais processos de trabalho. O Mapeamento de processos é uma técnica geral utilizada por empresas para entender de forma clara e simples como uma unidade de negócio está operando, representando cada passo de operação dessa unidade em termos de entradas, saídas e ações. O resultado do mapeamento é o mapa de processo e o diagrama de relacionamentos, que são representações gráficas, demonstrando o fluxo operacional e a interrelação entre diferentes processos. Mas mais do que simplesmente mapear processos, o trabalho realizado na Adasa se pauta na proposta de simplificação administrativa a partir da qual é possível analisar o processo como é realizado e projetá-lo a um cenário futuro em que seus vícios e gargalos são superados e seu desempenho seja máximo.

A simplificação administrativa possibilita e facilita a construção de sistemas de medições (indicadores de desempenho), avaliando em tempo real a execução das tarefas, medições dos resultados, custos, produção, produtividade, etc., tornando mais fácil o seu gerenciamento. Outra vertente bastante interessante é conjugar os processos com o gerenciamento de riscos (mapeando-se os riscos operacionais), reduzindo a incidência de situações fortuitas e prejudiciais ao funcionamento dos processos (e empresas). São 5 (cinco) os principais processos trabalhados na Agência: Fiscalização, Regulação, Mediação, Licitação e Execução de Projetos.

Figura 49 – Ciclo de Vida BPM

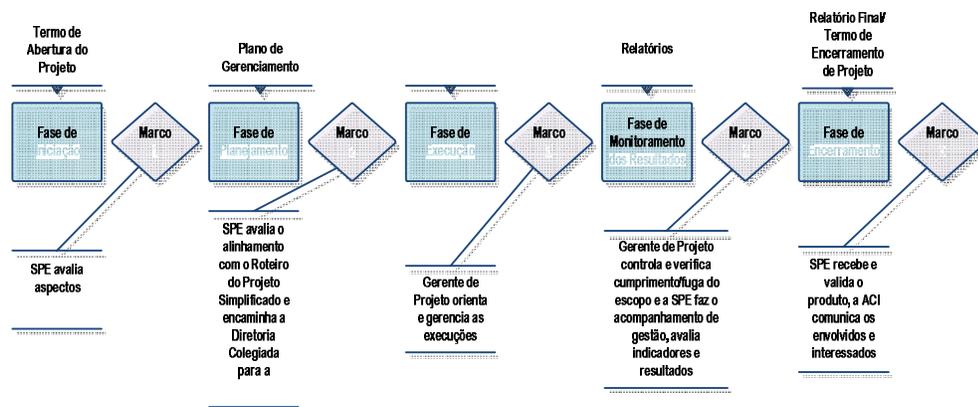


Fonte: SPE/Adasa

Com o intuito de monitorar e avaliar os projetos e programas da Adasa, resultando em uma melhor eficácia destes projetos, foi também trabalhada na Agência uma metodologia de Projetos que permite detalhar os benefícios e os resultados esperados que o projeto, de forma macro, entregará para instituição.

As organizações que trabalham por projetos normalmente os dividem em várias fases, de forma a facilitar o seu controle e gerenciamento. O conjunto dessas fases de elaboração e gerenciamento de projetos recebe o nome de Ciclo de Vida do Projeto. Na metodologia ora adotada na Adasa, o ciclo de vida dos projetos tem cinco fases distintas: Iniciação, Planejamento, Execução, Monitoramento e Encerramento.

Figura 50 – Ciclo de Vida de um Projeto



Fonte: SPE/Adasa

Este método principia com um documento base que contém dentre outras informações: gerentes de projetos e a equipe do projeto, justificativa, escopo, premissas e restrições, partes

interessadas e cronograma. A importância deste documento é que todo gerenciamento e controle do projeto será executado a partir dele, inclusive a avaliação de seus resultados.

4.2. AGENDA AMBIENTAL ADASA

O Grupo Gestor da Agenda Ambiental da Adasa, formalizado por meio da Portaria nº 170, em 03 de setembro de 2013, vem trabalhando para implantação da Agenda Ambiental.

O primeiro passo do Grupo Gestor (GG) foi a validação do Plano de Ação do Programa A³. Após a elaboração de uma proposta de Plano de Ação para a Adasa este foi amplamente divulgado internamente e disponibilizado temporariamente para recebimento de críticas e sugestões. Desta consulta houve um redesenho do Plano a fim de atender as sugestões e uma definição da ordem de prioridades pautada na demanda interna da casa.

Simultaneamente a esse trabalho, o GG participou da elaboração do Planejamento Estratégico que acontecia na instituição com o trabalho de inserção da A³ a este documento, além da definição de metas e indicadores de desempenho para acompanhamento de sua efetiva implementação.

A seguir estão as metas e indicadores definidos e monitorados pelo GG:

INDICADOR 1 - PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:

Descrição: mede o esforço da Adasa em implementar ações socioambientais internamente, previstas na Agenda Ambiental.

Fórmula: $(\text{total de ações socioambientais implementadas} / \text{Total de ações socioambientais previstas na Agenda Ambiental}) \times 100$

Tabela 21 – Metas do Indicador 1

2014	36%	15 ações implementadas
2015	72%	30 ações implementadas
A partir de 2016	95%	39 ações implementadas

Fonte: A3/Adasa

INDICADOR 2 - PERCENTUAL DE ADESÃO DOS SERVIDORES:

Descrição: mede a adesão dos servidores da Adasa nas ações de sensibilização e capacitação dos servidores e de qualidade de vida no ambiente de trabalho, contempladas na Agenda Ambiental.

Fórmula: $(\text{total de servidores que participaram de ações de sensibilização e capacitação e de qualidade de vida no ambiente de trabalho, sem repetição} / \text{Total de servidores da Adasa}) \times 100$

Tabela 22 – Metas do Indicador 2

Ano	Total de servidores participado, sem repetições
2014	20%
2015	40%
2016	50%
2017	60%
2018	70%
2019	80%
2020	90%

Fonte: A3/Adasa

O segundo passo foi a elaboração e validação de um Calendário de Datas Comemorativas relacionadas à Agenda Ambiental. Cada data do calendário aprovado foi apadrinhada por um servidor que ficou responsável por planejar sua celebração com o apoio do GG. Ao longo do ano, todas essas datas foram celebradas.

Figura 51 – Calendário da Agenda Ambiental



Fonte: A3/Adasa

No Dia Mundial da Água a A³ participou da celebração promovida pela Adasa por meio da promoção do Primeiro Concurso Cultural Interno e da apresentação musical do Coral A³. O concurso teve 32 inscritos, dentre servidores e colaboradores, que participaram respondendo à pergunta: “O que a água tem a ver com a energia?”. O vencedor do concurso foi o servidor Hudson Rocha Oliveira com a frase: “A água é a força que concede a vida. É a energia que nos move, nos alimenta, nos ilumina e nos transforma. A água é a fonte de energia que corre em nossas veias, é matriz energética que permite a evolução do

homem, dos animais, das plantas, do tempo, da terra, do mundo, da vida. Água, fonte de energia permanente!”. O vencedor ganhou como prêmio um aparelho celular Samsung S4.

O terceiro passo foi a criação de um coral musical – Coral A³ – com a participação de servidores e colaboradores que gostam de cantar. Essa ação vem atender o eixo temático Qualidade de Vida no Trabalho, promovendo o bem estar e a integração dos funcionários a partir de um gosto coletivo compartilhado. Atualmente o Coral A³ conta com a participação de 11 coristas e em seus doze meses de existência já se apresentou em alguns eventos internos e externos como o evento de celebração do Dia Mundial da Água e o Dia da Terra promovidos pela A³, o Dia Nacional de Conservação do Solo no Núcleo Rural Taquara, a convite do Subsecretário da Agricultura do DF, e o 7º FÓRUM IBERO-AMERICANO DE REGULAÇÃO - FIAR.

O quarto passo foi o lançamento do Informativo Ambiental – A³, cujo objetivo foi criar um veículo de comunicação e informação interna que atingisse todos os funcionários da instituição. Nele são publicadas matérias escritas por reguladores da casa como uma forma de incentivo às publicações técnicas da área de regulação de serviços públicos e divulgação dos talentos internos. Também são divulgados os eventos e projetos promovidos pela Adasa, um passa-tempo com temas relacionados à sustentabilidade ambiental, além de uma seleção de dicas de práticas diárias de sensibilização sobre a importância destas para redução dos impactos ambientais.

O quinto passo foi o relançamento do projeto “Cinema & Ambiente” que consiste na exibição de filmes com a temática ambiental a fim de proporcionar, por meio de um ambiente descontraído, a informação, a reflexão e a interação entre os funcionários. Os funcionários votam no filme que gostariam de assistir dentre três opções propostas pela A³. Essas opções buscam abarcar temas diferentes como saneamento básico, recursos hídricos, energias renováveis etc. O filme mais votado é exibido no auditório da Adasa onde é servido também pipoca e guaraná, com o apoio financeiro da Ascadasa. O público médio das sessões está em torno de 15 pessoas e pode ser considerado um número relevante uma vez que ele acontece no horário de expediente.

O sexto passo é o envio periódico de e-mails da A³ (a3@adasa.df.gov.br) com informações gerais sobre as ações da A³ e sobre eventos que acontecem na cidade e que possam interessar ao público interno da casa, como por exemplo:

O sétimo passo foi um intenso trabalho em equipe, de todos os integrantes do Grupo Gestor da A³, para elaboração dos Documentos de Iniciação de Projetos – os DIPs dos cinco projetos mais bem pontuados na pesquisa realizada entre os funcionários da Adasa. São eles:

O oitavo passo, decorrente da avaliação do último monitoramento, realizado em agosto de 2013, apontou a necessidade de dar início a campanhas de conscientização sobre a importância do uso racional dos recursos naturais e do consumo consciente de material de expediente (impressões e papéis). Para isso foram desenvolvidos três produtos de sensibilização: tags para uso correto dos computadores, monitores e impressoras; marcadores de livro com explicações sobre a diferenciação do lixo seco e úmido (coleta seletiva) e o que podemos fazer pelo planeta; e adesivos para os banheiros com dicas para evitar o desperdício e mantê-los mais limpos;

O nono passo, foi a criação do hotsite da A³. Nele é possível se informar sobre tudo relacionado à Agenda Ambiental, como por exemplo: o que é o Programa; os projetos implementados

(Coleta Seletiva; Coral A³; Cinema & Ambiente; Escambo Sustentável; Freguesia do Livro); o calendário de Datas Comemorativas A³; os informativos ambientais, dentre outros.

Monitoramento do Consumo de Recursos Naturais e Materiais de Expediente

A seguir, alguns valores per capita considerando um público total de 149 pessoas.

**Tabela 23 - Monitoramento do Consumo de Recursos Naturais e Materiais de Expediente - Ano 2013
(consumo per capita)**

	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Impressões (folhas)	219	162	172	173
Papel (folhas)	201	211	194	516
Copos descartáveis (unidade)	19,46	20,1	13,4	55,7

Fonte: A3/Adasa

**Tabela 24 - Monitoramento do Consumo de Recursos Naturais e Materiais de Expediente - Ano 2014
(consumo per capita)**

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril
Impressões (folhas)	157	150	95	141
Papel (folhas)	50	87	168	97
Copos descartáveis (unidade)	3,35	13,42	13,42	20,13

Fonte: A3/Adasa

Atividades Realizadas

A A³, de forma gradativa e sutil, vem cumprindo seu objetivo de cuidar do meio ambiente de forma sustentável, mas principalmente de colaborar com a mudança de paradigmas a respeito do homem e sua interação com a natureza. Pode-se destacar muitas atividades relevantes já realizadas pela A³ que colaboram para essa tomada de consciência:

- implementação e manutenção da coleta seletiva interna;
- disseminação da atividade de plantio domiciliar como forma de alimentação mais saudável e atenuador do estresse cotidiano da vida moderna;
- sensibilização para uso mais racional dos computadores e impressoras;
- publicações de assuntos ambientais de grande relevância como, por exemplo, racismo ambiental, conflito ambiental e etc.;

-divulgação dos projetos ambientais da Adasa, como, por exemplo, Descoberto Coberto, Adasa na Escola, Produtor de Água no Pípiripau, Grupo de Trabalho Ribeirão Sobradinho e etc.;

- divulgação de pesquisas técnicas desenvolvidas por servidores da casa, como por exemplo, “A ocupação do solo e dos recursos hídricos do setor habitacional Vicente Pires – DF”; “Agências Reguladoras de Saneamento Básico: uma análise à luz dos princípios regulatórios da Lei nº11.445/2007” e etc.;

- implementação de um coral de vozes constituído por funcionários da casa, o Coral A³;

- exibição de filmes e documentários sobre o meio ambiente e a sociedade;

Essas atividades dão suporte para que a agenda cumpra seu compromisso como indutora de novos padrões socioambientais, colocando a Adasa num patamar mais elevado em relação às políticas públicas que visam transformar as instituições públicas em modelo a ser seguido pelos demais agentes privadas.

5.DIAGNÓSTICO DO DESENVOLVIMENTO DA UNIDADE

A Adasa têm se destacado ao longo de seus 10 (dez) anos de existência pela sua atuação técnica e sua grande aplicação em cumprir suas competências legais. Ao pautar suas ações em discussões transparentes e profissionais, a Agência reafirma a cada dia seu papel de agência de Estado e não de Governo.

Neste de 2014, desempenhou mais uma vez seu papel com extrema capacidade. Ressalta-se a pluralidade de suas áreas de atuação, bem como a riqueza de detalhes necessários à uma boa execução dos trabalhos e o cumprimento dos objetivos traçados. Houve, sem dúvidas, grandes desafios, mas contando com corpos técnico e diretivo extremamente qualificados e empenhados, pode-se afirmar que estes foram vencidos e os resultados muito positivos.

No tocante ao desempenho da Adasa, as realizações, por Programa Temático, são tratadas nos respectivos desdobramentos constantes dos itens 2 e 3. No mesmo item são apresentados os principais resultados, onde são destacadas as principais realizações que demonstram os relevantes avanços em prol do alcance dos resultados esperados. Estes objetivos foram traçados a partir dos instrumentos orçamentários (PPA, LDO e LOA) e estão também refletidos no Planejamento Estratégico da Adasa com seu direcionamento focado num horizonte até 2020.

6. IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS

Titulares da Unidade Orçamentária:

Ordenadores de despesa da Adasa

Vinicius Fuzeira de Sá e Benevides

Diretor Presidente - Titular

João Manoel Martins

Superintendente de Administração e Finanças

Assinatura: _____

Telefone: 3961 - 4956

Assinatura: _____

Telefone: 3961 - 5055

e-mail da Instituição: ouvidoria@adasa.df.gov.br

Responsáveis pela elaboração:

Nome: Claudia Maria Holanda da Silva

Assinatura: _____ Telefone: 3961 - 4325

(x) Agente de Planejamento () Outro Servidor

Nome: Daniel Ciarlini Pinheiro

Assinatura: _____ Telefone: 3961 - 4939

() Agente de Planejamento (x) Outro Servidor

Nome: José Bento da Rocha

Assinatura: _____ Telefone: 3961 - 4939

(x) Agente de Planejamento () Outro Servidor

Nome: Lucivane Madureira Sampaio Camargo

Assinatura: _____ Telefone: 3961 - 4915

(x) Agente de Planejamento () Outro Servidor